

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Aline Drews

**TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA E TRABALHO RELACIONADAS À
TRANSIÇÃO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA: UM ESTUDO COM
AGRICULTORES FAMILIARES EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC**

**FLORIANÓPOLIS
2006**

Aline Drews

**TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA E TRABALHO RELACIONADAS À
TRANSIÇÃO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA: UM ESTUDO COM
AGRICULTORES FAMILIARES EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Mara Coelho de Souza Lago

**FLORIANÓPOLIS
2006**

Aline Drews

Transformações nos modos de vida e trabalho relacionadas à transição para a agricultura orgânica: um estudo com agricultores familiares em Santo Amaro da Imperatriz/SC

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de março de 2006

Profª Drª Andréa Vieira Zanella
Coordenadora

Profª Drª Mara Coelho de Souza Lago
Departamento de Psicologia, UFSC
Orientadora

Profª Drª Maria José Reis
Coordenadoria de Ciência Política , UNIVALI

Profª Drª Ariane Kuhnen
Departamento de Psicologia, UFSC

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas cujo apoio foi fundamental no processo de construção dessa dissertação.

Aos agricultores e agricultoras de Vargem do Braço que compartilharam comigo suas histórias de forma entusiasmada.

À Prof^a Mara Lago, por ter me acolhido como sua orientanda e ter me acompanhado ao longo do trabalho, incentivando-me sempre.

À Prof^a Maria José Reis, pela receptividade e pelas preciosas contribuições ao trabalho.

À Capes, pela concessão de bolsa de mestrado.

À Mariliz e à Rose, pela paciência e estímulo ao longo desta trajetória.

Ao Diego, por ter sido tão prestativo na reta final do trabalho.

À Kelly, com quem compartilhei as angústias e as alegrias da academia desde os tempos de graduação.

À Adriana, grande companheira de mestrado, com quem compartilhei desafios e conquistas ao longo deste processo.

Ao Igor, companheiro de todas as horas, que com seu carinho e sensibilidade impulsionou-me a enfrentar os percalços do caminho e comemorou comigo cada pequena vitória.

Aos meus pais, Alceu e Marli, e ao meu irmão, Ricardo, meus maiores incentivadores.

SUMÁRIO

FIGURA	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO	5
3. AGRICULTURA ORGÂNICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE VARGEM DO BRAÇO.....	28
4. AGRICULTURA FAMILIAR, FAMÍLIA E CAMPESINIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS E REALIDADE VIVENCIADA.....	57
5. RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	87
6. PARQUE DA SERRA DO TABULEIRO: A PRODUÇÃO ORGÂNICA E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	101
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
8. REFERÊNCIAS	113

FIGURA

Mapa de localização geográfica da área de estudo	4
--	---

RESUMO

Neste trabalho são discutidas as transformações relacionadas ao processo de conversão da agricultura convencional para agricultura orgânica. Agricultores e agricultoras familiares residentes na localidade de Vargem do Braço em Santo Amaro da Imperatriz/SC foram os informantes da pesquisa que repercutiu na produção desta dissertação. Nela são mencionados os motivos indicados pelos entrevistados para a mudança de sistema produtivo, entre eles a intoxicação de agricultores pela aplicação de herbicidas e a localização das propriedades rurais no interior de uma unidade de conservação ambiental, o Parque da Serra do Tabuleiro. Esta especificidade é problematizada assim como suas implicações para os agricultores residentes no lugar. As dificuldades com que os agricultores se depararam ao longo da transição para o cultivo orgânico, como a intensificação do trabalho e a comercialização dos produtos, são relatadas. Ao longo do processo, alguns valores receberam destaque, família, trabalho e terra, que articulados caracterizam tanto a agricultura familiar tradicional quanto a moderna, ambas consideradas relevantes neste trabalho. As relações de gênero e geração são abordadas demonstrando como se desenvolvem de forma complementarmente desigual.

Palavras-chave: agricultura orgânica; família; gênero

ABSTRACT

This work reports discussions about conversion transformations from conventional farming to organic farming. Family farmers dwelling at Vargem do Braço in Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, had participated this research to produce this dissertation. It's pointed out the reasons for production systems changing at this community, as farmer families intoxications by herbicides applications and a State protected environment implementation, called Serra do Tabuleiro Park, on ancient rural proprieties. These aspects are issued as well as their consequences for farmer families. Difficulties on this production systems transition likewise work intensification and products trading are detailed described. Throughout research process, three values had been standing out as family, soil and work that together characterized as traditional agriculture as modern agriculture. It's demonstrated in an ethnographic approach the uneven and complementary characteristic of genders relations and generations.

Key words: organic farming; family; gender.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a agricultura orgânica vem conquistando espaços. Além de aparecer mais nos meios-de-comunicação, seu mercado consumidor foi expandido e houve o crescimento do debate a respeito dela, tanto nos meios acadêmicos quanto nos movimentos sociais. Neste processo, tiveram importância fundamental os agricultores que assumiram os riscos da transição para a agricultura orgânica.

Nesta dissertação, procurou-se investigar se a transição de sistema produtivo, especificamente a apropriação do cultivo orgânico, poderia mobilizar transformações que ultrapassassem a adoção de novas práticas agrícolas. Para isso foram investigados, o contexto em que os agricultores pesquisados estavam inseridos, a história da conversão e a participação efetiva dos agricultores na transição produtiva, assim como as motivações para essa mudança. Ao abraçar novos desafios na sua história de trabalho, assumindo uma cultura agrícola envolta por um ideário relacionado ao movimento ambientalista, agricultores problematizariam outras relações sociais vivenciadas por eles, tendo seus modos de vida redimensionados? Foi uma questão considerada relevante que passou a ser pesquisada considerando a característica interdisciplinar de vários temas a serem abordados, como gênero, geração, ruralidade e meio ambiente.

Alguns agricultores familiares de Vargem do Braço, Santo Amaro da Imperatriz/SC, escolheram a agricultura orgânica como sistema produtivo e reuniram-se em uma associação. Esta associação foi criada em 1998, sendo composta, no princípio, apenas por agricultores familiares ligados por laços de parentesco. Posteriormente, juntaram-se à associação outros agricultores familiares da localidade e de cidades próximas, como Águas Mornas e Rancho Queimado.

A pesquisa de campo realizada para esta dissertação, restringiu-se aos agricultores familiares de Vargem do Braço, por terem sido estes os precursores da transição para a agricultura orgânica na associação. Uma breve caracterização do local de pesquisa será feita para, posteriormente, ser apresentada a forma como foi organizada esta dissertação.

O município de Santo Amaro da Imperatriz/SC está localizado na porção centro-leste do Estado de Santa Catarina, Região Metropolitana de Florianópolis, distante 32 Km desta cidade. De acordo com o censo realizado pelo IBGE , em 2000 a população de Santo Amaro da Imperatriz era de 15.682 habitantes, sendo 7.997 homens e 7.685 mulheres. Na área urbana se concentravam 12.523 pessoas e na área rural 3.159 pessoas. Celso Martins (2001) indica que o município foi instituído em 10 de julho de 1958, tendo sua economia baseada na agricultura e no turismo, este ancorado principalmente na existência de águas termais no local.

Vargem do Braço faz parte do Parque da Serra do Tabuleiro. Apesar desta ser considerada uma unidade de conservação restritiva,¹ existem muitos moradores na localidade, devido a problemas ocorridos desde a sua criação, como a exclusão dos moradores das decisões tomadas em relação ao Parque e a demora no pagamento das indenizações.

A localidade de Vargem do Braço está localizada a 8 Km do centro de Santo Amaro da Imperatriz. O catolicismo está bastante presente na região, assim como a etnia alemã, mas não se pode desconsiderar a cultura luso-açoriana que possui grande importância no município como um todo, já que foram os imigrantes portugueses os primeiros a se instalar em Santo Amaro. Encontram-se propriedades rurais voltadas para policultura, tanto convencional quanto orgânica, e para a pecuária, além de sítios direcionados predominantemente para o lazer.

Após esta rápida contextualização, será contada a trajetória da pesquisa em “Caminhos metodológicos e resultados preliminares da investigação”. Neste capítulo, serão narrados os acontecimentos que mobilizaram o interesse pelas temáticas e a proposição da pesquisa, as inquietações que acompanharam todo o percurso, as dificuldades encontradas para realizar o trabalho de campo, as alterações efetuadas na proposta inicial de pesquisa, a forma como foram estabelecidos os contatos com os sujeitos entrevistados e de que maneira se desenrolaram as visitas.

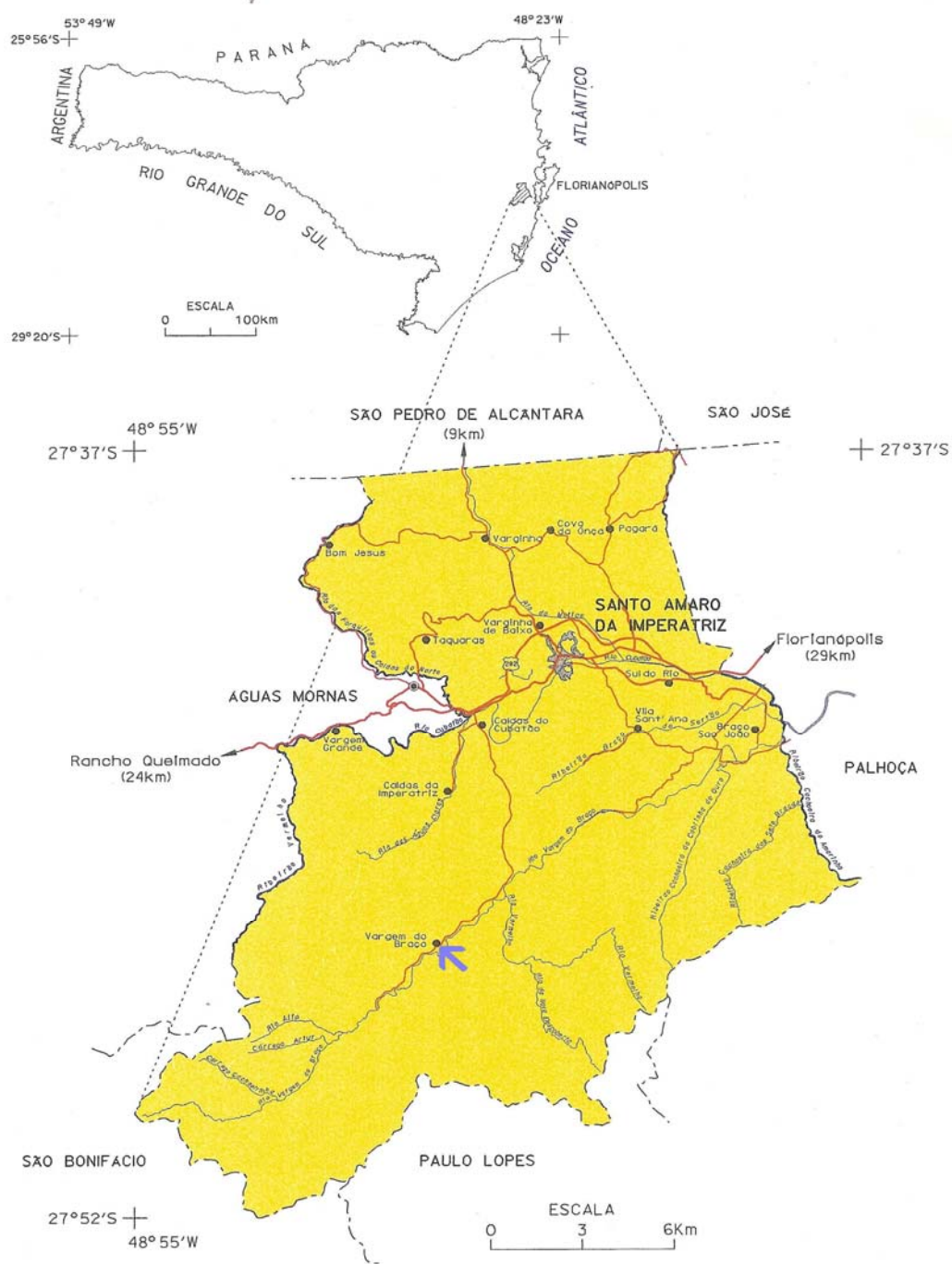
A compreensão da transição da agricultura convencional para a orgânica é central neste trabalho. Desta forma, foi construído um capítulo destinado majoritariamente a estas

¹ As unidades de conservação restritivas são aquelas áreas em que é proibida a presença de moradores. Este termo será mais discutido no capítulo “Parque da Serra do Tabuleiro: a produção orgânica e as perspectivas para o futuro”.

temáticas. A agricultura convencional, como resultante da Revolução Verde, acarretou vários problemas ambientais, sociais e econômicos principalmente aos agricultores familiares. A sustentabilidade surge como uma proposta de equilíbrio nestas três esferas, considerando tanto a atualidade quanto a posteridade, e a agricultura orgânica aparece como uma alternativa viável. As motivações que impulsionaram os agricultores entrevistados a adotarem o sistema produtivo orgânico e os diversos desafios que ele apresenta, foram problematizados ao longo do capítulo intitulado “Agricultura orgânica: desafios e conquistas dos agricultores familiares de Vargem do Braço”. A proposição de políticas públicas específicas também compõe este capítulo.

O conceito de agricultura familiar é discutido em seguida, ressaltando a sua construção histórica e a sua articulação com a campesinidade. A terra, o trabalho e a família são valores relacionados tanto à agricultura familiar tradicional quanto à moderna, estando a concepção de família ressaltada neste capítulo que não poderia ser nomeado de outra forma: “Agricultura familiar, família e campesinidade: aspectos teóricos e realidade vivenciada”.

As relações de gênero e geração, com suas continuidades e discontinuidades a partir da transição para a agricultura orgânica, constituem o capítulo seguinte. O Parque da Serra do Tabuleiro, seu histórico e a relação conflituosa dos agricultores entrevistados com sua institucionalização pelo Estado, aparecem no capítulo que precede as considerações finais.



Fonte: Gama, Ângela Maria Couto. (1998). Diagnóstico ambiental do município de Santo Amaro da Imperatriz-SC: uma abordagem integrada de paisagem. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO

O diálogo com a antropologia está muito presente neste trabalho, devido às suas inúmeras contribuições para a compreensão de temas relevantes para a análise pretendida, como exemplo pode-se citar a extensa literatura na área sobre a ruralidade. A escolha do método também é ilustrativa já que o desenvolvimento da pesquisa foi possibilitado por uma aproximação em relação à etnografia. Geertz (1978) utiliza, ao falar sobre este método, a expressão “descrição densa” para caracterizá-lo, ressaltando o seu caráter interpretativo. Desta forma, neste capítulo será feito um relato de acontecimentos importantes para o delineamento da pesquisa. A narração da pesquisa de campo realizada para esta dissertação mostrará dois momentos distintos. Uma primeira pesquisa exploratória no município de Santa Rosa de Lima/SC, apontada no projeto de dissertação como local a ser analisado, do qual abdiquei por motivos que serão discutidos posteriormente, e a pesquisa de campo em Santo Amaro da Imperatriz/SC, que gerou as reflexões que compõe a maior parte desta dissertação. Lembrando que “o lócus do estudo não é o objeto do estudo” (Geertz, 1978, p.32), muitas das questões norteadoras do projeto de pesquisa continuam atuantes nesta dissertação, mas outras precisaram ser descartadas pois, apesar de ter sido breve, a primeira exploração trouxe-me muitos ensinamentos sobre a área de pesquisa.

No final da disciplina Psicologia Ambiental², na Universidade Federal de Santa Catarina (primeiro semestre de 2002), da qual eu participava como aluna, foi proposta uma visita a uma propriedade rural participante de uma associação de agricultores ecológicos, no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina. Durante um domingo, confraternizamos com um casal de agricultores que produzia de forma orgânica, após cultivar fumo durante um longo período. Além de ter passado por esta transição de sistema produtivo, eles haviam transformado sua antiga casa em uma pousada, aberta ao turismo. Estavam lá

² Pinheiro (2005) descreve a Psicologia Ambiental como uma área de pesquisa recente e com trabalho incipiente. O autor sublinha o caráter interdisciplinar da Psicologia Ambiental assim como o seu diálogo com a Arquitetura e o Urbanismo. Seus estudos costumam utilizar os referenciais da Psicologia Comportamental e da Percepção. Isto dificultou o meu diálogo com esta disciplina ao longo da dissertação já que utilizo outros referenciais.

também outros componentes da associação (coordenadores e agricultores), técnicos agrícolas da UFSC, e pessoas interessadas em adquirir cestas de produtos orgânicos, vendidas diretamente dos produtores para os consumidores em Florianópolis.

Naquela mesma tarde, foi realizada uma reunião em que foram apresentadas idéias relacionadas aos objetivos da associação. A pretensão de não se limitar as mudanças às práticas produtivas do sistema orgânico, mas alcançar transformações mais amplas, englobando os âmbitos sociais, ambientais e econômicos, foi destacada com frequência. Os coordenadores presentes indicaram como uma das pretensões da associação a transformação das relações estabelecidas entre o campo e a cidade. Esta ligação não se daria meramente por fins mercadológicos nem estaria restrita ao movimento campo em direção à cidade, comumente representado pelo êxodo rural. Desta revitalização da relação campo-cidade participariam o fortalecimento da agricultura familiar, a estimulação de uma alimentação mais saudável através do fornecimento de cestas de alimentos orgânicos para consumidores urbanos e merenda para escolas públicas, além do desenvolvimento do turismo rural. O turismo rural, apesar da impossibilidade de abranger a totalidade das famílias de agricultores envolvidas com a produção orgânica, representaria a criação de um espaço para o contato entre pessoas residentes no campo e na cidade, produtores e consumidores de alimentos orgânicos. Além disso, poderia viabilizar a valorização do espaço rural, outro objetivo apontado durante a reunião, conquistada através da criação de um território específico cujas características culturais e geográficas seriam ressaltadas. Ao relatar a expansão deste projeto foram destacados o aumento do número de municípios participantes e a construção de agroindústrias para o processamento dos alimentos.

O grande contraste entre a cultura agrícola fumageira, praticada anteriormente pelos agricultores responsáveis pelo local visitado, e a agricultura orgânica adotada, ficou ressaltado durante a reunião e a observação da propriedade rural. Características próprias do cultivo do fumo como o uso intensivo de mão-de-obra (incluindo a mão-de-obra infantil), o uso de agrotóxicos e o oferecimento de subsídios por parte das indústrias do ramo, com garantia da compra da produção e a prestação de assistência técnica repercutindo na diminuição dos ganhos econômicos dos agricultores, foram ressaltados como facetas perversas desta cultura. Além dos prejuízos à saúde e da dependência das indústrias

multinacionais, o decréscimo dos lucros nos últimos anos influenciaram a desvalorização da cultura fumageira. Por outro lado, a valorização do cultivo orgânico impulsionado pelos benefícios trazidos à saúde, ao meio ambiente e a possibilidade de vinculação a uma associação mantida pelos próprios agricultores, foi enunciada durante o encontro na propriedade rural.

Ali havia uma estufa desativada, antigamente utilizada durante a secagem das folhas de fumo, como representante de um passado não muito longínquo, presente também no discurso do agricultor e da agricultora responsáveis pela propriedade. As dificuldades ligadas ao plantio de fumo e à manutenção da saúde foram sublinhadas por estes como importantes na decisão pela transição de sistema produtivo, do plantio de fumo para plantio orgânico.

A transformação da antiga casa da família em pousada, após uma reforma que também se refletiu no seu entorno, embelezado com canteiros de flores e composições utilizando troncos de madeiras e velhos utensílios agrícolas, além da criação de uma trilha, surgia como mais uma marca da transição vivenciada. A migração dos filhos e filhas do casal de agricultores para a cidade, ocorrida há vários anos, assim como a contratação esporádica de uma auxiliar para a manutenção da pousada, ajudante da agricultora (principal responsável pela pousada) foram outros pontos que sobressaíram durante a visita.

Ao dar prosseguimento aos meus estudos de graduação e trabalhos na área ambiental, após o término desta disciplina que propiciou o meu primeiro contato com agricultores e agricultoras orgânicos, assumi outras temáticas, através da participação em um projeto de extensão (Relações sócio-espaciais e identidade de lugar em uma comunidade de Florianópolis/SC).

A decisão de participar do processo de seleção do mestrado foi acompanhada do desejo de aprofundar-me na análise dos questionamentos suscitados durante a visita anteriormente relatada. Ao interesse pelas questões ambientais, desenvolvido durante a disciplina Psicologia Ambiental, e a participação no projeto de extensão citado acima, relacionava-se o interesse pela agricultura familiar vinculado às vivências de minha infância e adolescência.

Durante aquele período de minha vida, no noroeste do Rio Grande do Sul, pude acompanhar o processo de empobrecimento de várias pequenas propriedades rurais que se mantinham predominantemente através do cultivo de soja. O êxodo rural, principalmente

entre as novas gerações, a migração para outros estados brasileiros e a insistência na monocultura de soja, através do pioneirismo na utilização de sementes transgênicas também eram características observáveis. A desistência da policultura, em muitos casos, assim como o forte apego aos princípios da Revolução Verde³ estava presente neste meio rural composto de proprietários de pequenas extensões de terra, em sua maioria, que vivenciavam a decadência econômica do contexto em que estavam inseridos.

A possibilidade vislumbrada de pesquisar em uma região em que, aparentemente, as escolhas feitas - relacionadas à agricultura orgânica - poderiam levar a uma revitalização da agricultura familiar, fortalecendo o meio rural, social, ambiental e economicamente era bastante atraente.

Após meu ingresso no mestrado, estas idéias foram sendo amadurecidas e a elas foram acrescentados novos questionamentos, abrangendo, entre outros temas, as relações sociais de gênero e geração. Durante a elaboração do projeto de pesquisa foram obtendo destaque e imbricando-se três temáticas: relações de gênero, desenvolvimento rural sustentável e transições em sistemas produtivos agrícolas. Propus como possível local de pesquisa a região que eu havia conhecido na finalização da disciplina Psicologia Ambiental, por perceber nela a transição de sistema produtivo, de convencional para orgânico, envolta por um ideário mais amplo que possibilitaria a averiguação dos questionamentos anteriormente levantados.

Procurei, então, contatar dois dos professores da UFSC presentes na reunião anteriormente descrita e ligados à associação de agricultores ecológicos do município visitado, através de e-mail, em março de 2005. Como não obtive respostas, fui procurá-los pessoalmente no início do mês de abril. Após conversar com um dos professores sobre a minha proposta de pesquisa e o interesse de realizá-la naquela localidade que tinha assumido a transição para a agricultura orgânica e com a qual eu já havia tido um primeiro contato, fui encaminhada para o segundo professor. Este indicou a participação em uma Assembléia Geral que se realizaria no dia 15 de abril como uma boa oportunidade para conhecer melhor o município, a associação e os agricultores e agricultoras associados, podendo compartilhar com os possíveis participantes o

³ Este termo será discutido no capítulo “Agricultura Orgânica: desafios e conquistas dos agricultores familiares de Vargem do Braço”.

projeto de pesquisa que eu havia elaborado para o mestrado. Eu deveria entrar em contato com um dos dois professores nos dias anteriores à assembléia, para combinar uma carona.

Nestas conversas, foram ressaltadas algumas das dificuldades com as quais eu me depararia posteriormente para o desenvolvimento da pesquisa naquela localidade: a dificuldade de locomoção no município, o grande número de trabalhos acadêmicos já realizados sobre a associação, os percalços nas relações entre outros pesquisadores e a associação, que haviam deixado marcas profundas.

Fui avisada da impossibilidade de acompanhar um dos professores, com o qual havia combinado carona, por este ter cancelado sua ida no dia anterior à assembléia. Ele indicou o telefone de uma pesquisadora, doutoranda de outro programa da UFSC, que estaria saindo às 4:00 horas da manhã seguinte, para realizar entrevistas previamente agendadas pela manhã e acompanhar a assembléia que aconteceria na associação à tarde. Acertei a carona com esta e durante a viagem soube que ela havia efetuado a primeira visita ao município no mês anterior, para acompanhar um seminário de avaliação da associação, com duração de três dias. A pesquisadora, dessa forma, estava iniciando seu contato com o campo de pesquisa e acabou sendo incumbida de apresentar-me na sede da associação.

Conheci a sede da associação logo após minha chegada na cidade. Como os professores com quem eu havia conversado não tinham repassado informações a meu respeito aos componentes da sede da associação, a situação se tornou um tanto embaraçosa. Foi o primeiro momento, repetido inúmeras vezes posteriormente, em que foram feitas referências à rígida hierarquia que deveria ser cumprida para o desenvolvimento de pesquisa com as agricultoras e os agricultores ligados à associação. O contato com um dos professores para a apresentação e avaliação do projeto, a conversa com o secretário da associação, que poderia indicar o melhor período para a realização da pesquisa e com a responsável pela área técnica da associação, que poderia mediar os encontros e indicar possíveis participantes, foram apresentados como passos imprescindíveis a serem seguidos.

Devido à desinformação quanto a minha visita, o fato dela coincidir com as primeiras entrevistas agendadas para a pesquisadora que me dera carona, concomitante ainda com a finalização dos trabalhos de outra pesquisadora, e a importância dada pela organização da associação ao acompanhamento das pesquisas ali realizadas, verbalizando as interferências

que a presença excessiva de pesquisadores na associação poderiam acarretar, minha presença naquele momento parecia incômoda. A necessidade que senti de frisar constantemente como havia chegado lá, o porquê de estar lá e que havia pedido permissão para fazer uma primeira visita exploratória, trouxeram-me uma grande sensação de desconforto e inconveniência.

Após conhecer as dependências da sede da associação e os componentes desta, secretário, contabilista, recepcionista e agrônoma, aguardei por algum tempo a saída para a visita a uma agroindústria de laticínios. Apesar da insistência para que eu esclarecesse minha presença naquele lugar e momento, esta foi protelada inúmeras vezes, permitindo a perpetuação do desconforto. Isto dificultava minha apresentação e aproximação de agricultores que poderiam participar como entrevistados de minha pesquisa e, graças à sensação de instabilidade instalada, parecia que a qualquer momento meu contato com aquelas pessoas e aquele lugar seria interrompido, já que minha presença era marcadamente incômoda. Como poderia implicar possíveis informantes na minha pesquisa, com esta incerteza em relação à viabilidade de seu desenvolvimento naquele lugar?

Acompanhei a visita à agroindústria de laticínios, programada anteriormente pela agrônoma, visando a realização de entrevistas pela primeira pesquisadora. Ainda estava presente a segunda pesquisadora, também doutoranda, que estava residindo no município desde setembro do ano anterior e pesquisava especificamente jovens de famílias praticantes de agricultura convencional e orgânica.

A agroindústria dividia sua produção entre queijos convencionais e orgânicos, sendo produzidos em dias diferentes e com predomínio do primeiro tipo. A introdução da produção de queijos convencionais foi relacionada às dificuldades de comercialização dos produtos orgânicos e à necessidade de obter-se um rendimento maior, em decorrência das dívidas contraídas para a construção da agroindústria. Referências a estas dívidas geradas pela formação de agroindústrias, às dificuldades de superá-las devido a problemas para comercialização da produção, foram feitas diversas vezes. A entrevistada da primeira pesquisadora foi a filha do responsável pela agroindústria, que também era informante da segunda pesquisadora. Enquanto a visita (que necessitava de vestimenta especial, havendo apenas duas disponíveis) e a entrevista eram realizadas pela primeira pesquisadora

acompanhada pela agrônoma, eu permaneci conversando com a outra pesquisadora. Almocei na companhia das duas pesquisadoras e da agrônoma.

À tarde, acompanhei uma assembléia geral realizada no centro de formação da associação. O centro de formação era um prédio antigo que havia sido doado para a associação e posteriormente reformado. Houve um atraso no início da assembléia, devido à espera de um grupo que viria de outra cidade. As pessoas que já estavam lá, sentavam-se em cadeiras dispostas ao redor da sala, encostadas nas paredes. A reunião iniciou antes da chegada das pessoas que estavam atrasadas e, em seguida, foi interrompida pela chegada destas, havendo a necessidade de se re-posicionar todas as cadeiras. Houve alusões posteriores à participação não-efetiva na associação destas últimas pessoas que haviam chegado. A preocupação com o acréscimo de mais associados num momento de crise, devido às dificuldades de comercialização e às dívidas assumidas para a construção das agroindústrias (provavelmente havia outras dificuldades além destas declaradas abertamente, que eu não pude averiguar em consequência do curto período de convivência), foi declarada por agricultores durante a reunião e combatida pela interpretação de que esse questionamento traduzia o desinteresse pela expansão da associação. Esta problemática havia sido a causa da desvinculação de um número expressivo de produtores da associação, muitos deles retornando ao sistema produtivo convencional. Pude observar a representatividade das produções de fumo, *pinus* e carvão no município sede da associação, contrastando com a alardeada difusão da produção orgânica.

Na assembléia estiveram em pauta a produção de bambu como alternativa de produção orgânica, a construção de açudes para a piscicultura orgânica com o apoio financeiro do governo federal, a construção de uma eco-vila no município, os projetos de formação oferecidos pela associação, prestação de contas do dinheiro destinado pelos produtores para a associação (gastos relativos ao escritório da sede da associação) e escolha da nova coordenação da associação. Os três primeiros pontos foram abordados por pessoas que se retiraram logo após as suas falas, no primeiro e no terceiro caso eram palestrantes não vinculados à associação. O número diminuto de famílias beneficiadas pelo projeto da piscicultura orgânica mobilizou seu questionamento por um dos agricultores presentes, que foi rebatido por um dos coordenadores com a declaração de que a única exigência feita na

escolha das dez famílias participantes havia sido a certificação da produção orgânica⁴, ocorrida recentemente.

O otimismo na apresentação dos projetos que buscavam fortalecer a marca da associação, transformando-a num centro de referência pelo desenvolvimento de cursos de capacitação e pelo pioneirismo na apresentação de propostas envolvendo orgânicos, com apoio de instituições pública, contrastava com o número reduzido de associados presentes na assembléia que eu assistia. Uma certa tensão acompanhava a tendência de concentração das falas em poucas pessoas. O tamanho reduzido da cidade e a proposta grandiosa da associação pareciam contribuir para que suas histórias se confundissem, as problemáticas relacionadas à vida política local implicavam a associação de tal forma que acontecimentos ligados a uma interferiam diretamente na outra. Fiquei com a impressão de um certo distanciamento entre a coordenação da associação e os agricultores que a compunham, fato que parecia, em alguns momentos, alcançar a dissociação de interesses entre a coordenação e os produtores. Isto acabava gerando insatisfação com as condições gerais de trabalho, por parte dos agricultores associados, e o desconhecimento a respeito de alguns pontos constituintes daquele agrupamento, como o questionamento levantado por um dos agricultores presentes a respeito da diferença entre a associação e a cooperativa da qual fazia parte, corroborava esta impressão.

Após a reunião, houve uma confraternização na qual pude conversar com outros participantes da associação. Nas conversa informais desenroladas com os poucos agricultores e agricultoras a que tive acesso, devido a sua escassa presença na assembléia e à dificuldade de encontrá-los no dia-a-dia em consequência das longas distâncias a serem percorridas, foram ressaltados a sobrecarga de trabalho (desestimulando a continuidade dos estudos) e o excesso de dívidas contraídas. Outros pontos foram observados durante os dias em que acompanhei as atividades na associação: a inexistência de feiras realizadas pelos próprios agricultores e as dificuldades para realização de assessoria técnica aos produtores, já que a

⁴ Dickie e Haygert (2004) problematizam a certificação da produção orgânica no Brasil, já que a existência de uma definição do que é orgânico *in natura* na legislação não garante a fiscalização desta produção pelo Estado. Várias organizações não governamentais responsabilizam-se por este controle cobrando por ele e baseando-se em normas distintas. Além de aumentar os custos tanto para produtores quanto para consumidores, esta forma de inspeção não possui eficiência garantida.

responsável não tinha meios para se locomover da sede da associação até as propriedades rurais.

A presença de duas pesquisadoras, construindo suas teses a partir da realidade local e projetando o término dos trabalhos de campo para o final de maio, levaram à sugestão, por parte de mais de um dos membros da associação, de que eu voltasse a contatá-los em junho. A grande quantidade de trabalhos acadêmicos já realizados com os agricultores e agricultoras da associação, tomou outra proporção quando me deparei com estes sujeitos em seu cotidiano. Devido à dificuldade de locomoção na região e à localização da sede da associação em um município pequeno, as pesquisas acabavam se concentrando nos mesmos sujeitos, moradores dos locais mais próximos. Na conversa informal com técnicos da associação, coordenadores e agricultores, apareceram referências a outras pesquisas realizadas e o questionamento se eu já as havia lido. Esta questão, somada a uma certa exaustão ocasionada pelo excesso de pesquisadores circulando pela associação e entrevistando os agricultores e agricultoras, que não percebiam mudanças advindas destes estudos já produzidos, mostraram-me as dificuldades adicionais que teria que enfrentar para realizar minha proposta de trabalho.

A possibilidade de vislumbrar parte da dinâmica da associação logo após minha chegada, ao participar de uma assembléia geral visando à eleição de uma nova coordenação e conversar com pessoas que participavam ativamente da história da associação, teve um grande impacto sobre mim. Além disso, a possibilidade de diálogo com outras pesquisadoras no próprio campo, mobilizadas por interesses em comum e partindo de referenciais disciplinares diferenciados, engendrou um olhar aguçado sobre as realidades presenciadas. Foi mobilizado um certo mal-estar que acabou contribuindo para a decisão de que o momento não era propício para a realização da pesquisa que eu projetara. Durante minha permanência na cidade, num total de quatro dias, fiquei hospedada, com a pesquisadora que havia me dado carona, na casa de um casal pertencente à associação que havia desdobrado suas atividades no município. Pude conversar bastante com a dona da casa e constatar o clima de tensão e exaustão com relação ao excesso de pesquisadores e trabalhos. Estes pareciam não lhes proporcionar retornos que ajudassem a minorar as dificuldades de várias ordens que enfrentavam. O contraste existente entre as impressões que tive em minha primeira visita, em 2002, e a realidade encontrada nesta segunda exploração foi gritante. Contribuíram para isto,

além da minha permanência durante um período maior no município e o contato com as pessoas em seu cotidiano, o acompanhamento de uma reunião de caráter político, na qual os ânimos exaltados não permitiram que as falas se restringissem à divulgação de propostas positivas, relativas à associação. Não é possível desconsiderar a passagem de três anos e as mudanças ocorridas durante este tempo na associação⁵, como o fechamento de muitas agroindústrias.

Diante destas inúmeras dificuldades e do interesse de continuar abordando as temáticas levantadas no projeto de pesquisa elaborado para o mestrado, decidi junto com minha orientadora, procurar outra associação que tivesse passado pela transição de sistema produtivo, para a prática da produção orgânica.

Após um levantamento de possíveis associações que pudessem ser contatadas, procuradas através de pesquisas feitas na internet⁶, considerando a necessidade de ser uma associação (não um mero agrupamento de agricultores orgânicos ou agricultores orgânicos que trabalhassem isoladamente), que fosse constituída por agricultores familiares que já tivessem efetivado a transição para o cultivo orgânico e que tivessem sua produção baseada na policultura, acabamos escolhendo uma associação ecológica de Santo Amaro da Imperatriz/SC. Esta associação foi localizada através da descoberta de uma feira orgânica realizada todos os sábados no Largo São Sebastião, Rua Bocaiúva, Centro de Florianópolis/SC.

No dia 30 de abril, fui conhecer a feira de produtos orgânicos realizada semanalmente no Largo Sebastião. Encontrei, em meio a prédios altos de classe média/alta, uma pequena instalação de madeira onde estavam expostos produtos orgânicos cultivados por uma associação ecológica de Santo Amaro da Imperatriz. Nela trabalhavam dois homens, ligados por laço de parentesco, tio e sobrinho. Estavam expostas frutas, verduras, legumes, geléias, conservas, vinhos. Tudo embalado e, em sua maioria, identificado com a logomarca da associação. Através dos feirantes, fiquei sabendo que os responsáveis pela produção são agricultores familiares. O cultivo é feito por famílias que residem perto da associação, outras

⁵ Para obter mais informações, consultar Cabral, Luiz Otávio. (2004). Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar. Tese de doutorado não-publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁶ Foram consultados os sítios www.epagri.rct-sc.br, www.icepa.com.br, www.planetaorganico.com.br.

um pouco afastadas e alguns produtos são adquiridos de agricultores orgânicos de outros municípios da Região Metropolitana. A feira existe há quatro anos e atrai pessoas de toda Florianópolis. Comentei o meu interesse de conhecer a associação e questionei sobre a possibilidade de desenvolver a pesquisa junto aos seus agricultores e agricultoras. Recebi um folheto informativo, no qual constavam informações gerais sobre a associação e um mapa de sua localização, além de um telefone de contato para o qual eu poderia ligar e combinar uma visita. Fui muito bem acolhida neste primeiro contato e percebi receptividade em relação ao desenvolvimento da pesquisa junto dessa associação.

Na segunda-feira seguinte liguei para combinar uma possível visita e fui informada de que eu teria que aguardar alguns dias, pois aquele era o período de elaboração do balanço contábil da associação, o que acarretava uma intensificação dos trabalhos e a impossibilidade do recebimento de visitas. Voltei a ligar na segunda-feira seguinte quando ficou combinada a minha ida na próxima quarta-feira, dia da semana considerado o ideal para recebimento de pessoas na associação. A ansiedade neste momento era intensa, pois ainda havia o receio da impossibilidade do desenvolvimento da pesquisa neste lugar, que eu só conhecia pelas rápidas descrições feitas pelo agricultor responsável na feira orgânica, que passei a frequentar todas as semanas.

Geertz (1978) destaca que ao utilizar o método etnográfico, o pesquisador se depara com uma variedade de conceitos, que se encontram envolvidos de forma complexa entre si. O pesquisador precisa ler estes conceitos para, posteriormente, poder compartilhar com outros a interpretação feita por ele. Geertz (1978) lembra que “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão.” (p. 25).

Para poder desenvolver esta forma de leitura da realidade social, é necessário movimentar-se de uma maneira específica, apontada por Da Mata (1978): “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico” (p. 28). E também são relevantes, nessa forma de pesquisar, segundo Fonseca (1999, p.58) “a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, ‘nativos em carne e osso’ (...) com sua ênfase no cotidiano e no subjetivo”.

Para a efetivação da pesquisa foi importante a observação participante no local escolhido, acompanhando o cotidiano dos sujeitos que nele atuam. Para Geertz (1978) é “através da ação social que as formas culturais encontram articulação” (p. 27).

Saindo de Florianópolis às 7:00 horas, dia 11 de maio de 2005 – quarta-feira , cheguei à associação aproximadamente às 8:45 horas. A primeira parte do caminho (Florianópolis-Santo Amaro da Imperatriz) feita de ônibus e a segunda, do centro de Santo Amaro da Imperatriz até Vargem do Braço, percorrida de táxi.

A aproximação da associação, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro⁷, através de uma estrada de chão batido, íngreme e repleta de curvas, foi sinalizada por uma intensa neblina que destoava do clima quente da sede do município.

Quem me recebeu na entrada da propriedade rural foi o mesmo agricultor, Antônio⁸, com quem eu havia estabelecido contato por telefone. Antônio começou a me falar do início da produção orgânica, ele e dois irmãos sempre trabalharam juntos e pretendiam iniciar uma empresa, mas devido às dificuldades de financiamento decidiram criar uma associação de pequenos agricultores familiares.

Neste primeiro contato, não foi utilizado gravador, apenas diário de campo. Durante a familiarização com as pessoas e o lugar, infelizmente limitada a um curto espaço de tempo, optei por estabelecer apenas conversas informais, deixando as entrevistas para os encontros seguintes.

O incentivo para a transição de sistema produtivo veio tanto de um hotel do município que pretendia instalar um restaurante com alimentação orgânica, de uma rede de supermercados da Região Metropolitana de Florianópolis, que precisava de produtos orgânicos para revender, e da EPAGRI (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina). Ele fez uma visita a produtores orgânicos e à feiras ecológicas no Rio Grande do Sul. Depois, junto com outros agricultores de Vargem do Braço fez um curso no Centro Ecológico de Ipê – RS. Esta necessidade surgiu da dificuldade de plantar sem a utilização de agrotóxicos, devido a tentativas que tiveram como consequência o aparecimento e a impossibilidade de controle de várias pragas.

⁷ De acordo com Martins (2001) “Com dois decretos assinados em 1º de novembro de 1975 pelo então governador, Antônio Carlos Konder Reis, foi criado o Parque do Tabuleiro (nº 1.260) e declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, a área de terras destinada à unidade de conservação.” (p. 357) . Posteriormente, será discutido o posicionamento dos agricultores em relação à localização de suas terras em uma unidade de conservação.

⁸ Os nomes próprios utilizados nesta dissertação serão todos fictícios.

No segundo ano da produção orgânica, em dezembro de 1998, houve uma grande enchente que destruiu toda a lavoura quando ela ainda estava dando seus primeiros passos. Esta enchente foi comparada à outra grande enchente ocorrida também em dezembro, no ano de 1995, que destruiu uma ponte de concreto importante para ligação com a sede do município e deixou várias casas submersas.

A família do agricultor está morando naquela região há aproximadamente 90 anos. Esta informação proveio de um cálculo da idade da chegada do avô naquela região com 8 anos, seu falecimento aos 79 anos, desde os quais já haviam passado 20 anos.

Na sede da associação, um galpão de alvenaria, estão localizados o escritório, as câmaras de refrigeração, sala para lavagem e embalagem dos alimentos, sala para armazenagem da produção. Ao lado foi construído um refeitório, devido às visitas recebidas de grupos de agricultores, de representantes de supermercados, estudantes de escolas para os quais são fornecidas merenda orgânica e consumidores da produção orgânica. As visitas de representantes de supermercados foram destacadas, devido ao aumento das vendas que propiciaram, e relacionadas à necessidade de verificação na prática da produção como efetivamente orgânica, com a possibilidade de se repassar estas informações para os consumidores. As visitas de outros agricultores foram avaliadas de duas maneiras distintas, como tudo que é feito no Brasil ser baseado em “cópia” e a possibilidade de aprender com os erros dos outros, não os reproduzindo.

As casas dos agricultores ficam todas próximas, sendo os associados ali residentes ligados por laços de parentesco. Os pais, três irmãos e uma irmã com suas famílias participam da associação, sendo que outra irmã residente nas proximidades produz de forma convencional. Outra irmã reside no centro da cidade de Santo Amaro, produzindo atualmente pão orgânico fornecido para a merenda escolar, com ingredientes oriundos da associação, exceto o trigo orgânico que é trazido do Rio Grande do Sul. Outro irmão não trabalha com agricultura. A associação tem um dos três irmãos como presidente a seis anos, tendo a necessidade de fazer uma nova escolha em breve, devido ao tempo passado e à entrada de outros produtores na associação. Ele ficou responsável pela parte contábil da associação e recebimento das visitas, devido à “sua facilidade para falar”; outro irmão ficou responsável pelas feiras em Florianópolis, a decisão de uma única pessoa se responsabilizar pela feira, foi tomada pela

possibilidade desta estabelecer vínculo com os consumidores, ser reconhecido e reconhecê-los e poder receber encomendas; o terceiro irmão fundador da associação é responsável pelas entregas nos supermercados.

O agricultor enfatizou que quando conversa com outros agricultores interessados em adotar a agricultura orgânica, compara-a à agricultura executada por seus avós, exceto pelas queimadas usadas com muita frequência, principalmente pelos descendentes de alemães. A referência à etnia alemã, apareceu em outro ponto da conversa, quando ele contou que supermercadistas se referiam aos participantes da associação como “alemães”, destacando a pontualidade na entrega dos produtos.

Também contou sobre sua ida à feira mundial de orgânicos na Alemanha, através da certificadora dos produtos da associação, em que expôs produtos como cebola e cenoura, em que recebeu pedidos de fornecimento de grandes quantidades de produtos que não poderiam ser atendidos devido ao tamanho da área cultivada pela associação, e ofertas de financiamento para possibilitar o aumento da produção. Não houve possibilidade de trocas com outros agricultores, devido à disponibilidade de apenas um tradutor. A associação trocou de certificadora neste ano, devido ao descrédito com a anterior cujos selos de certificação foram encontrados em produtos não orgânicos. Ao falar da certificadora atual, foram destacados os cuidados desta durante a visita de inspeção, a coleta de terra para análise em outro estado e a indicação de mudanças que deveriam ser feitas, além de ter sublinhado que esta nova certificadora é internacional.

Uma reclamação feita pelo agricultor e confirmada por sua esposa, Camila, e tia, Alberta, às quais eu fui apresentada após um tempo de conversa, foi a grande quantidade de “borrachudos” na região. Esta é vinculada pelo agricultor à grande quantidade de sítios na região, que só visitam suas propriedades nos finais de semana e para mantê-las limpas utilizam agrotóxicos que acabam contaminando o ambiente. O peixe, que é predador natural das larvas acaba desaparecendo devido à contaminação das águas. Para trabalhar, eles precisam utilizar calças compridas, tanto no verão quanto no inverno. A entrada da região no Programa Microbacias (antes não era possível devido à localização das propriedades no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro) é uma possibilidade vislumbrada pelos agricultores de combater este problema. Ao pedir se seria possível fazer uma entrevista com

Camila, ela me disse que eu teria que agendar com seu esposo. Esta situação, assim como outras, fui compreendendo melhor ao longo das visitas seguintes e das entrevistas. Antônio era o principal responsável pelo recebimento das visitas na associação, dessa forma, enquanto visitantes circulavam em sua companhia pela associação, os outros agricultores continuavam sua rotina de trabalho, interrompendo-a apenas quando abordados. A presença constante de interessados em conhecer a associação tinha levado estes agricultores a privilegiarem um dia da semana para o seu recebimento, quarta-feira, e a escolha de um deles como responsável pela apresentação do local.

A possibilidade de estudar também foi relatada pelo agricultor, que não havia terminado o ensino fundamental e pode fazê-lo através de um grupo formado ali mesmo na comunidade de Vargem do Braço, acompanhado por um professor vindo da sede do município. O aprendizado na prática cotidiana, contrastando com o aprendizado formal trazido pelo professor e o bom desempenho dos alunos que deveriam alcançar a nota 5 e conseguiram 8 e 9, foram ressaltados. Foi dado destaque também ao fato das crianças de Vargem do Braço serem elogiadas nas escolas do município por serem “quietinhas”. A ajuda destas crianças na propriedade, após fazerem os “deveres” da escola, questionando a rigidez das medidas estatais que proíbem o trabalho infantil, também foi relatada.

Foi feita a comparação com os produtores convencionais por meio da descrição de conflitos. Um dos vizinhos plantou tomate convencional na divisa com as terras cultivadas por agricultores pertencentes à associação, alegando que por não existir agrotóxico na plantação orgânica as pragas migrariam para ela. O vizinho surpreendeu-se quando aconteceu exatamente o contrário, as pragas se concentraram na área desequilibrada ambientalmente pelo uso de agrotóxicos. Foi descrita a necessidade de aprender a lidar com as adversidades, como os carrapatos que deveriam ser tirados através de corte na região infectada do animal, e não com a aplicação de veneno, assim como a utilização de produtos naturais, presentes na propriedade, para a eliminação de pragas.

Foi pedido que eu entrasse em contato com o agrônomo da EPAGRI na cidade, para conversar sobre a pesquisa. Por mais que eu manifestasse o interesse de ouvir os próprios agricultores e agricultoras falando sobre a conversão para a produção orgânica, o conhecimento técnico que poderia ser disponibilizado pelo técnico era ressaltado. Reafirmei a

vontade de conversar mais e fazer algumas entrevistas e recebi a confirmação, com a preferência por alguns dias da semana menos atribulados de trabalho, como a quarta-feira. Combinei de ligar novamente para marcar outra visita.

Fui até o sindicato dos agricultores de Santo Amaro, onde pude falar com o agrônomo indicado pela associação. Ele explicou que aquele procedimento era necessário para evitar a sobrecarga dos agricultores e para se ter uma idéia de quais eram as pessoas trabalhando com os agricultores. Pedi algumas informações sobre o meu projeto, instituição de origem, tipo de trabalho. Sugeri que eu fizesse as entrevistas nas quartas-feiras, dia menos atarefado para os agricultores. Perguntou sobre o tamanho da minha entrevista e comentou que eu talvez tivesse que realizá-las enquanto os agricultores trabalhassem no campo, por isso a necessidade delas serem mais objetivas. Comentou que falaria com os agricultores sobre o meu interesse de pesquisar lá quando os encontrasse e disse que estava tudo bem.

Fui informada, tanto durante esta primeira visita quanto na minha ida semanal à feira orgânica no Largo São Sebastião, da realização de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa sobre o “Desenvolvimento dos produtos orgânicos em Santa Catarina”. Compareci a esta, que foi realizada na manhã de 16 de maio. Nela estavam presentes, além de deputados e funcionários estaduais (EPAGRI e Secretaria de Agricultura), representantes de várias associações orgânicas do estado. Nesta audiência foram destacados o crescimento na produção orgânica em todo mundo, especialmente no estado de Santa Catarina, sua relação com a pequenas propriedades rurais familiares, a necessidade de normas específicas e do apoio estatal, a necessidade de mais discussões sobre a certificação de produtos orgânicos e políticas públicas específicas para os orgânicos, como a elaboração de propostas de financiamento.

Após mais uma semana de muita expectativa, consegui realizar minha primeira visita de dia inteiro, com o desenvolvimento de entrevistas, em 23 de maio de 2005, segunda-feira. Esperava tê-la realizado na quarta-feira anterior, como havia combinado informalmente mas ao ligar para confirmá-la, fui informada da impossibilidade de fazê-lo, devido a compromissos médicos agendados para aquele dia pelo agricultor responsável pelo recebimento das visitas na associação. Nesta ligação já ficou acertada minha ida na segunda-

feira da semana seguinte, sem necessidade de confirmação prévia. Imaginei que minhas visitas fossem facilitadas a partir de então, o que não se consolidou.

O dia que havia amanhecido ensolarado, ficou com o céu repleto de nuvens escuras, anunciando uma possível chuva para breve. Mesmo assim, saí de Florianópolis às 7 horas e 40 minutos e cheguei na associação às 9 horas e 10 minutos, aproximadamente. O tempo permaneceu nublado e escuro durante o dia todo, mas a chuva só se precipitou quando eu já havia retornado para Florianópolis.

Novamente, fiz o primeiro trecho entre Florianópolis e Santo Amaro da Imperatriz, de ônibus e o segundo do centro de Santo Amaro da Imperatriz a Vargem do Braço, de táxi. Chegando, fui em direção ao galpão sede da associação e não consegui visualizar ninguém. Fui à casa do agricultor com quem eu havia conversado na primeira ida (que fica ao lado), e encontrei a esposa dele. Camila disse que Antônio estava no galpão a minha espera. Combinei minha permanência até o final do dia, convidaram-me para almoçar com eles e acabei acertando que conheceria a propriedade rural de um dos agricultores fornecedores da associação ainda pela manhã, já que tinha interesse em conversar com jovens e nesta família havia uma adolescente.

Indicaram-me o caminho para chegar até lá: teria que sair pelo portão que sinalizava a entrada na associação, caminhar até a estrada através da qual eu tinha vindo do centro de Santo Amaro e atravessá-la seguindo em frente, virando à esquerda logo após passar uma ponte, passando por uma pastagem e por uma casa azul e, finalmente, encontrar uma casa de madeira com uma parábólica em frente. Eu não esperava um caminho úmido e o encontro de alguns pontos com água empossada como aconteceu, já que a última chuva havia ocorrido há alguns dias. Aquela área se caracterizava por uma absorção bem mais lenta da água, devido ao rio que corria por ali e o manejo orgânico, segundo o agricultor responsável, que propiciava uma necessidade menor de revirar a terra.

Aproximando-me do portão, visualizei o agricultor (Rubens) que havia sido chamado pelos familiares após a ligação, feita em minha presença na associação, para verificar se era possível a minha visita naquele momento. Convidou-me para entrar em sua casa onde estavam a esposa (Joana), a filha (Carolina) e o filho (Marcelo), além de um sobrinho (João). Acolheram-me com muita cordialidade e sentamos todos ao redor da mesa da cozinha,

enquanto eu me apresentava e justificava minha presença ali. Foram muito receptivos em relação à pesquisa e, após a assinatura do termo de compromisso, pedi que me contassem sobre suas histórias de trabalho. O relato foi iniciado pelo agricultor e era complementado ou intercalado por falas da agricultora. Precisei me manifestar poucas vezes, já que eles mostravam grande entusiasmo em compartilharem suas histórias.

O almoço foi feito durante minha presença ali, tanto por Carolina quanto por Joana, todos insistiram para que eu permanecesse para o almoço após o término das entrevistas. Como eu já havia combinado com a outra família, tive que recusar. Os filhos almoçaram antes dos pais, o que foi apontado como um costume devido à saída do ônibus escolar às 11:30 horas. A filha adolescente, após apresentar algum receio comentou sobre sua vida escolar e os projetos para o futuro. O filho caçula e o sobrinho permaneceram em silêncio. Quando terminei as entrevistas, enfatizaram que eu poderia retornar se precisasse, com a possibilidade de pernoitar e fazer as refeições em sua casa.

Voltei para a sede da associação, dirigindo-me para a casa dos agricultores com os quais havia combinado o almoço. A mesa era composta por pratos variados e pude conversar sobre diferentes assuntos com o agricultor e a agricultora durante a refeição.

Fui encaminhada, após o almoço, para a casa dos pais de Antônio, que ficava próxima dali. Fui acompanhada por Camila que depois de apresentar-me, deixou-me a sós com o casal, Gerson e Isabel, para a realização das entrevistas. Eles haviam acabado de acordar e contaram-me que haviam ido até São José naquela manhã para consultar um médico. Nesta entrevista tive que objetivar mais meus questionamentos, isso possibilitou a ampliação da fala dos agricultores. Falaram-me de suas histórias de trabalho, das dificuldades ligadas às doenças que possuíam na atualidade, da participação na associação e a agricultora mostrou-me também seus trabalhos manuais, toalhas bordadas à mão. Estas duas entrevistas, que se caracterizavam por falas que muitas vezes se sobrepunham, não se prolongou muito devido à menor disponibilidade do casal para falar.

Voltei para a casa dos agricultores com quem havia almoçado, Camila e Antônio. Estes propuseram que eu fosse até o centro de Santo Amaro da Imperatriz com eles, já que fariam as compras do mês naquela tarde.

A segunda visita, com saída de Florianópolis às 7:00 e chegada na associação aproximadamente às 8:40, ocorreu no dia 01 de junho. Encontrei o agricultor que havia me recebido nas outras vezes no escritório, escrevendo a ata de uma reunião mensal da associação. Outra seria realizada naquela noite para prestação de contas da associação, ele me explicou a questão da distribuição do dinheiro através de porcentagem para os agricultores. Mostrou-me alguns gráficos com dados financeiros da associação, contou-me da existência de outra associação, da qual participara anteriormente, tendo desistido para constituir sua própria associação junto com dois irmãos. Falou do desligamento de seus pais com a compra do maquinário pertencente a eles e do pagamento de um salário mensal pela utilização de suas terras. Mostrou-me as fotos da propriedade rural, das primeiras plantações, de uma grande enchente (1998), de uma geada intensa, dos diferentes alimentos produzidos. Fotos de sua viagem para Nuremberg, para participar da feira mundial de produtos orgânicos. Destacou suas impressões com a neve, a cidade antiga, a qualidade do chope, o aeroporto em frente ao hotel que pode fotografar, a viagem em classe econômica em bancos apertados, o estande onde apresentaram seus produtos (cenoura, beterraba e cebola) que acabaram murchando devido ao sistema de aquecimento local (a temperatura era de até 12° negativos), as reações corporais ao frio como a necessidade de usar constantemente manteiga de cacau, a alimentação diferenciada com muita gordura como o prato composto de Joelho de Porco, batata em creme e repolho (“chucrute”), a educação diferenciada, com os homens concedendo sempre lugar às mulheres, a falta de fiscalização para o pagamento do metrô e não pagamento pelos brasileiros, a admiração pela arquitetura e decoração de uma padaria na qual não foi possível comer o pão. O recebimento de um convite para a feira a ser realizada no próximo ano e a necessidade da participação de outros agricultores, para incentivá-los, e o alto custo da viagem também foram relatados. Ele gravou as informações financeiras, o histórico da associação e as fotos em um cd- room que me foi apresentado.

Fui conversar informalmente com Guilherme (15 anos), filho mais jovem de Bianca e Henrique. Bianca é irmã de Antônio, que me apresentou ao sobrinho para que eu pudesse conversar com mais um adolescente. Ele ajuda no empacotamento duas vezes por semana e estava na área direcionada a este procedimento na associação. Contou-me que este trabalho

ajuda a passar o tempo. Estuda à tarde e gosta de jogar futebol nas horas de lazer. Muito envergonhado, permaneceu cabisbaixo durante quase toda a conversa.

Fui conversar, então, com Camila. Quando cheguei, mais cedo, desloquei-me diretamente para o galpão da associação, ao passar pela casa dela ouvi o barulho da máquina de lavar-roupa e imaginei que ela estivesse trabalhando lá. Ela confirmou isto posteriormente. Neste momento da manhã ela já estava trabalhando na lavagem e embalagem de alimentos (aproximadamente 10:00 horas). Deslocamos-nos para a ala principal do galpão e sentamos em uma mesa longa de madeira com bancos grandes nos dois lados. Ficamos sentadas lado a lado. Primeiramente ela ficou somente escorada na mesa, em pé, então brinquei que parecia que ela queria sair fugindo e ela sentou. Comecei pedindo que ela me contasse sobre sua história de trabalho antes e depois da transição para os orgânicos. Ela perguntou se as meninas (suas filhas de 7 e 9 anos) não atrapalhariam a gravação por estarem transitando por ali e podendo falar, eu respondi que não. Na primeira pausa da gravação, ela reclamou que o gravador era desconfortável, que não estava acostumada com entrevistas. Era seu marido que costumava conceder as entrevistas e receber as visitas. Que eu tive muita sorte de encontrá-la na minha primeira visita e pedir para conversar com ela, pois costuma escapular deixando para o marido a responsabilidade das entrevistas. Falou-me pela segunda vez de uma entrevista para um canal rural no dia internacional da mulher. Mas ressaltou que desta vez ela só a concedeu por insistência do agrônomo da EPAGRI, que lhe disse não ter encontrado outra pessoa para fornecê-la e precisava muito dela. Disse responder às perguntas dos visitantes quando estes conheciam a área de lavagem e embalagem. Contou sobre sua ansiedade ao falar, relatando um episódio em que ao ser indagada sobre o preparo de jiló, imediatamente descreveu uma receita sem saber se ela era possível ou não, e a mulher que havia perguntado saiu dali muito feliz.

Antônio aproximou-se uma vez de nós e numa segunda vez, aproximadamente 11:05, comentou sobre o horário. Ela ficou surpreendida pelo horário e foi até a casa para preparar o almoço para as meninas saírem às 11:30. Depois, no almoço, ela comentou: “não é porque elas são pequenas que elas não merecem atenção”.

Fui então ao escritório, para fazer a entrevista gravada com o agricultor responsável pela minha recepção, Antônio. A situação foi um pouco estranha, pois nós já havíamos conversado

informalmente diversas vezes: na primeira visita quando ele me apresentou a associação e toda a sua história, recebendo-me nas duas outras visitas, almoçando com ele e sua esposa, encaminhando-me para os encontros com outros agricultores, dando carona no retorno dos últimos encontros até o centro de Santo Amaro da Imperatriz. Tivemos menos de uma hora para conversar, já que ao meio dia em ponto fomos almoçar. Na outra visita, quando eu havia conversado pela manhã com Rubens e Joana, demorei a sair de lá e acabei chegando 12:30 para o almoço, eles haviam chamado minha atenção dizendo que ali se almoçava pontualmente ao meio-dia.

Camila não havia feito ainda a salada e pediu para Antônio buscar a alface. Ela havia feito pão também e o assou enquanto almoçávamos. Disse costumar fazer o pão em casa e quando não conseguia tempo, preparava um bolo antes do almoço. Raramente compravam o pão fora. À tarde, pediu para o esposo trazer rosca de uma padaria em Santo Amaro. Havia uma grande variedade de pratos na mesa: arroz, feijão, aipim frito, batata, bife a milanesa, salada de cenoura e alface. Fiz referência a esta variedade, complementando uma fala anterior de Camila “de que aquilo era comida de agricultor”, ela disse, então, que na roça se comia bastante, grande variedade e pouca salada, ao contrário da cidade. Um hábito interessante para produtores de verduras. O agricultor falou das comidas prontas nos supermercados das cidades, principalmente para os estudantes. O telefone tocou duas vezes durante almoço, mostrando como a casa deles e a sede da associação se confundiam, compartilhando o mesmo número de telefone.

O agricultor saiu logo depois do almoço para encontrar seu irmão, responsável pela feira, que havia passado de trator por ali, dirigindo-se para o galpão da associação. Antônio ainda passaria no contador em Santo Amaro e no final do dia teria uma reunião da associação. Ligou para a irmã e o esposo dela, combinando minha entrevista para as 13:00 horas.

Sentei-me com o casal, Bianca e Henrique, na mesa da cozinha. Os dois me contaram suas histórias de trabalho, sendo Bianca a mais falante. Após a entrevista, eu acompanhei os dois até o lugar do plantio das hortaliças. Comemos algumas bergamotas colhidas em frente da casa, antes de nos deslocarmos até o pedaço de terra destinado ao cultivo orgânico. Lá estavam também o agricultor e a agricultora responsáveis pela feira (Francisco e Roberta),

dois empregados, um homem e uma mulher, fazendo a colheita de ervilha. O filho de Francisco e Roberta, Carlos (8 anos), brincava pelas imediações.

Acompanhei o plantio de rucula pelo casal que eu acabara de entrevistar, Bianca e Henrique. Os canteiros tinham cultivos alternados (um canteiro de agrião, outro de brócolis, outro de ervilha) e cada família era responsável por alguns tipos de cultivo. O clima de trabalho era agradável, as pessoas conversavam e algumas vezes riam enquanto trabalhavam. O casal trabalhou em conjunto, cada um plantando em um dos lados do canteiro. O céu estava ensolarado, sem nuvens e com um calor pouco típico para junho na serra.

Combinei ainda entrevistar o casal de agricultores responsável pela feira, na quinta-feira da semana seguinte. Havia combinado retornar de carona para Santo Amaro novamente, então me desloquei até a sede da associação. No caminho entre a associação e o centro, concluí a entrevista com o agricultor responsável pela minha recepção. Ele mostrou-se disponível para retirar qualquer dúvida que surgisse posteriormente, por telefone, devido à sobrecarga de trabalho.

Na quinta-feira, 09 de junho, desloquei-me até o bairro Itacorubi, em Florianópolis, para realizar minhas duas últimas entrevistas. Para minha surpresa a agricultora havia cancelado sua ida naquele dia. Assim, fiz uma entrevista individual com o agricultor responsável pela feira. Enquanto conversávamos, o sobrinho dele atendia a freguesia.

Na quinta-feira seguinte, 16 de junho, encontrei a família reunida na feira. O agricultor que eu havia entrevistado na semana anterior (Francisco), a agricultora (Roberta) e o filho (Carlos), que eu havia conhecido na associação. Eu e ela decidimos ficar sentadas dentro do caminhão devido ao fluxo intenso de veículos no local, provocando muito barulho, e à presença de fregueses. Ela se sentiu mais à vontade para falar quando o gravador permanecia desligado. Contou-me sobre sua história de trabalho e sua realidade atual, enfatizando bastante a família.

A possibilidade de se abrir mão da preocupação com um maior número de entrevistados, provém da ênfase num “conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos” (Geertz, 1978, p.31), isto é, o aprofundamento da pesquisa não está relacionado ao número de pessoas entrevistadas mas, sim, à qualidade destas entrevistas. Foram entrevistadas doze pessoas no total, sendo seis mulheres e seis homens. Entre eles, uma jovem (16 anos), um

jovem (15 anos), e um casal de idosos, ela com 67 anos e ele com 70 anos. As outras mulheres tinham 45 anos, 38 anos, 30 anos e 40 anos e seus respectivos maridos, 51anos, 40 anos, 37 anos e 43 anos.

O casal de idosos (Gerson e Isabel) possui sete filhos, sendo que dos quatro filhos, três filhos homens trabalham com agricultura e dois foram entrevistados (Francisco, 40 anos e Antônio, 37 anos). O terceiro filho do casal que trabalha com agricultura é responsável pelas entregas da associação e por isso não foi possível entrevistá-lo, não estava presente em nenhuma das visitas à associação. Das três filhas do casal Gerson e Isabel, duas são agricultoras, uma vinculada à associação, Bianca (45 anos) e outra trabalha com agricultura convencional, numa propriedade próxima à sede da associação. A terceira filha mora no centro de Santo Amaro da Imperatriz e atualmente, produz pão com ingredientes orgânicos fornecido para a merenda escolar da rede estadual de ensino, pela associação.

O casal formado por Francisco (40 anos) e Roberta (38 anos) tem dois filhos, Carlos (8 anos) que pude conhecer e Rebeca (11anos) que não cheguei a ver. Antônio (37 anos) e Camila (30 anos) têm duas filhas: Juliana (9 anos) e Andréia (7 anos). Henrique (51 anos) e Bianca (45 anos) têm três filhas adultas que moram e trabalham no centro de Santo Amaro da Imperatriz e o filho mais jovem, Guilherme (15 anos) que reside com eles e com quem conversei.

O casal Rubens (43 anos) e Joana (40 anos) não possui nenhum laço de parentesco com os outros participantes da pesquisa. Eles têm dois filhos, Carolina (16 anos) que foi entrevistada e Marcelo (13 anos). Sua residência fica próxima à associação, para qual fornecem produtos.

3. AGRICULTURA ORGÂNICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE VARGEM DO BRAÇO

Nos últimos anos, muitos questionamentos vêm sendo elaborados sobre a viabilidade do modelo de desenvolvimento vigente. Autores como Elmar Altvater argumentam sobre a impossibilidade de dar continuidade a uma forma de desenvolvimento baseada num alto consumo de energia e matéria de diferentes origens que para serem transformadas necessitam de métodos de alta tecnologia e “precisa realizar e organizar nesta base uma prática de vida européia-ocidental, com os correspondentes modelos ideológicos e de pensamento e instituições políticas e sociais reguladoras” (1995, p. 25). A propagação deste padrão de vida para todos os confins do Planeta Terra mostra-se claramente inexequível.

A intensa produção de “bens oligárquicos” (Altvater, 1995, p.28), dentro deste modelo de desenvolvimento, projetados para atingirem um número limitado de pessoas e para se tornarem rapidamente obsoletos, pode ilustrar a não sustentabilidade de um sistema que pressupõe um crescimento de produção exorbitante, acompanhado da impossibilidade de distribuição de seus produtos de forma ampla pela sociedade.

A possibilidade da implantação de alternativas sustentáveis dentro da própria sociedade capitalista, “a sustentabilidade definida como a busca de eficácia econômica, social e ambiental objetivando atender às necessidades e anseios da população atual (compromisso sincrônico), sem desconsiderar os das gerações futuras (visão diacrônica)” (Montibeller Filho, 2001, p. 25), apesar de ser polêmica, é cogitada cada vez mais. Gilberto Montibeller Filho (2001) afirma que este conceito elaborado no interior do movimento ambientalista, apesar de não poder ser aplicável à totalidade da sociedade capitalista, não deve provocar a paralisação das ações a favor de transformações na condição social, econômica e ambiental da atualidade.

No meio rural, foco desta dissertação, há indícios do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na “Revolução Verde” (Porto Gonçalves, 2001, p. 152), iniciada nos anos 50 nos Estados Unidos da América, que impôs à agricultura uma dinâmica de funcionamento fundada na utilização intensiva de máquinas e insumos químicos. Eduardo Ehlers (1999) destaca também o modelo genético (resultado da intensificação das pesquisas

da engenharia genética) atrelado a esta revolução que, acompanhando os recursos químicos e mecânicos, compôs o que ficou conhecido como “pacote tecnológico”.

O sistema de produção veiculado pela “Revolução Verde” foi especialmente nocivo para os agricultores familiares que, muitas vezes, tiveram que incorporar a suas pequenas propriedades um ideário relacionado às grandes propriedades monocultoras, com baixa utilização de mão-de-obra e intensivo emprego de implementos e insumos agrícolas. A degradação sócio-ambiental decorrente intensificou o êxodo rural, contribuiu para a diminuição da renda familiar, o esgotamento do solo, a poluição da água e da terra, a diminuição da biodiversidade, o adoecimento da população, entre outras conseqüências.

A estrutura de produção baseada na “Revolução Verde” mantém-se como predominante, apesar das inúmeras críticas recebidas. Como alternativa aos seus princípios, surgem modelos de sustentabilidade, apropriados principalmente pela agricultura familiar. Júlia Guivant (1995) fala sobre a dificuldade de se definir sustentabilidade agrícola. A autora afirma que este termo acaba atuando como um “guarda-chuva”, aglutinador de diferentes conceitos como agricultura regenerativa, biológica, orgânica e ecológica. Estas categorias, segundo a autora, contrapõe-se às práticas agrícolas tradicionais e convencionais. As técnicas tradicionais são comumente relacionadas ao período anterior à “Revolução Verde” e as convencionais são vinculadas a este projeto de modernização agrícola.

Para Ehlers, as formas alternativas de agricultura têm em comum “o objetivo de desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável” (1999, p.75). Além disso, o autor destaca algumas peculiaridades práticas destas alternativas agrícolas, como a redução do uso de agroquímicos para favorecer processos biológicos; a utilização de adubos orgânicos, tanto vegetais quanto animais; o consórcio e a rotação de diferentes culturas; controle de insetos, doenças e ervas daninhas através de preparados biológicos.

Neste trabalho, optou-se pela utilização do termo “agricultura orgânica”, utilizado pelos agricultores familiares entrevistados para definirem suas práticas. Para Guivant (1995), a agricultura orgânica está comprometida com o resguardo do meio ambiente e da saúde, sem pretensões de crescimento produtivo rápido, mas não abdicando da comercialização de sua produção. A exclusão de insumos químicos das práticas agrícolas em uma propriedade rural

orgânica não significa, necessariamente, que as trocas com o exterior serão extintas. Pode haver, por exemplo, a necessidade de obter fertilizantes orgânicos em outras localidades, devido a uma produção própria que não cubra suas necessidades. A autora, no entanto, cogita a existência de propriedades rurais auto-suficientes.

Guivant (1995) defende ainda que a agricultura orgânica não se detém em interesses econômicos, constituindo-se num modo de vida em que a agricultura recebe destaque e em que se pretende suprir as necessidades alimentares de grupos localizados. A autora vincula à agricultura orgânica uma maneira diferenciada de se viver, mais simples, em que há oposição ao “paradigma ocidental de consumo intenso e conseqüente degradação ambiental” (Guivant, 1995, p.107). Outras preocupações inerentes à agricultura orgânica, apontadas pela autora, são evitar a poluição e buscar o equilíbrio dos ecossistemas. Isto não impede a utilização de técnicas tradicionais, desde que estejam de acordo com os princípios da agricultura orgânica.

Os agricultores familiares de Vargem do Braço descreveram vários motivos que os impulsionaram a adotar a agricultura orgânica. Entre eles a localização de suas terras no interior do Parque da Serra do Tabuleiro, em que estão nascentes de rios importantes para o fornecimento de água para a Região Metropolitana de Florianópolis e a intoxicação de agricultores pela utilização de agrotóxicos. Nas palavras de um deles:

“(...) os ponto forte foi a intoxicação e outra de nós tá morando dentro de uma área de reserva, que foi a água.” (Francisco, 40 anos)

O agricultor descreve a intoxicação por agrotóxico que sofreu, esta teve como repercussão o interesse pelo cultivo orgânico e a posterior criação da associação orgânica, da qual ele foi um dos fundadores:

“Até uns ano, 1990, eu já trabalhava com bastante agricultura e com convencional, muito veneno e parte de química, né. E 1990, eu fui pro hospital, fui intoxicado com agrotóxico, né. Aí foi um ponto que senti muito mal assim, problema me intoxicô mais na parte sanguínea, né. Tive que fazê tratamento desde ali não aceitava mais, eu trabalhava com agrotóxico assim, ainda mas não aceitava mais aquele, o próprio cheiro já me fazia mal,

né (...) Aí fui, a partir de 93, 94, daí começô a própria família queria mudá alguma coisa mas não sabia como.” (Francisco, 40 anos)

As dificuldades financeiras também mobilizaram a transição para o plantio orgânico, como afirma este outro agricultor:

“Que a gente fez uma tomatara de seis mil pé de tomate, tomaterinha grande, meio hectare. E nessa tomatara a gente, na época comprô uma semente que a semente do tomate, assim que saiu um tomate longa vida, ela custava, a grama da semente custava, uma grama era equivalente a duas grama de ouro, o preço da semente, o valor. A gente plantô três pacote, três pacote dessa semente, 30 grama de semente plantemo. Deu tanta praga nessa tomatara, acho que foi esse o incentivo, deu tanta praga que nós colhemo 20 quilo de tomate nessa tomatara. A praga comeu tudo. Tinha semana que era aplicado três vez agrotóxico (...) Comeu tudo. Não colheu nada. E a gente olhô um pro outro, “O que nós tamo fazendo? Se matando? Nós tamo se matando aqui no meio da roça com aquele agrotóxico todo. E não tem renda. O que nós ganhemo numa lavoura, joguemo tudo de água abaixo, que trabalhemo. Que nós tamo fazendo?”E esse, eu acho, foi um dos maior incentivo.” (Antônio, 37 anos)

A preocupação com as novas gerações, num ambiente de trabalho familiar, em que as crianças circulam pelos mesmos espaços que os adultos, também incentivou a mudança de sistema produtivo:

“(...) tu via os teus filho crescendo ali naquele monte de veneno, tu se espantava, né, porque tu ia passá o veneno na roça, aquilo ficava branquinho, branquinho. O tomate ficava branquinho, branquinho. Daí, o que acontece, uma pequena ia lá e apanhava uma baguinha. Só que tu via que aquilo tava errado e tu não podia fazê nada porque, porque tinha que acompanha a mãe na roça, a mãe ajudava o pai. Então, depois passemos a plantá o sem veneno daí ela já podia apanhá a baguinha que não tinha problema nenhum. Podia

até, se tivesse madura, podia até come que não fazia mal. Que tinha passado ali era só um bichinho, uma... não tinha essa parte de veneno, né.” (Camila, 30 anos)

A saúde recebe destaque na opção pela agricultura orgânica, não só por causa de casos mais graves, como os de intoxicação. O relato de uma agricultora sobre as condições que enfrentavam, tanto o marido quanto ela, no período da prática convencional demonstra isto:

“Porque esse aqui, o tempo que a gente trabalhava com agrotóxico, quando ele passava veneno, ele vivia todo cheio de alergia. Ele ficava com o corpo todo empipocado, queimava mesmo, corpo dele ficava tudo, era uma tristeza. E eu, vivia toda a vida com nariz escorrendo, vivia tossindo, vivia com os olho cheio de lágrima, toda vida. Quando entrava dentro da roça de tomate era uma tristeza (...) Esse aqui, saía do veneno, se jogava dentro da água pra se lavá porque, queimô que dava no corpo dele, né. Então, depois que nós começemo a plantá com o orgânico, ninguém mais sabe o que é isso, uma alergia, uma cocera, um escorrimento no nariz, ninguém sabe o que que é isso. Pra nós, uma maravilha.” (Joana, 40 anos)

Os fatores que impulsionaram estes agricultores a assumirem os riscos da transição para a agricultura orgânica, combinando-se de diferentes maneiras e atuando geralmente em conjunto, demonstram a complexidade deste processo. Mudar o modelo de sistema produtivo não se dá de forma simples, já que estão implicadas transformações que não se restringem às técnicas de trabalho. A escolha, dessa forma, é impulsionada por acontecimentos que possuem uma importância considerável para os agricultores.

Na transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, os agricultores podem encontrar alguns obstáculos que tornam o processo mais oneroso. Mesmo após a implantação do novo sistema produtivo e decorridos alguns anos, estes trabalhadores ainda podem se deparar com percalços. Alguns desses transtornos acompanham os agricultores no início do cultivo orgânico, outros surgem com a complexificação da prática, outros caracterizam a agricultura orgânica de uma forma mais geral, enquanto outros são comuns tanto à agricultura orgânica como à convencional.

Os transtornos decorrentes das condições climáticas são compartilhados pelos agricultores que utilizam técnicas orgânicas e convencionais. Estes contrastes foram destacados pelos agricultores participantes desta pesquisa, reafirmando a importância que as variações do tempo possuem para o desenvolvimento da agricultura. Nas palavras de um agricultor entrevistado:

“A maior problema nosso ainda hoje é os três mês, que é janeiro, fevereiro e março que é muito quente. Daí prejudica muito na, no crescimento da lavoura, né.” (Rubens, 43 anos)

Apesar de enfrentar muitas dificuldades na transição para a agricultura orgânica, as quais serão discutidas em seguida, as situações climáticas com que se deparam recebem atenção especial devido à sua importância no processo agrícola. Outro agricultor menciona algumas dificuldades relacionadas a este mesmo tema:

“Lógico que uma vez por ano a gente encontra de vez em quando uma chuva, né, exagerada, uma geada. Foi o que aconteceu no ano 2000, uma geada muito forte que dominou, dois meses ninguém não colheu quase nada, foi uma geada muito forte. As vezes enchente, de vez em quando, que nossas, todas as propriedades tem problema de dá enchente. Então, pega de surpresa assim, alguma coisa, daí dá essa quebra, isso aí é normal, agricultura é uma loteria, eu digo. Que as vezes planta, não sabe se vai colher, não pode dizer que vai colher, é uma loteria.” (Francisco, 40 anos)

No relato deste agricultor aparecem alguns desarranjos vinculados ao tempo, de proporções maiores. As geadas e enchentes que impossibilitam as colheitas, além de trazerem outros prejuízos, como a destruição das propriedades, têm um forte impacto no cotidiano dos agricultores. A instabilidade da agricultura também aparece na fala desse entrevistado, demonstrando o quanto o trabalho realizado é dependente da situação do ambiente.

Soel Antônio Claro (2001) ao discutir a “agricultura familiar ecológica” aponta uma série de problemas que podem dificultar o desenvolvimento dessa forma de cultivo. Alguns dos

apontamentos feitos por este autor possuem semelhanças com as experiências compartilhadas pelos agricultores familiares participantes da pesquisa geradora desta dissertação.

Entre os pontos ressaltados por Claro (2001), está o desconhecimento dos agricultores e de outros profissionais ligados à agricultura dos saberes específicos para a realização da agricultura orgânica. Este percalço foi enfrentado por alguns dos agricultores entrevistados, em seus primeiros contatos com a produção orgânica. Eles fizeram referência em suas falas ao insucesso de suas tentativas iniciais devido à carência de informações. Nas palavras de um deles:

“Daí conseguimos alguma informação que Porto Alegre – Rio Grande do Sul existia como plantá sem agrotóxico que era o nome fantasia que sempre falavam, sem agrotóxico, né. Aí em 96, o meu irmão, o Antônio, foi lá fazê uma excursão de Santo Amaro, foi lá visitá algum produtor que já trabalhava nessa produção. Gostô, trouxemos, gostô da maneira, gostemo, comecemos a aplicá, plantá algum produto má não deu bem certo, a gente não tinha prática no manejo, como fazê.” (Francisco, 40 anos)

O interesse em iniciar a produção orgânica e a oportunidade de conhecer o trabalho de outros agricultores que já a estavam praticando, impulsionou estes agricultores a começarem o cultivo orgânico sem muitos conhecimentos sobre o seu funcionamento. O fracasso obtido desta experiência não fez com que eles desistissem do desejo de adotar o cultivo orgânico. O relato a seguir mostra o empenho dos agricultores em aprenderem a trabalhar com esta forma de cultivo:

“Daí fomo atrás da EPAGRI, nós queremos produzi orgânico, a praga come tudo. Daí a EPAGRI batalhô, até foi atrás, na época existia um, tava com o projeto Microbacia I. Nesse projeto conseguiram uma verba pra pagá um curso, curso de orgânico. Dessa localidade aqui da Vargem do Braço, foi dezessete agricultor. E foram, fizeram o curso, voltaram animados, já vieram com um montão de papel, com receita pra controlá praga.” (Antônio, 37 anos)

A oportunidade de fazerem um curso sobre produção orgânica, com o apoio da EPAGRI, possibilitou aos agricultores a apropriação de novos saberes. Na fala de outro agricultor aparece a importância que a aquisição destes conhecimentos teve na implantação efetiva da agricultura orgânica:

“Nós fomos os pioneiros, dizemo que nós ia mudá, idéia nossa era mudá nessa maneira e daí pra cá, nós dizemo, chegemo em casa e comecemo, trazemo um pouco já de receita escrita do próprio curso, a gente recebeu algum catálogo, algum livrinho que já explicava como fazê algum tipo de manejo, esse foi um ponto forte nosso. A gente conseguiu manipulá o convencional pelo orgânico através de algum tipo de manejo e nós chegemo, eu mais o meu irmão, a gente ainda vai mudá, vamo plantá só produção orgânica sem o agrotóxico.” (Francisco, 40 anos)

A determinação que pode ser percebida nas falas destes agricultores familiares contribuiu para superação dos percalços que surgiram na implantação da agricultura orgânica. O auxílio obtido junto à EPAGRI, que viabilizou a participação em um curso para o aperfeiçoamento de suas atividades, propiciou o enfrentamento dos problemas encontrados na prática cotidiana da agricultura orgânica. Claro (2001) indica algumas providências que podem ser tomadas para o bom êxito do sistema produtivo aqui discutido, entre elas está a preparação de agricultores e técnicos para desenvolverem este tipo de cultivo. O autor sublinha a importância deste expediente para que os sujeitos adquiram confiança na prática que estão realizando.

A urgência em atingir resultados, segundo Claro (2001), é mais um empecilho para a efetivação da agricultura orgânica. A necessidade de aumentar a superfície cultivada de forma gradual, para que o agricultor possa se apropriar das técnicas adequadas e o solo em conversão possa alcançar a qualidade apropriada, é um dos requisitos para tornar a agricultura orgânica viável. Entre os agricultores familiares entrevistados para essa pesquisa, pode-se perceber a confirmação dessa idéia:

“Paciência. É paciência. Eu digo isso porque, que nem antes eu tava te falando, a praga comeu tudo, né. Tem que tê paciência. Que a natureza dá e tira. A natureza tira da pessoa também. Tem que tê paciência e convivê com aquilo.” (Antônio, 37 anos)

O agricultor aponta a paciência como um dos valores importantes para defrontar os desafios presentes no cultivo orgânico. Para lidar com as pragas que dizimaram a plantação no início de sua experiência com orgânicos, não ter desistido nestas condições e ter procurado alternativas que possibilitaram o convívio com estes males, foi necessária paciência. A expectativa de alcançar resultados similares aos obtidos anteriormente com o cultivo convencional, logo após a conversão de sistema produtivo, pode estimular a desistência. Ao assumir a produção orgânica, os agricultores familiares precisam deixar de lado o imediatismo devido às peculiaridades que tornam morosa a transição para este cultivo. Entre estas especificidades pode-se sublinhar a recuperação do solo desgastado pelo uso intensivo de máquinas e agroquímicos e o aprendizado do manejo orgânico pelos próprios agricultores.

Claro (2001) também ressalta os riscos que a agricultura orgânica representa aos interesses financeiros daqueles que vinham lucrando com a agricultura convencional. Esta característica também pode se tornar um obstáculo na expansão da produção orgânica. O padrão agrícola baseado na “Revolução Verde”, caracterizado pela intensiva utilização de adubos químicos e agrotóxicos, propiciou muitos ganhos econômicos a uma rede de indústrias multinacionais e aos seus representantes locais. A possibilidade dos agricultores familiares não dependerem mais destas empresas e de seus produtos significa uma ameaça a sua existência. Nas falas dos agricultores familiares entrevistados aparece este desligamento:

“Outra mudança foi assim como convencional, né, produto convencional, a gente ia lá na agropecuária e comprava aqueles veneno, os adubo e no orgânico passô um trabalho diferente, um trabalho mais caseiro. Buscá receitas e fazê os produtos dentro da sua propriedade mesmo.” (Francisco, 40 anos)

A possibilidade de se desvincular da agropecuária, passando a utilizar os produtos encontrados em suas terras para combater as pragas e fertilizar os solos, é descrita pelo agricultor entrevistado. Outro informante também destaca esta transformação:

“Que por causa de que sempre hoje, eu falo, o próprio remédio nosso tá dentro da própria propriedade. Não pode só porque eu passei a produzi orgânico, dependê do produto da agropecuária de novo. Amanhã, depois, eu tô deixando todo o dinheiro na agropecuária. E eles que ganham dinheiro que são esperto. Que eles vê o que tá precisando e eles botam na loja e a gente não qué mais tê o trabalho de fazê. Então, sempre tem que trabalhá com a produção, tem que fazê o círculo, dentro da propriedade.” (Antônio, 37 anos)

Ao buscarem em suas próprias terras os recursos para viabilizar a agricultura, deixando de adquirir os produtos comercializados pelas agropecuárias, os agricultores conquistam auto-suficiência. Eles afirmam os benefícios da transição para a agricultura orgânica ao reconhecerem que ela propiciou o rompimento de uma relação de dependência com as agropecuárias, que lhes trazia muitos gastos. Outras possibilidades são visualizadas em suas propriedades quando passam a extrair de suas terras os elementos necessários para o cultivo agrícola e com isso, além dos benefícios ambientais, diminuem os custos da produção. Os altos custos financeiros com os quais os agricultores precisavam arcar na agricultura convencional aparecem nesta fala:

“Eu apliquei muito e gastei muito dinheiro com o agrotóxico. Que na verdade quando a gente vendia as tomatera, vendia as batata, eu ainda tenho, eu hoje ainda sô devedor de uma dívida de uma lavora que eu fiz, foi gastado um monte de agrotóxico, quando a gente foi pagá, não deu pra pagá nem o veneno que a gente gastava. E a gente vinha batalhando, lutando pra podê pagá a dívida. Se eu não tivesse dívida até tava mais tranqüilo.” (Rubens, 43 anos)

O endividamento deste informante, que teve como uma das causas os gastos excessivos com agrotóxicos, demonstra o quanto os agricultores estavam implicados no modelo agrícola

da “Revolução Verde”. A quebra desse padrão, ao deixarem de consumir agrotóxicos e fertilizantes químicos, mobiliza uma transformação significativa nas relações comerciais desenroladas. Esta mudança beneficia os agricultores mas prejudica os interesses econômicos de todos aqueles que estão envolvidos na fabricação e comercialização dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Com a aspiração de que estas alterações não ocorram, por afetarem negativamente seus negócios, estes grupos econômicos se contrapõem à agricultura orgânica.

Claro (2001) aponta a insensibilidade e a resignação aos resultados negativos da agricultura convencional, como mais uma barreira para sua transposição. Os agricultores precisariam se mostrar inconformados com as consequências maléficas do cultivo convencional para poder abandoná-lo. Os agricultores entrevistados insistiram na importância da mudança de “mentalidade” para a adoção da agricultura orgânica. Com esta alusão, os agricultores ressaltavam a necessidade da transformação dos valores relacionados à agricultura. Sem um posicionamento diferenciado sobre as práticas agrícolas, os agricultores não poderiam alterar sua maneira de trabalhar. Um dos agricultores entrevistados ressalta a necessidade dessa mudança:

“(...) mentalidade mudada, que acho que é a primeira parte que vê num produtor orgânico, hoje é mudá a mente. Que se tem a intenção de só pensá em matá, matá, uma praga, nunca vai sê um produtor orgânico, tem que convivê com a praga.” (Antônio, 37 anos)

Em outro momento de sua fala, este mesmo agricultor relata uma situação ocorrida com ele:

“A gente tava lá trabalhando na roça e passava na roça: ‘Vai trabalhá seu mandrião’ e gritava. Pessoas que foram fazê o curso. Isso ofendia a gente. Pô mas se eles foram fazê o curso e vê que tem que fazê desse jeito, fica chamando o cara de mandrião que tá arrancando o mato a mão. Então, não mudô a mentalidade dele.” (Antônio, 37 anos)

O agricultor foi surpreendido pela repreensão de outro agricultor, que como ele havia participado de um curso sobre orgânicos. Ele foi chamado de “preguiçoso”⁹ por estar realizando a extração das ervas daninhas manualmente. Ao falar sobre este episódio, o informante o justifica não pelo desconhecimento da atividade pelo outro trabalhador mas por ele manter os valores relacionados à agricultura convencional. O agricultor entrevistado destaca que apesar do outro agricultor ter obtido informações sobre a agricultura orgânica, elas não foram suficientes para que ele pudesse compreendê-la e aceitá-la, apropria-se dos significados desse outro tipo de cultura agrícola.

A quantidade restrita de trabalhadores no contexto rural é mencionada por Claro (2001) como mais um dos entraves na aplicação da agricultura orgânica. Isso não foi observado no local de realização desta pesquisa mas consegue-se compreender a preocupação deste autor com esta problemática.

As práticas orgânicas ocasionam a intensificação do trabalho, exigindo mais mão-de-obra para sua realização. Ao deixar de utilizar em grande escala máquinas agrícolas e agroquímicos para o preparo da terra, os agricultores precisam se esforçar mais nos cuidados do solo. Um dos agricultores entrevistados comenta esta mudança:

“Dificuldade era muita por causa que tu sai com um trabalho mecânico e vai pro manual, braçal, pra sê palavra certa. Por causa que, produção orgânica ela dá muita mão-de-obra. E convencional é mecânica hoje, quem trabalha com convencional é tudo tratorizado, bota o veneno naqueles trator, tudo mais prático. E, no caso, em orgânico tem que sê mais braçal, né.” (Antônio, 37 anos)

A necessidade de trabalhar manualmente, muitas vezes apenas com o auxílio da enxada, apresenta-se como um desafio¹⁰ para agricultores que haviam se habituado com facilidades

⁹ A importância que este acontecimento obteve pode ser relacionada a questões étnicas. Seyferth (1983-1984) relata o destaque dado por agricultores de origem alemã ao “trabalho duro”. Em outro trabalho ela argumenta que: “ a imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados.” (Seyferth, 1994, p.23)

¹⁰ Este desafio não se restringe à apropriação de outras práticas, todo um conjunto de novos valores está atrelado a elas. Não é possível separar as atividades dos valores que as fundamentam. Como afirmam Woortmann e Woortmann: “é preciso que o trabalho braçal seja precedido pela aplicação de um saber, o que não significa que

tecnológicas. A “Revolução Verde” trouxe em seu encaço inúmeras inovações técnicas que apesar de contribuírem para a degradação ambiental, simplificaram muitas das atividades realizadas diariamente pelos agricultores. A retirada das ervas daninhas manualmente, prática que tinha sido substituída pelo uso de herbicidas, representa um acréscimo de empenho para os agricultores. O aumento de tempo trabalhado, para dar conta das mudanças, é citado por uma das agricultoras entrevistadas:

“(...) foi muito difícil porque tinha aquela quantidade de roça e tu tinha que í lá com a mão e capiná lá tudo a mão, arrancá os matinho tudo com a mão. Não era com o herbicida em cima. Então, foi muito trabalhoso porque tu deixô...o que antes tu fazia , levava meio dia, agora com o orgânico tu leva um dia inteiro pra fazê. Foi muito trabalhoso, assim, deu muito trabalho, né.” (Camila, 30 anos)

A descrição do tempo a mais que foi exigido dos agricultores para conseguirem cumprir a sua rotina de trabalho, pode ser complementada pela indicação da diminuição do espaço que eles passaram a cultivar. Um dos agricultores entrevistados menciona esta transformação:

“E começô a fazê o trabalho foi, mudô diretamente, um trabalho bem de máquinas em vez de, em vez de sê com veneno e máquinas, a gente começô a trabalhá com a mão. A limpeza à mão. Dificultô porque, você vê, eu plantava cinco hectares e meia, isso em poquinho tempo. Hoje é o contrário, eu planto meia hectare.” (Rubens, 43 anos)

O agricultor faz referência à diminuição da área plantada por ele devido à característica manual do trabalho. Quando praticava a agricultura convencional, utilizando máquinas e agroquímicos, conseguia cultivar cinco hectares, individualmente. Atualmente, adotando os princípios orgânicos, ele consegue plantar meio hectare de suas terras. Como não houve o aumento da força de trabalho disponível e a quantidade de trabalho cresceu, precisou diminuir a extensão de terra coberta pela agricultura. Vários agricultores enfatizaram o aumento da

as etapas posteriores sejam meramente “braçais”. Pelo contrário, são todas informadas por um saber acumulado e em constante processo de atualização.” (1997, p. 36)

carga de trabalho, que não foi acompanhado por um crescimento correspondente do volume da produção. Nas palavras de uma das agricultoras entrevistadas:

“Então, só que mudô daí que tu tem menos produção e mais serviço. Isso o que mudô bastante.” (Camila, 30 anos)

A constatação pelos agricultores de que o trabalho ficou mais árduo, não se restringiu à lavoura. A complexificação do processo produtivo, que agora envolve mais que o plantio, contribuiu para tornar o cotidiano de trabalho mais custoso. A introdução da agricultura orgânica no seu dia-a-dia exigiu que os agricultores adotassem novos cuidados com a produção. Eles tiveram que assumir a lavagem e a embalagem dos produtos colhidos para poderem comercializá-los. Esta é uma prática comum com os produtos orgânicos, realizada com o intuito de diferenciá-los dos convencionais. A comercialização é outro encargo dos agricultores que, além de realizarem as feiras, distribuem a produção em várias redes de supermercados. Uma das agricultoras falou sobre estes trabalhos:

“(...) é bastante complicado isso. Que daí tu tem que dá conta de fazê os produto embalado pra mandá pro mercado, né. Tem que embalá, deixá tudo embaladinho, tudo no seu ponto certinho, que no outro dia vai tudo pro mercado ou pra feira, porque nós também fazemo feira.” (Camila, 30 anos)

A agricultora entrevistada faz referência à dificuldade para aprontar a produção orgânica que será encaminhada para os supermercados. A necessidade de que todos os produtos sejam lavados, pesados, embalados em caixas de isopor ou sacolas plásticas e etiquetados. Trata-se de uma obrigação nova no cotidiano de trabalho destas pessoas.

A necessidade de um espaço específico para a realização destas tarefas e para o armazenamento posterior dos produtos embalados, demonstra o impacto desta transformação na realidade destas pessoas. A adoção de outro padrão de produção, com os agricultores processando o que é colhido em suas terras, objetiva a agregação de valor aos produtos. Este

tratamento especial que o produto orgânico recebe, contribui para a sua valorização no mercado.

A complementação das atividades dos agricultores, com o acréscimo de procedimentos como a lavagem e o empacotamento, gerou o aumento da mão-de-obra. Os trabalhadores sentiram o impacto dessa mudança, principalmente no início de sua implantação, quando a sobrecarga ficou ressaltada. Um dos agricultores expõe em sua fala o desconforto pelo trabalho excessivo:

“(...) mas quando nós começemo a embalá, nós colhia o produto, nós trabalhava até meia noite, até uma hora da manhã. E três hora da manhã o caminhão saía. Tão puxado que era, era puxado. Nós tinha que fazê tudo, né. Que não tinha outros produtor. Nós tinha que plantá no campo, trazê pra dentro, embalá e fazê tudo até uma hora da manhã e três hora, três e meia o caminhão já saía pra entrega, pra botá no mercado já.” (Antônio, 37 anos)

O agricultor descreve seu cotidiano, no início da prática orgânica, como tomado quase em tempo integral pelo trabalho. A necessidade de cultivar a terra e de processar o seu produto para viabilizar a venda, ocasionava um intenso desgaste para os trabalhadores. A concentração de várias etapas do processo produtivo nas mãos de poucos agricultores, repercutia no excessivo número de horas trabalhadas. Além de estarem aprendendo a cultivar a terra no padrão orgânico, que exige um esforço manual maior do que o convencional, tinham que se responsabilizar pela preparação dos produtos para a comercialização. Este adicional de trabalho, composto pela lavagem, pesagem, empacotamento e colocação de etiquetas nos produtos, não poderia ser negligenciado por ser condição para o envio da produção para os postos de venda.

Os agricultores participantes dessa pesquisa buscaram soluções para enfrentar a intensificação do trabalho trazida pela agricultura orgânica. Uma das resoluções tomadas foi a distribuição das diferentes atividades entre as famílias associadas. Uma das famílias ficou responsável pela distribuição dos produtos ao longo dos pontos de venda, outra família passou a cuidar da lavagem e do empacotamento da produção e outra da realização das feiras e de

parte do plantio. Estas famílias foram as fundadoras da associação. Cada uma das outras famílias associadas se especializou em alguns tipos de cultivo. Além disso, ocorreu a contratação de outros trabalhadores pois, mesmo com a divisão das tarefas, as famílias não conseguiram assumir o intenso fluxo de trabalho sozinhas. O incremento das atividades repercutiu na admissão de pessoal tanto na área de lavagem e empacotamento quanto na lavoura. Uma das agricultoras comenta este assunto:

“(...) orgânico deu pra nós, que tá gerando emprego, né, tá gerando serviço pra todo mundo, nós tamo conseguindo botá mais gente trabalhá com nós aqui e tá gerando emprego.” (Camila, 30 anos)

A contratação de trabalhadores é reiterada na fala da agricultora, demonstrando a importância que este acontecimento teve no contexto em análise. A possibilidade de empregar outras pessoas é apresentada como uma conquista, demonstração de que a implantação da agricultura orgânica está dando certo. Uma quantidade maior de trabalhadores envolve-se na resolução das tarefas diárias, viabilizando a prática orgânica que exige mais mão-de-obra.

As condições do solo, após longos períodos de submissão às técnicas convencionais, são tratadas por Claro (2001) como mais uma problemática a ser enfrentada quando se opta pela agricultura orgânica. A deterioração da terra ocasionada pelo abuso na utilização de máquinas e agrotóxicos, apresenta-se como um desafio na aplicação da agricultura orgânica. Um dos agricultores menciona a dificuldade encontrada:

“Essa dificuldade que dizê o seguinte, quando a gente plantava com o veneno, a gente passava veneno, lidava veneno, matava o capim todo, fazia, né, dexava a terra limpa. O que vinha acontecendo, erosão, as terra só dava se botasse bastante adubo, senão não produzia mais, né.” (Rubens, 43 anos)

O desgaste ambiental não aparece apenas no solo atingido pela erosão e empobrecido em seus nutrientes, também na quantidade de doenças e insetos que atingem as plantações. Uma

das agricultoras relata o quanto foi complicado começar o cultivo orgânico devido a esta situação:

“No início não dava mesmo. Os bicho comia tudo. A gente plantava, era uma tristeza, furava tudo, os bicho comia. Essa foi nossa maior dificuldade.” (Joana, 40 anos)

Um ambiente agrícola, submetido à aplicações frequentes de herbicidas para controlar as pragas, torna-se desequilibrado. Ao extinguir a utilização de agrotóxicos, para viabilizar a transição para a agricultura orgânica, o controle químico que mantinha o solo isento de doenças e insetos desaparece, demonstrando o quanto aquele ambiente foi agredido.

A conversão para a prática orgânica apresenta o desafio da recuperação do equilíbrio ambiental na área agrícola. A possibilidade de cultivar o solo sem aditivos químicos é conquistada gradualmente. Um dos agricultores narra as mudanças ocorridas com a terra que cultiva:

“Nessa época, dessa mudança que a gente fez, nós tinha um terreno mal preparado. Hoje, claro, faz cinco, faz seis anos, a gente, esse terreno mudô praticamente 60%. E espero que daqui a cinco anos esse terreno realmente vai tá preparado pra isso aí, entende. A gente já sabe, a gente tá vendo hoje uma melhora porque, eu se falá bem a verdade, quando nós fomos fazê o curso, a gente, a gente recebeu lá vários folheto, a gente fez curso, como fazê biofertilizante, pra dominá a praga. No início a gente fazia e hoje eu não faço mais nada, não pulverizo mais nada, hoje eu só preparo o terreno e planto e deixa crescê e deixa a natureza que faça, entende? Só planto e vô lá e alimpo, alimpo com a mão, né. Alimpo com a mão. Felizmente, graças a Deus, hoje não tem mais praga que, não incomoda mais, né.” (Rubens, 43 anos)

O agricultor aponta a situação precária em que estavam suas terras ao introduzir a agricultura orgânica nelas. O desgaste provocado pelas práticas desenvolvidas durante muitos anos ficou evidente com a mudança de sistema produtivo. A forma como a terra foi trabalhada anteriormente aparece nesta outra fala do mesmo agricultor:

“(...) começô a dexá o morro e começô a trabalhá nas vargem. Adonde até essa época as vargem era toda coberta, entendeu? Nós plantava em morro, na verdade as vargem era coberta. Daí, só foi começado a trabalhá em vargem quando começô a entra as máquina, entendeu? Porque facilitava, claro. Nós tinha que í lá no morro, derrubá, fazê a derrubada, fazê, né, esperá pra secá, queimá até que plantasse, né. Depois, quando passô pra vargem mudô porque entrô as máquina. Então, entrô as máquina pra quê, pra destoca a terra, devasta as vargem, vinha um trator um dia virava uns cinco, seis hectares ou dez hectares ou mais por aí, né. Aí começô nessa época, quando entrô as máquina, também entrô o agrotóxico.” (Rubens, 43 anos)

Às técnicas usadas tradicionalmente na agricultura, derrubada de mata nativa e queimadas, foram somadas as técnicas mecânicas e químicas caracterizadoras da “Revolução Verde”, intensificando a agressão ao meio ambiente. Os agricultores alteraram suas práticas agrícolas assim como seu local de trabalho, deixando de plantar nos morros para cultivarem as vargens.

Nas mesmas vargens, terrenos planos que margeiam os rios, em que foram aplicados os princípios da agricultura convencional, os agricultores entrevistados executam atualmente os fundamentos da agricultura orgânica. A conversão de um sistema produtivo para o outro não ocorre automaticamente. As facilidades que os agricultores tiveram com a utilização de máquinas e agroquímicos, que permitiu o abandono dos morros de difícil acesso, teve um alto custo a longo prazo.

Nos relatos feitos pelo agricultor entrevistado pode-se perceber como as terras foram danificadas pelas diferentes formas de manipulação adotadas. A recuperação do solo já observada por ele com a agricultura orgânica é acompanhada da expectativa de que a qualidade da área cultivável aumente ainda mais. Ele indica a passagem de aproximadamente seis anos para que pudesse averiguar essa transformação, um período significativo se for considerado o tamanho reduzido da propriedade e a agricultura como exclusiva fonte de renda familiar. Para demonstrar a mudança ocorrida, o agricultor relata a importância que tiveram

as receitas caseiras de fertilizantes e de venenos, logo que iniciou o cultivo orgânico, assim como a possibilidade de abdicar delas passados alguns anos.

Outro agricultor também trouxe em sua fala a transformação que aconteceu em sua propriedade após a transição para a agricultura orgânica:

“Mudô. Até hoje a gente fala que nós, quando nós tava com o convencional e começemo o orgânico, nós devia tê tirado uma análise e guardado, não foi acontecê. Lógico que dá pra tirá do terreno vizinho que deve tá mais ou menos igual nosso quando começemo e fazê uma análise hoje, é completamente diferente. A minhoca, assim o próprio, que a gente vê que a terra tá com vida, existe tanta minhoca, o passarinho é tanto. Aquela hora que você teve por lá não deu. Eles escuta a zoada do trator, passarinho já sabe que tá mexendo algum lugar com a terrinha mas aquilo passarinho porque tem muito inseto pra eles comê, tem muita diversidade.” (Francisco, 40 anos)

O destaque dado por este agricultor à biodiversidade, relatando a maior quantidade de minhocas, passarinhos e insetos em suas terras, pode demonstrar o alcance das mudanças proporcionadas pela agricultura orgânica. Para demarcar a diferença entre as condições anteriores e as atuais de suas terras, compara a situação antiga àquela que permanece nos vizinhos que praticam a agricultura convencional. A possibilidade de conviver com mais espécies de animais, graças à exclusão dos agrotóxicos, é comemorada pelo agricultor.

O acesso dos agricultores a instrumentos adequados para o manejo orgânico é mais um dos desafios apresentados por Claro (2001). A maneira diferenciada de trabalhar a terra, quando são seguidos os princípios orgânicos, exige outros equipamentos para viabilizar as atividades. A adaptação das máquinas que já possuíam foi a estratégia utilizada por alguns dos agricultores entrevistados. Nas palavras de um deles:

“(...) Eu fiz um, até tenho uma tobata então, eu fiz uma máquina pra froxa o terreno quando tivé meia dura. Mas a maior parte é tudo a limpeza com a mão. Eu tenho uma roçaderazinha, eu vô lá por dentro passá a roçadera, eu, desabafo um poco o mato. E dexa cresce assim.” (Rubens, 43 anos)

O agricultor indica a predominância do trabalho manual na agricultura orgânica, com o maquinário representando um papel secundário. O ajuste dos equipamentos já existentes às novas necessidades, um solo menos permeável e a convivência com outros tipos de ervas, foi resultado do aprendizado durante a prática orgânica. Outro agricultor conta como foi adequando os equipamentos à medida que as dificuldades no cultivo surgiam:

“(...) o maquinário só fomo modificando pra trabalhá no orgânico. Mexê menos solo, então fomo trabalhando, modificando as máquina mesmo que a gente já tinha. É, porque antes a gente trabalhava com convencional, a gente arava muito as terra, virava as terra, agora não, a gente não vira, não fica mais arando a terra, só uma grade ou faca e os canteiro de alface tem que mexê com a terra. Mas é mais cama verde, plantando esses capim e quando o convencional era diferente. Adaptemo algum tipo das máquina, fomo modificando.” (Francisco, 40 anos)

A necessidade de revirar menos o solo, ao se manter uma variedade de outras plantas nos canteiros além das cultivadas para comercialização, possibilitou a diminuição da utilização de máquinas. Algumas alterações foram feitas naquelas que continuaram sendo usadas, viabilizando o auxílio nos trabalhos agrícolas realizados.

A complexidade do processo de comercialização dos produtos orgânicos também é mencionada por Claro (2001). A recente introdução dos produtos orgânicos no mercado local e sua divulgação ainda incipiente impedem, muitas vezes, que as vendas atinjam um patamar semelhante aos produtos convencionais. Os custos finais mais elevados também podem contribuir para a dificuldade de conquistar consumidores mas seus efeitos poderiam ser abrandados pela maior circulação de informações. Um dos agricultores entrevistados indica em sua fala como considera importante a divulgação para a potencialização das vendas:

“Porque através, um pouco que fartô pra nós aqui foi a propaganda. No início, propaganda, porque se não tivê propaganda como é que vai vendê. Tudo quanto é coisinha que eles fazem hoje, até ropa que eles fazem, eles fazem propaganda na televisão,

eles mostram, faz isso, faz aquilo e nós pequeno agricultor não temos essa condição de mostrá, fazê a propaganda daquilo. Dificilmente, a renda é poca também, né. Se a gente tivesse dinheiro, a gente fazia propaganda, não tinha coisa melhor, a venda ia melhorá, já melhora. Mas, com o tempo a gente tá batalhando, tá procurando levá.” (Rubens, 43 anos)

O reconhecimento da propaganda como um artifício interessante na promoção das vendas é acompanhado pela percepção de que dificilmente as condições financeiras dos agricultores familiares permitiriam a sua realização. Apesar de apontar este entrave, o agricultor entrevistado confirma a sua persistência na comercialização dos orgânicos. A impossibilidade de realizar propagandas, principalmente no começo da implantação do sistema produtivo quando as dificuldades foram maiores, não impediu que o comércio da produção prosseguisse. Outra agricultora fala de alguns obstáculos encontrados no início do cultivo orgânico:

“Agora nós temo a grande procura do produto, né. Que agora tu, se tu abri o espaço aqui, todo o mercado qué o produto nosso. Então, isso motiva muito a associação, o grupo, nós todos, né. Porque no início ali, teve um mercado que apoiô nós aqui, o produto sem veneno. Mas os outros, eles não entendiam, eles queriam um produto de qualidade e eles não queriam um produto onde um bichinho tinha roído. Bichinho da roça, então. Eles achavam que aquele produto tinha que sê igual o outro, igual o com veneno. Só que sem veneno, tu não vai consegui colhê um produto 100% sem bicho. Tu vai tê o bicho, é claro. Daí, no início os mercado também passarem, não queriam o produto, não tinha tanta procura do produto sem veneno, né.” (Camila, 30 anos)

O contraste entre o início da produção orgânica, quando recebiam o respaldo de apenas uma rede de supermercados e a situação atual, em que fornecem para várias redes demonstra as alterações ocorridas no processo de comercialização. Uma das principais barreiras encontradas neste caminho, segundo a agricultora entrevistada, foi o preconceito dos locais de venda em relação às características diferenciadas dos produtos orgânicos. Ao abdicarem da

utilização de agrotóxicos e adubos químicos, tornam-se mais frequentes as marcas de insetos nos cultivares e o seu tamanho fica reduzido. Estas diferenças em relação aos produtos convencionais vão diminuindo à medida que o equilíbrio do meio ambiente vai sendo restaurado. O controle biológico das pragas e o fortalecimento do solo através de técnicas como a adubação verde possibilitam que a aparência dos produtos orgânicos se aproxime da apresentada pelos convencionais. Outro agricultor faz uma constatação parecida:

“(...) o consumidor vai lá e compra, pro consumidor ainda infelizmente, na nossa região, ele olha assim com os olho grande. (...). Por exemplo, quando nós começemo a colocá produto orgânico no mercado, claro que a gente jamais, um dia nós vamo consegui, na época ali consegui colocá um produto igual aquele que a gente passa veneno. Assim, aquela de boniteza, né, não existe, isso ali é difícil. Hoje eu tô colhendo couve-flor que, sinceramente. É, tem gente que tá plantando com veneno, talvez não colheu couve-flor tão bonita quanto eu tô colhendo agora.” (Rubens, 43 anos)

Neste relato é destacado o interesse dos consumidores por produtos agrícolas com boa aparência. A melhoria do aspecto do que é cultivado dentro das técnicas orgânicas é cogitada pelo agricultor porém com ressalvas. O descrédito sobre a possibilidade dos orgânicos plantados por ele atingirem a mesma exterioridade que os convencionais é contraposto por um exemplo citado. O agricultor menciona que um dos produtos cultivados por ele, a couve-flor, atingiu uma aparência provavelmente superior a muitos que foram manipulados da forma convencional.

Apesar das dificuldades encontradas, os agricultores reconhecem a maior procura dos orgânicos pelos consumidores:

“Com certeza, daqui uns tempo, isso aí vai melhorá porque os mercado, os próprio mercado tão vendo que os consumidor chega e começa a procurá as coisa, né.” (Rubens, 43 anos)

A relação positiva feita por este agricultor entre o crescimento do interesse dos consumidores e maior procura dos supermercados pelos produtos orgânicos, é analisada diferentemente por outro agricultor:

“(...) igual quando nós começemo não dá mais porque parte de mercado, não a feira, a feira tá cada vez divulgando mais assim por causa que o consumidor tá acreditando mais, diretamente com o consumidor tá melhorando. Agora o mercado, existe assim aquela, fechá a porta, o espaço, eles querem ganhá memo lucro que ganham no convencional, muitos mercado não sabem ainda o quê é o orgânico, o verdureiro não sabe o quê tá vendendo. Então, daí troca muito. Isso, aquele verdureiro, a gente vai lá fala alguma coisa pra ele como é que é, ele fica dois, três mês, daí entra outro. Então, muita dificuldade nessa parte. A gente veja que muitas burocracia, negócio de embalagem, isso cada vez tá dando mais despesa pra associação.” (Francisco, 40 anos)

O agricultor destaca a comercialização realizada nas feiras orgânicas em detrimento da executada nos supermercados. O contato direto com os consumidores possibilitando o esclarecimento sobre as especificidades dos orgânicos, seu cultivo diferenciado e os benefícios para a saúde e o meio ambiente, transformam as feiras em locais privilegiados para a comercialização. A relação de confiança que se estabelece entre produtores e consumidores, repercute na fidelidade destes últimos e contribui para tornar as feiras duradouras e conhecidas. A possibilidade de diminuir o custo final para os consumidores, ao retirar a margem de lucro dos supermercados, também colabora no fortalecimento das feiras. O ganho pretendido pelos supermercados com as vendas dos orgânicos, segundo o agricultor, se equipara ao obtido com os produtos convencionais. A desinformação dos supermercados e de seus vendedores sobre as características dos orgânicos também é apontada como prejudicial para a comercialização. Além disso, as rígidas exigências de empacotamento que precisam ser cumpridas para venderem seus produtos nos supermercados acabam desestimulando os agricultores.

Claro (2001) menciona ainda três outros obstáculos para a viabilização da agricultura orgânica: a escassez de projetos governamentais que a estimulem, a precária condição

econômica dos agricultores e a necessidade que eles possuem de conseguir rendimento de forma rápida.

A criação de políticas públicas que apóiem a transição para a agricultura orgânica foi destacada pelos agricultores familiares entrevistados. Como proprietários de pequenas extensões de terra¹¹, que possuem na agricultura sua principal fonte de renda, necessitam de subsídios para viabilizar a transposição de sistema produtivo.

Os baixos rendimentos obtidos por grande parte destes agricultores familiares em suas propriedades de pequeno porte dificultaria o enfrentamento dos riscos relacionados à mudança de sistema produtivo. Esta ênfase ao apoio financeiro não significa uma desconsideração de outras necessidades apresentadas pelos agricultores familiares que poderiam ser abarcadas por políticas públicas. As dificuldades financeiras enfrentadas pelos agricultores são declaradas por um dos entrevistados:

“A gente saiu por causa da dificuldade, né. Sabe que a roça, o agricultor, o pequeno agricultor toda vida sofreu, toda vida foi assim, chegava na hora não tinha dinheiro. E, passô dificuldade então, a tendência era sair pra tentá arrumá um dinherinho.” (Rubens, 43 anos)

Neste trecho de sua fala, o agricultor relata a sua saída para trabalhar na cidade devido à escassez de recursos no campo. O êxodo rural é um dos símbolos da situação econômica crítica com que muitos agricultores se deparam.

As peculiaridades da passagem de uma agricultura convencional, baseada na utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos, para uma agricultura em que estes substratos estão ausentes, denota um tempo de adaptação no qual a renda é incerta.

¹¹ Segundo Seyferth “A imigração alemã no Brasil esteve estreitamente vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade, implementado por iniciativa do Estado brasileiro, desde 1968” (1994, p.11). Além disso, estas terras consideradas insuficientes (25 hectares, em média, o lote) e de má qualidade, foram sendo parceladas, em muitos casos, quando repassadas para as gerações seguintes, de acordo com Seyferth (1985).

Os desafios presentes nesta mudança, que ultrapassam a apropriação de práticas agrícolas diferenciadas, requerem um período de financiamento para que a sobrevivência destas famílias esteja garantida e para que não ocorra a desistência antes da efetivação da transição.

A disponibilização de uma renda mínima garantida pelo Estado, no período de implantação da agricultura orgânica para os agricultores familiares, foi defendida por mais de um dos informantes ouvidos nesta pesquisa. Nas palavras de um deles:

“Mas como as terra são difícil, ruim pra, de, vamo supor, de, infelizmente se isso aqui for um terreno e você botá um pé de repolho aqui, você não vai consegui produzi. Esse terreno ele vai tê que sê preparado. Esse terreno tem que sê preparado e esse terreno não vai mudá de um dia pra noite. Esse terreno leva um ano, dois anos, três anos até que você teve um terreno preparado pra você plantá e consegui produzi o orgânico, entendeu? Isso aí que é a dificuldade do agricultor porque se o agricultor nessa época de transição ali, de mudança, ele recebe pelo menos um salário que ele pudé sobrevivê, ele ia começando a prepará o terreno, começando a plantá devagarzinho e conseguia chegá lá, né.” (Rubens, 43 anos)

Este agricultor enfatiza o intervalo temporal em que ocorrem as adaptações, tanto do trabalhador quanto da terra, ao novo sistema produtivo, o orgânico. Neste espaço de tempo, o rendimento alcançado pelo cultivo da terra é afetado tanto pelas condições do solo quanto pela necessidade do agricultor aprender a trabalhar a terra de uma maneira diferente.

As agressões sofridas pela terra derivadas do uso intensivo de maquinário, agrotóxicos e fertilizantes repercutem na sua erosão e no empobrecimento de seus nutrientes. Neste estado de deterioração, o agricultor precisa apropriar-se de uma forma de cultivo em que predominam o trabalho manual, sendo a enxada um dos principais instrumentos de trabalho, e a utilização de plantas e outros organismos vivos encontrados em sua propriedade para adubação e combate de pragas.

Ao constatar estes obstáculos e a dificuldade para enfrentá-los, os agricultores sugerem a criação de uma política de financiamento que possa subsidiá-los enquanto buscam superar

estas adversidades iniciais e sem conseguirem atingir por conta própria o rendimento necessário para a manutenção de suas famílias.

Esta forma de viabilizar a transição para a agricultura orgânica, possibilitando um rendimento mínimo para a família de agricultores enquanto as primeiras dificuldades são enfrentadas, aproxima-se de outra política em que motivações sócio-ambientais estão envolvidas, o estabelecimento do salário-defeso para os pescadores. A referência a esta outra forma de tornar viável o sustento dos trabalhadores, em períodos especiais, também foi feita pelo agricultor anteriormente citado e esteve presente nas falas de outros informantes:

“(...) como o pescador tem aquela época que ele não pode pescá, hoje ele já ta recebendo, né. Então, pelo menos pra mudá e o Estado dá uma força, aqui dentro como é nascente das água são aqui dentro, o próprio Estado, pelo menos um ano ou dois ano contribui porque, claro que, pra fazê essa mudança muitos correram por falta de condições. Por quê? Porque a propriedade era ruim, começô a produzi, claro, não foi fácil e eu porque fui teimoso, agüentei, fui teimoso e eu tenho certeza que muitos que tão aí foram teimoso mesmo, foram tentando, tentarem, lutarem e a gente foi agüentando.” (Rubens, 43 anos)

O destaque dado às dificuldades iniciais, a precariedade do solo e a presença de pragas - consequências do intenso e extenso uso de adubos químicos e herbicidas, é acrescido da ênfase à resistência dos próprios agricultores que enfrentaram os impedimentos encontrados e persistiram na agricultura orgânica. A alternativa sugerida, o Estado contribuir com estes agricultores no começo da produção orgânica, é também relacionada à peculiaridade da localização das terras cultivadas, Parque da Serra do Tabuleiro, onde estão localizadas as nascentes de rios importantes para o fornecimento de água para a população da Região Metropolitana de Florianópolis. A discussão das implicações da localização das propriedades rurais estudadas, uma Área de Conservação Natural, será feita em um capítulo específico. Neste momento, o debate se limitará às questões relacionadas à transição para a agricultura orgânica. Porém, não se ignora que a localização dessas propriedades num Parque Nacional está imbricada no processo de transição para a agricultura orgânica.

A referência aos pescadores e ao salário-defeso aparece como um paralelo em que trabalhadores tiveram um tratamento especial do Estado ao desenvolverem práticas positivas ligadas ao meio ambiente.

O salário-defeso, segundo Porto Gonçalves (2001), é uma forma de subsídio destinada aos pescadores no período da reprodução dos peixes para que sua sobrevivência esteja garantida enquanto a pesca está proibida. A garantia de uma renda mínima pelo Estado permite aos pescadores diversificar suas atividades num período específico, o da reprodução dos peixes, podendo retornar às suas atividades laborais costumeiras após este intervalo.

Porto Gonçalves (2001) ao discutir o salário-defeso refere-se às implicações que a sua implantação possui além do sustento dos pescadores durante a proibição de sua principal atividade e do incentivo à diversificação de suas práticas. Ele aponta a superação da cisão entre natureza e sociedade possibilitada por uma política que vislumbra tanto a defesa da cultura dos pescadores quanto de diferentes espécies de peixes. O salário-defeso abrange tanto o reconhecimento dos saberes que os pescadores possuem e a importância de sua preservação quanto o valor da biodiversidade e de ações para sua manutenção.

Abrir mão da principal fonte do sustento em respeito a uma etapa do ciclo de vida dos peixes envolve uma contradição entre os ganhos imediatos e os ganhos a longo prazo. De um lado, a renda destes trabalhadores provém da pesca diária, ganho imediato que num primeiro momento não estaria prejudicado pela etapa reprodutiva dos peixes, se não fosse a intervenção legal em defesa das espécies proibindo a pesca. Do outro lado, a manutenção destas espécies é possibilitada pelo cessar da pesca nas suas fases reprodutivas ou seja, abandonar a prática da pesca em circunstâncias específicas permite que não ocorra a extinção delas a longo prazo. O apoio financeiro, através do salário-defeso, garante os ganhos imediatos aos pescadores e permite a preservação das espécies a longo prazo, além da continuidade das tradições pesqueiras por várias gerações.

A reflexão sobre os ganhos a curto e a longo prazo, mobilizada pela temática salário-defeso, pode ser estendida para a discussão sobre a transição para a agricultura orgânica. Ao relacionar uma forma de financiamento existente apenas no ideário dos agricultores familiares com o salário-defeso que já é uma realidade para muitos pescadores, pode-se imaginar alguns benefícios que esta proposta poderia trazer se colocada em prática.

A impossibilidade dos agricultores vislumbrarem, no início da transição para a agricultura orgânica, os benefícios que serão alcançados com a gradual concretização deste processo, pode levá-los a cogitar sobre a desistência da atividade. Uma das agricultoras entrevistadas cita em sua fala um momento em que o retorno ao modelo convencional, representado pela cultura do tomate, foi considerado:

“Teve um ano, né. Um ano assim, o Henrique começô. Ai, eu vô plantá tomate, eu vô plantá tomate mas daí sempre tem aquela recaída que ele pensa que a gente vai plantá as coisa e a gente pensa que não dá, né. Mas daí passô um ano, pronto. Daí, a gente viu que ia passá pra frente, daí passô.” (Bianca, 45 anos)

Ao se deparar com uma nova forma de cultivo e as incertezas a ela relacionadas, a idéia de retomar um sistema produtivo já conhecido parece trazer segurança e a possibilidade de ganhos financeiros mais rápidos, como aparece nesta outra fala da mesma agricultora:

“Não, porque a gente até, até a gente enxergá o, como se diz, a gente já entrava naquilo ali, a gente já tinha dívida pra pagá. (...) A gente começô a trabalhá, a gente pensô, precisa de dinheiro pra plantá agora. Só que quando, pra pagá, só que quando a gente plantava, a gente começô a plantá poquinho coisa. Então, a gente ganhava mixaria de dinheiro, no começo, daí depois nós continuemo que nós costumemo a como fazê o plantio e fomo cada vez plantando mais. Então, daí foi melhorando, né. E daí a dificuldade era aquilo ali.” (Bianca, 45 anos)

A existência de dívidas anteriores ao ingresso na agricultura orgânica e a demora para obter os primeiros ganhos financeiros, devido à reduzida extensão de terra cultivada no início, contribuem para hesitações como a relatada. Estas hesitações podem repercutir no abandono da agricultura orgânica. A utilização de porções limitadas de terra está ligada a uma maior exigência de mão-de-obra, necessidade de aguardar a eliminação de resíduos químicos do solo e ao incipiente domínio de novas técnicas de plantio.

Pode-se perceber a dificuldade dos agricultores familiares de abdicarem do sistema produtivo convencional que vinha lhes possibilitando a sobrevivência, mesmo que este possuísse implicações negativas, para adotarem o sistema produtivo orgânico que representa uma incógnita no início de sua implantação. As transformações que são necessárias para o seu pleno funcionamento denotam um tempo de espera no qual o rendimento financeiro é, na maioria das vezes, insuficiente e existem também incertezas sobre o sucesso da nova empreitada. Os benefícios que a agricultura orgânica carrega consigo são sentidos, na maioria das vezes, após decorridos alguns anos de sua implantação. A fala de um dos agricultores entrevistados, que iniciou o cultivo orgânico em 1997, pode exemplificar a gradual melhoria das condições de trabalho:

“(...) tá ganhando que a qualidade do produto tá melhorando, o nosso solo, nossa propriedade tá melhorando cada vez mais e tá produzindo cada vez melhor. (...) a própria agricultura tá alavancando o lado melhor, né.” (Francisco, 40 anos)

Claro (2001) afirma que após decorrido o período de transição, em um intervalo de um a cinco anos, a agricultura denominada por ele de “ecológica” pode atingir níveis produtivos semelhantes à agricultura convencional. Além disso, o autor declara que o lucro obtido pelos agricultores é geralmente superior na agricultura “ecológica” comparado aos ganhos financeiros obtidos na agricultura convencional.

Este período necessário para que a agricultura orgânica alcance uma certa estabilidade, possibilitada pela superação de inúmeras dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante a mudança de sistema produtivo, poderia ser acompanhado por um financiamento específico.

4. AGRICULTURA FAMILIAR, FAMÍLIA E CAMPESINIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS E REALIDADE VIVENCIADA

A escolha da categoria “agricultores familiares” para indicar os participantes desta pesquisa não aconteceu por acaso. A existência e a utilização de outros termos relacionados ao meio rural e àqueles que neste contexto trabalham, sem o compromisso com a sua especificação, dão a impressão, muitas vezes, de que seus significados se assemelham.

É preciso entender como a categoria aqui destacada, “agricultura familiar”, foi construída historicamente para se compreender o porquê dela estar aqui e como ela se relaciona com o conceito de campesinato. Sublinha-se, assim, a importância de não se utilizar diferentes termos indistintamente e de se compreender qual a relevância das diferentes categorias para as discussões sobre o meio rural.

Leonilde Servolo de Medeiros (2001) ao analisar o histórico dos trabalhadores rurais no Brasil aponta os “sem terra” e os “agricultores familiares” como os sujeitos atualmente em destaque no contexto político rural. Procurando reconstruir o caminho traçado por estes trabalhadores na história brasileira, a autora discute os diferentes delineamentos de suas organizações representativas, as batalhas travadas em busca de seus direitos e a relação estabelecida com o Estado, por meio de políticas públicas. Aqui serão priorizados os acontecimentos relativos à conformação da categoria “agricultura familiar”.

Medeiros (2001) escolhe como marco inicial os anos 50, período em que os trabalhadores do campo despontam no panorama político brasileiro em decorrência dos conflitos desenvolvidos em defesa de suas terras, das quais eram ameaçados de expulsão. “Posseiros”, “rendeiros” e “foreiros” tiveram que batalhar para prosseguir cultivando os solos nos quais vinham mantendo suas famílias. Neste momento histórico, os sujeitos ligados ao campo são conhecidos como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e “camponeses”, esta última titulação aparecendo no começo dos anos 60. A autora relaciona estas nomeações a um movimento ainda incipiente que buscava fortalecer reivindicações de diferentes grupos do meio rural através de sua unificação em categorias representativas. O “Partido Comunista Brasileiro”, as “Ligas Camponesas” e a “Igreja Católica”, esta somente nos anos 60, estavam envolvidos com este movimento segundo a autora aqui destacada.

O sindicalismo também é apontado por Medeiros (2001) como ativo neste processo para a unificação de categorias ligadas ao espaço agrícola. As transformações mobilizadas pelo reconhecimento legal do sindicalismo rural culminaram na criação da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), no ano de 1963, que passou a abarcar distintos trabalhadores vinculados ao meio rural e concentrar outras organizações representativas existentes anteriormente. Com a ditadura militar, o trabalho desenvolvido por esta Confederação não foi totalmente dissolvido graças à vinculação de muitos sindicatos participantes com a Igreja Católica.

Neste período histórico, segundo Medeiros (2001), o empenho da CONTAG foi direcionado principalmente para a reunião dos sindicatos espalhados pelo Brasil em torno de duas reivindicações: a reforma agrária e os direitos trabalhistas. A autora sublinha que apesar destas duas temáticas já constarem no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e no Estatuto da Terra de 1964, estavam muito distantes da realidade social dos trabalhadores rurais e por isso a escolha delas como aglutinadoras de interesses daqueles que compunham os sindicatos na época.

Na tentativa de unir em uma organização de âmbito nacional, a CONTAG, sob uma bandeira de luta generalista, os direitos trabalhistas já garantidos na legislação e, em uma única categoria, “trabalhadores rurais”, diferentes sujeitos localizados em contextos histórico-culturais díspares, surgiram conflitos com aqueles que vinham tradicionalmente exercendo o poder nas localidades rurais brasileiras, segundo Medeiros (2001). A autora indica o aparecimento de muita tensão entre este movimento nacional e os interesses de forças políticas locais que defendiam a manutenção das relações sociais já estabelecidas, atravancando a concretização de conquistas já alcançadas legalmente. A participação dos poderes locais, incluindo as prefeituras, na formação de muitos sindicatos potencializou ainda mais sua influência sobre as políticas rurais. De acordo com Medeiros (2001), o interesse deste segmento pela criação de sindicatos foi impulsionado pela constituição do Funrural, nos anos 70, que garantia benefícios à população rural como aposentadoria e atendimento médico e odontológico através dos sindicatos e poderia trazer o fortalecimento destes políticos frente a esta população.

Medeiros (2001) sublinha neste processo a eleição da categoria “trabalhador rural” para representar um leque diversificado de segmentos do meio rural, abrangendo entre outros os “assalariados”, os “parceiros”, os “arrendatários”, os “pequenos proprietários”, os “posseiros”. Diluem-se, dessa forma, as peculiaridades dos diferentes segmentos presentes no contexto rural em nome de um movimento único nacional e a afirma-se, de acordo com a autora, a relevância da categoria “trabalho” como definidora dos diferentes sujeitos vinculados ao contexto rural, incluindo os proprietários de terras e meios de produção, muitas vezes contratantes de mão-de-obra externa.

Segundo Medeiros (2001), para que esta conformação da categoria “trabalhador rural” pudesse ocorrer, contornando os atritos no interior do movimento sindical, tiveram importância também as políticas públicas desenvolvidas entre o final dos anos 60 e os anos 70. Entre estas políticas estavam a criação das legislações sindical, trabalhista e fundiária que propiciaram o delineamento de termos como “trabalhador rural”, “módulo rural”, “minifúndio”.

Nos anos 90, segundo Medeiros (2001), a política desenvolvida pelo sindicalismo brasileiro passa por uma mudança de foco, saem os “assalariados” rurais da cena principal e entram os “pequenos proprietários” vinculados a uma nova categoria, “agricultores familiares”. Este processo iniciou-se já nos anos 80 quando os “pequenos proprietários” galgaram espaço no cenário político brasileiro através da atuação em manifestações reivindicatórias e de uma participação mais ativa dentro dos sindicatos. As manifestações foram caracterizadas pela interdição de ruas, agências bancárias e órgãos públicos, além de tentativas de tornar efetiva a participação nas cooperativas que concentravam as decisões nas mãos de poucos. Neste período também ocorreu uma maior fragmentação do sindicalismo, devido a formação de organizações especializadas que representavam, na maioria das vezes, agricultores ligados a grandes agroindústrias como os “suinocultores”. O termo “trabalhador rural” como havia sido definido nas últimas décadas esfacela-se. A unidade representativa cede lugar a variadas categorias, entre elas os “sem-terra” e os “agricultores familiares”.

Medeiros (2001) relaciona esta transformação na posição ocupada pelos “pequenos proprietários” a um conjunto de determinantes, entre eles o aumento da insatisfação com o projeto de modernização agrícola que não trouxe os benefícios esperados. A política agrária

do período militar acarretou o endividamento posterior de muitos “pequenos proprietários” – principalmente do sul do Brasil – resultando, muitas vezes, na perda de suas terras ou na necessidade de migrarem para as novas fronteiras agrícolas, localizadas no Centro-oeste e Norte do país. As migrações não foram bem sucedidas, em muitos casos, demonstrando que o problema não se limitava à apropriação de um pedaço de terra, havia a necessidade de reformulações nas políticas direcionadas a estes trabalhadores. Um dos agricultores entrevistados para a pesquisa que gerou esta dissertação, relatou a migração de sua família para o Mato Grosso, já nos anos 90, em decorrência de dívidas contraídas. Em suas palavras:

“Devia, a gente devia na associação e a gente, e eu saí fora até, até trabalhei pouco tempo trabalhei fora ali pra poder pagar a dívida, comecei a rolar. Até eu deixei de colocar aqui, por exemplo, a pouco tempo atrás, por questão de dificuldade, antes do orgânico, eu, em 95 deu uma enchente grande aqui, eu tinha toda a vargem cheia, lavora aqui, estragô tudo, água carregô tudo, 95, 98 deu aquela outra enchente, também foi tudo. Então, a dívida aumentô porque a gente devia do banco também. Eu dali, com essa dificuldade, eu saí, fui pro Mato Grosso, porque eu devia.” (Rubens, 43 anos)

O acúmulo de dívidas, em decurso das inúmeras dificuldades enfrentadas na agricultura, impossibilitou a permanência deste informante em suas terras durante uma temporada. A perda de safras inteiras, decorrência das condições meteorológicas e geográficas, piorou ainda mais a situação em que ele se encontrava. A alternativa encontrada foi migrar para a região Centro-oeste em busca de melhores oportunidades de trabalho. Não encontrando uma solução satisfatória para o seu problema, retornou para sua propriedade após um ano e quatro meses, assumindo posteriormente a agricultura orgânica, opção escolhida para poder continuar trabalhando em suas terras.

De acordo com Medeiros (2001) também foram importantes incentivos para os “pequenos proprietários” o conhecimento adquirido através das práticas associativas que se tornaram uma opção frente às dificuldades de produção e à atuação de novos líderes sindicais, vinculados em muitos casos ao ideário da “Teologia da Libertação” da Igreja Católica. Estes

sujeitos passaram a representar a oposição dentro do sindicalismo rural, ocupando espaços no interior da CUT (Central Única de Trabalhadores), criada em 1983, por exemplo.

Para Medeiros (2001), a ampliação da participação dos “pequenos produtores” no campo político, principalmente através do sindicalismo, mobilizou transformações na forma de avaliar a situação da agricultura no Brasil e nas propostas defendidas para o desenvolvimento do meio rural a partir de então. A autora sublinha alguns acontecimentos que contribuíram para estas mudanças nas concepções sobre o contexto rural. Entre eles estavam o contato com as práticas desenroladas na agricultura européia, propiciado a muitos representantes do sindicalismo brasileiro através de convênios estabelecidos pela Igreja e por organismos não-governamentais e o incremento nas discussões sobre a representatividade econômica e social da agricultura familiar que a fez alcançar um ponto de destaque nas políticas públicas. Um dos agricultores participantes desta pesquisa falou sobre sua atuação dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz:

“O sindicato, o maior trabalho nosso lá, eu sendo tesorero, tem que fazê contabilidade pros Conselho Fiscal todo final do mês, né. E trimestral é feita uma assembléia, daí é passado o exercício, planejamento próximo ano e as festa que acontece dentro do sindicato, que o sindicato memo faz, né. Que é a Festa do Milho Verde que acontece no mês de março e a do Colono que acontece sempre no mês de julho. Então, essas duas festa dá bastante trabalho.” (Francisco, 40 anos)

Nesta fala, o agricultor narra o seu trabalho no interior do sindicato. O cargo que ocupa na tesouraria lhe traz como incumbência o controle das questões financeiras da organização. Na descrição das assembléias aparecem as estruturas burocráticas que as compõe. Além disso, ele fala sobre as festas representativas do meio agrícola no município de Santo Amaro da Imperatriz que são responsabilidade do Sindicato. As festas do “Milho Verde” e do “Colono” recebem atenção especial entre as atividades desenvolvidas por ele e vinculadas ao sindicato. Ao caracterizar sua participação no sindicato, o agricultor não ressalta qualquer reivindicação ou mobilização política. Ocorre a descrição das atividades necessárias para a manutenção da organização e a inserção do próprio agricultor nelas. A cultura local e o trabalho realizado

pelos agricultores são incentivados através das festas promovidas pelo sindicato, indicando uma das funções exercidas por esta unidade representativa. Ao longo das entrevistas foi feita outra referência ao sindicato, onde este aparece como uma das instituições incentivadoras da associação de produtos orgânicos formada pelos agricultores participantes desta pesquisa. O agricultor afirma da seguinte maneira:

“Pessoal do Sindicato dos trabalhadores rurais também apoiô muito. E fomo se organizando e hoje tá nesse tipo de organização.” (Antônio, 37 anos)

O reconhecimento da importância do sindicato na formação da associação demonstra o alcance que pode ter sua atuação. A interferência do sindicato no processo de constituição da associação aparece neste outro trecho da entrevista do mesmo agricultor:

“(...) já era três irmão, né. Só que não tinha nada registrado e veio a idéia da associação, antes de formá, produzi orgânico, nós tava com a idéia de formá uma micro-empresa de produtos, produtos agrícola. Nós tava até com uma idéia de formá uma micro-empresa, daí veio o sindicato dos trabalhadores rurais aqui de Santo Amaro, hoje já um homem falecido que era o presidente, ele disse: ‘Rapazes, eu digo pra vocês, se vocês formá uma micro-empresa, vocês vão perdê todos os benefício da agricultura, vocês vão virá empresário e não vai tê benefício. Por que não formá a associação?’.” (Antônio, 37 anos)

A vinculação dos sindicatos com a defesa dos direitos trabalhistas aparece neste esclarecimento feito ao informante. O desconhecimento de algumas exigências legais que precisam ser cumpridas para que os direitos trabalhistas estejam garantidos, poderia ter inviabilizado a obtenção dos benefícios, vinculados a sua categoria, pelo agricultor. A informação de que não poderia constituir uma micro-empresa, por ser contraditória a sua conformação legal com a condição de agricultor, implicou num re-direcionamento do projeto dos três irmãos agricultores. O incentivo recebido para a formação da associação através do representante do sindicato, acompanhado pelas informações a que tiveram acesso, participaram da concretização do projeto de regularizar o trabalho conjunto . A EPAGRI

também contribuiu na construção da associação de agricultores orgânicos, como aparece na seguinte fala:

“Nós temos o estatuto e regime interno também, registrado. Tá num disquete, não passei pro computador ainda, vô tem que passá. Quem me fez foi a EPAGRI. A EPAGRI trabalhô em cima disso.” (Antônio, 37 anos)

O desempenho da EPAGRI e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto aos agricultores familiares, incentivando a formação da associação de produtos orgânicos, exemplifica a nova tendência do meio rural. A categoria “agricultor familiar” foi conquistando o espaço ocupado anteriormente pelo termo “pequeno proprietário”, característico até os anos 80, e foi acompanhada pelo fortalecimento de uma série de temáticas relacionadas a ela. Passaram a ser abordadas com maior acuidade, segundo Medeiros (2001), as formas de comercialização da produção, a constituição de associações, a construção de agroindústrias, os modelos tecnológicos adotados, as questões ambientais envolvidas na agricultura. Estes temas permeiam a realidade social dos agricultores familiares que participaram desta pesquisa, revelando a sua relevância na conformação do meio rural atual. A formação da associação é emblemática neste processo de inovações, como aponta um dos entrevistados nesta pesquisa:

“Por isso que eu digo, o grupo que faz, uma pessoa não pensa disso. E o grupo vai pensando diferente, o grupo pensa de uma forma, pensa do outro e vai estabelecendo um, vai botando em ordem muitas coisa que, ‘Ah! Isso aí tá errado. Tem que tentá mudá’, tá mudando. E onde que vai, eu acho que hoje o caminho do agricultor é a organização. É a organização, se ele não se organizá, um agricultor sozinho não vai. (...) Existe isso, uma, enquanto uma associação, fala em associação, é um grupo, então tem um representante, ele até pode chegá facilmente numa autoridade e um agricultor sozinho é difícil chegá.” (Antônio, 37 anos)

O fortalecimento dos agricultores, a partir da sua organização em associação, permite que eles conjuntamente encontrem alternativas para a produção e a comercialização. A

possibilidade de transformações nos sistemas produtivos, que abranjam a maior responsabilidade com o meio ambiente e a assunção de riscos, também é facilitada pelo agrupamento dos agricultores. Na fala de outro agricultor aparecem algumas alternativas:

“E hoje, você vendo, vê a coisa, a causa de perto, a agricultura familiar, não tem nada como o agricultor começa a investi na produção orgânica. Que hoje o convencional, em grande escala, não tem mais lugar pra ele, ele tá preso. Sozinho vai vendê o produto dele, perde muito valor. Então, agricultura familiar tem que, o agricultor tem que pensá em produzi o orgânico, aonde vai agregá mais dinheiro, mais uma renda na sua propriedade com várias variedade de produto. Ele vai vendê, tem a época, que todas época tá produzindo, não pensá em produzi só poucas época.” (Francisco, 40 anos)

A agricultura orgânica é apontada como opção para os agricultores familiares por este informante. São abertas através dela as possibilidades de adesão ao associativismo, diversificação da produção, aumento do número de colheitas ao ano, agregação de mais valor ao que se produz repercutindo no aumento da renda dos agricultores e na conquista de mercado.

Medeiros (2001) indica ainda a participação dos “Gritos da Terra” no crescente reconhecimento da agricultura familiar e de suas necessidades pelo Estado e pela sociedade de uma forma geral. Os “Gritos da Terra”, segundo a autora, foram iniciados nos anos 90 pela CONTAG, reunindo um grande número de trabalhadores de distintas regiões brasileiras e apresentando as reivindicações vindas do meio agrícola de forma unificada para o plano nacional. Os sindicalistas vinculam a estas mobilizações conquistadas como a promulgação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e diminuição da burocratização das aposentadorias rurais.

De acordo com Medeiros (2001), a tendência do governo de privilegiar uma categoria nas políticas para o meio rural, conquistando apoio do sindicalismo, teve como um dos seus resultados a criação do PRONAF. O programa de crédito que teve seu marco inicial em 1996, atinge os agricultores familiares de forma seletiva, dando primazia para aqueles que se encontram em melhores situações financeiras e deixando a deriva um número crescente de

agricultores empobrecidos. O cumprimento de um contrato que desconsidera as peculiaridades econômicas de agricultores familiares transforma-se, muitas vezes, numa barreira. Um dos agricultores entrevistados relata a sua situação:

“E quando a gente tirô, eu tirei, consegui, peguei o PRONAF, já foi pra pagá dívidas atrasadas. E daí que a gente se complicô, entendeu? Porque a gente, quando pega dinheiro pra plantá é uma coisa, quando pega dinheiro pra pagá dívida, a gente sabe que a gente vai tê que, daí esse dinheiro não sobrô pra plantá. Entendeu como é que é? A gente pega o dinheiro na verdade pra plantá, a gente faz o plano e problema do pequeno agricultor é isso, que ele nunca sobrô dinheiro.” (Rubens, 43 anos)

A obtenção de crédito, através do PRONAF, não foi suficiente para que este agricultor conseguisse arcar com todas as suas despesas. A existência de dívidas acumuladas, resultantes de dificuldades enfrentadas como agricultor familiar, inviabilizaram a utilização do dinheiro obtido na safra para qual ele se destinava. Muitos agricultores familiares já estavam em situação econômica precária ao obterem o primeiro financiamento do PRONAF. Após anos de políticas públicas para o meio rural que desconsideraram aqueles que trabalhavam com mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, o fornecimento de créditos restritos a cada colheita não conseguiu contemplar as necessidades que eles apresentavam. Medeiros (2001) faz referência a reivindicação histórica dos movimentos sociais de benefícios a estes agricultores para que pudessem garantir sua reprodução num mercado competitivo, dominado pelos produtores de larga escala. Em outra fala do mesmo agricultor aparece o ciclo que precisaria ser cumprido para que o financiamento servisse ao seu intento:

“Eu tenho o PRONAF, eu tenho o PRONAF e todos os agricultor aqui tem PRONAF. Então, eles vão lá no banco, eles tiram o dinheiro pra pagá, pra plantá e na colheita eles vão lá e devolvem o dinheiro, retornem o dinheiro de novo e assim é um giro que ta ocorrendo.” (Rubens, 43 anos)

A rápida e rígida circulação do crédito, apontada pelo informante, não corresponde, muitas vezes, a realidade vivenciada pelos agricultores. Eles se deparam com grandes variações dos preços de seus produtos no mercado e a quantidade e qualidade do que é colhido depende bastante das condições climáticas encontradas durante o crescimento da produção. Esta instabilidade não permite que a relação entre os gastos e ganhos estipulada no momento da obtenção do crédito corresponda fielmente àquela encontrada na devolução do financiamento. Isto acaba dificultando, muitas vezes, o cumprimento do contrato.

Medeiros (2001) indica ainda que o estabelecimento do PRONAF foi acompanhado de uma crescente localização das políticas públicas. A autora destaca a responsabilização dos sindicatos pelo credenciamento dos agricultores para o PRONAF e a formação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, como exigência prévia para os municípios conseguirem verbas para melhoramentos na infra-estrutura, através do PRONAF. A autora vislumbra nestas ações mais localizadas, voltadas para a agricultura familiar, possibilidades diferenciadas, como a re-afirmação do clientelismo no meio rural e a abrangência das particularidades dos espaços rurais. Ela enfatiza a transformação do plano político, com os movimentos sociais rurais precisando abarcar o local. A agricultura familiar vai conquistando espaço tanto nas políticas públicas quanto nas agendas dos movimentos sociais.

Sérgio Schneider (2003) também traz algumas contribuições para a compreensão da forma como a categoria “agricultura familiar” emergiu no panorama brasileiro. Algumas das afirmações deste autor se aproximam daquilo que já foi comentado aqui, com base na análise elaborada por Leonilde Servolo de Medeiros (2001). Dessa forma, serão mencionados apenas alguns pontos do histórico composto por Schneider (2003), procurando complementar o que já foi dito.

Schneider (2003) destaca, no começo dos anos 90, duas frentes de afirmação da categoria “agricultura familiar”. Uma delas mais relacionada às lutas políticas e outra vinculada aos meios acadêmicos. O autor vincula o termo “agricultura familiar” aos “grupos sociais com pequenas extensões de terra e que utilizam fundamentalmente o trabalho da família na execução dos processos produtivos” (Schneider, 2003, p. 32).

A importância dos movimentos sociais, representados principalmente pela ala rural da CUT, na defesa dos interesses dos “pequenos produtores rurais”, no período de formação do Mercosul, é apontada por Schneider (2003).

A criação de um mercado integrado entre os países do extremo sul da América (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), formalizado em 1991 com o Tratado de Assunción, foi significada como uma ameaça para os “pequenos produtores”, de acordo com Schneider (2003). O autor indica o aparecimento do termo “agricultor familiar” como uma estratégia de fortalecimento de várias categorias, “pequenos proprietários rurais”, “assentados”, “arrendatários”, “agricultores integrados às agroindústrias” frente à abertura comercial anunciada com a chegada do Mercosul.

Segundo Schneider (2003), a constituição do Mercado Comum impulsionou as organizações de “pequenos produtores” a conhecerem a realidade de outros blocos econômicos, principalmente a União Européia, na qual a política agrícola estava voltada para a “agricultura familiar”, reforçando ainda mais a escolha desse termo. O autor também aponta a relevância dos “Gritos da Terra”, organizados pela CONTAG, e do PRONAF, implantado pelo governo federal, na ascensão da categoria política “agricultura familiar”.

No campo acadêmico, são destacados por Schneider (2003) os estudos de José Eli da Veiga (1991), Ricardo Abramovay (1992) e Hugues Lamarche (1993, 1999) quando publicados no Brasil. Para Schneider (2003), estes trabalhos têm em comum a referência feita à importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos, propalando dessa forma o termo e, mais que isso, propiciando o questionamento dos rumos que os estudos sobre a ruralidade vinham seguindo no Brasil.

Maria de Nazareth Wanderley (1999), defende a idéia de que a categoria “agricultura familiar” não surgiu há pouco tempo mas teve seu campo social e analítico expandido no Brasil, a partir de sua re-significação.

A autora afirma que “agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares” (Wanderley, 1999, p. 22). As características da agricultura familiar relacionam-se ao contexto contemporâneo em que ela está inserida já que o processo produtivo e os modos de vida a ela vinculados passam por transformações, diferenciando-se daqueles encontrados tradicionalmente, segundo a autora.

Para Wanderley (1999) as mudanças ocorridas não significam o abandono total de valores que predominaram tradicionalmente entre os camponeses, estes possibilitam o enfrentamento de muitos desafios encontrados na atualidade. A autora destaca ainda o campesinato como uma das formas de agricultura familiar, apresentando no Brasil especificidades relacionadas a sua história que contribuem para a formação de um patrimônio de tradições culturais do meio rural.

Na discussão elaborada por Wanderley (1999) sobre a agricultura familiar, a família ocupa um lugar fundamental, aparecendo como aquela que “ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (p. 23).

O conceito de família já foi largamente debatido e nem por isso o seu caráter polêmico foi superado. As argumentações desenvolvidas por algumas autoras possibilitaram o alargamento de seu entendimento e serão lembradas rapidamente aqui. Isto não diminui a importância que este conceito possui ao longo desta dissertação já que se mostrou imprescindível sua utilização para o entendimento da realidade social estudada.

Mariza Corrêa (1982) ao analisar as organizações familiares destacadas ao longo da história social brasileira, aponta a existência de um processo peculiar: a exaltação de uma única forma familiar em cada espaço e tempo, ignorando ou menosprezando as outras. A autora baseia esta afirmação principalmente na escolha da “família patriarcal” como representativa do período colonial e a partir de sua derrocada, a eleição da “família conjugal moderna”. A primeira relativa às extensas propriedades rurais, abrangendo um grande número de pessoas ligadas por diferentes laços. A segunda, vinculada às cidades e englobando o casal e seus filhos. Os valores também diferenciados, na “família patriarcal” a propriedade e o poder recebendo ênfase e na “família conjugal”, a sexualidade e o afeto. Como principais difusores destes termos a autora indica Gilberto Freyre (1933) e Antonio Candido de Mello e Souza (1951), com as respectivas obras “Casa Grande e Senzala” e “The Brazilian Family”.

Corrêa (1982) problematiza a tendência de divulgar exclusivamente a organização familiar correspondente ao grupo dominante, desconsiderando a sua correspondência ou não com o que era vivenciado no cotidiano por grande parte da população. Ela aponta a noção de “família patriarcal” como ilustrativa de um recorte específico social e histórico que foi transformado numa generalização. A partir das condições existentes na cultura açucareira, em

Pernambuco (séculos XVI e XVII) ou nas regiões produtoras de café (séculos XVIII e XIX) imprimiu-se uma referência de organização familiar para todo o período colonial (séculos XVI ao XIX), segundo a autora aqui citada.

Corrêa (1982) ressalta ainda que estes questionamentos feitos em relação à “família patriarcal” não significam a negação de sua existência nem mesmo a impossibilidade de sua relevância na época. O que a autora procura fazer é uma relativização da categoria, demonstrando que ela não subsistiu isoladamente nem mesmo dominou culturalmente a constituição da sociedade brasileira. Ela indica que o uso dado a esta categoria na história brasileira, muitas vezes, ignorou as diferenças presentes na sociedade. Em nome da instauração de uma referência em termos de família, as outras possibilidades familiares eram desqualificadas.

Corrêa (1982) defende o aprofundamento das pesquisas para que elas possam expressar a realidade social não limitada a categorias fixas, como “família patriarcal”. A autora fala a favor da existência de uma variedade de organizações familiares nos mesmos contextos sócio-históricos e da possibilidade destas diferentes alternativas de família terem o mesmo reconhecimento social

Sylvia Leser de Mello (1995) discute a impossibilidade das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil nos últimos 30 anos, período transcorrido desde o início do seu doutoramento, não terem repercutido nas relações entre os integrantes das famílias brasileiras. Mais do que isso, a autora cogita as transformações nas maneiras dos sujeitos conceberem a si mesmos e na significação que dão ao seu lugar social, não se restringindo ao espaço familiar. A autora diz que a sua mobilização para discutir a temática família provém do etnocentrismo gritante nos dias atuais e de uma de suas repercussões, o preconceito ligado às famílias, predominantemente as de classes populares.

Mello (1995) afirma que para debater a noção de família deve-se ter conhecimento dos preconceitos relacionados a esta temática, para que não se trabalhe a favor da perpetuação de muitos deles. Como ponto inicial, a autora defende a renúncia de qualquer tentativa de composição de um conceito universal, “a família” deslocada de um contexto histórico e social específico nunca vai ser encontrada.

Para Mello (1995), apesar do entendimento do que é família ocorrer através de sua mera circulação, ele não se dá de maneira idêntica para todos. Para compreender os possíveis referenciais de família com que se está lidando, é preciso saber qual a localização sócio-cultural, qual a classe social e qual o momento histórico relacionados à família de que se está falando. A análise só é possível a partir da “observação, pesquisa e abandono de conceitos ou preconceitos” (Mello, 1995, p.53).

A pesquisa, o contato com o contexto social, pode propiciar os meios para uma maior compreensão da concepção de família que se está abordando, de acordo com Mello (1995). Os conceitos concebidos a priori, segundo a autora, mostram-se defeituosos quando a realidade social é enfrentada. É preciso estar aberto às diferenças, ampliando as significações tradicionais de família.

Mello (1995) situa suas inquietações num bairro da periferia de São Paulo, a Vila Helena, no qual encontrou na família “o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade” (p. 53). A autora aponta o “polimorfismo” como característico de seu local de pesquisa assim como a importância dos laços familiares, constituintes dos aglomerados existentes no local. Estes aglomerados, formados por grupos de famílias nucleares, são resultantes de migrações, principalmente de regiões rurais.

Mello (1995) problematiza, a partir da situação estudada por ela, a elaboração de um padrão normativo de família. A eleição de um exemplo de família como referência a ser seguido, acarretaria a desqualificação de todos os outros exemplos encontrados. Ao se tornar uma regra, a alusão a um modelo específico de família, as outras possibilidades seriam desprezadas. As diferentes formas de família passariam a ser valorizadas de acordo com sua maior ou menor proximidade daquela família escolhida como exemplar. A autora indica um certo formato de família, a nuclear, composta por mãe e pai, num relacionamento monogâmico, e os filhos deste casal, como parâmetro de organização familiar utilizado costumeiramente. A autora ainda vincula a este tipo de família algumas características que participam de sua conformação como ideal social: um grupo que não se envolve com os conflitos que acontecem no contexto em que está inserido e mantém entre os seus componentes relações harmoniosas.

Para Mello (1995), a simples presença de modelos normativos na sociedade não exigiria que as discussões se prolongassem, porém as repercussões sociais que seus diferentes empregos possuem, graças à valorização que recebem, denota atenção especial. Para a autora, por meio da comparação com estes modelos são desqualificadas as outras variações de família, com a desvalorização aumentando conjuntamente com o crescimento das diferenças em relação aos modelos idealizados. A promoção destes ideais de família pelos meios de comunicação é lembrado pela autora assim como o poder político que conquistam, fundamentando muitos preconceitos. A autora também questiona a responsabilização das famílias, não enquadradas nestes referenciais idealizados, por uma série de problemáticas sociais, como dificuldades escolares apresentadas pelas crianças, violência, abandono.

Mello (1995) sugere frente à diferenciação existente entre as famílias encontradas na realidade social e aquelas ilustrativas dos modelos normativos, o reconhecimento do polimorfismo familiar. A análise de como os integrantes das famílias significam e vivenciam seus lugares e o acompanhamento das transformações sociais no cotidiano, também são destacados como importantes para a compreensão das famílias. A necessidade de se encarar as famílias como elas são em seus contextos culturais e históricos e não como elas deveriam ser, segundo abstrações instituídas em tempos e espaços remotos é defendida pela autora.

Cláudia Fonseca (1999) ao discutir as contribuições de autores de diferentes regiões do mundo para as reflexões sobre família, ressalta a importância de localizar as suas falas nos contextos sociais e históricos em que foram produzidos. Os modelos de família desenvolvidos em outros momentos e espaços precisam ser relativizados ao medirem a compreensão das famílias em locais específicos do Brasil, na atualidade. Para a autora, as teorias podem tanto ser refutadas quanto podem estar em maior ou menor concordância com a realidade social estudada, precisando de reformulações. De acordo com a autora, a originalidade assim como a cientificidade da análise de lugares específicos são perdidas quando um certo modelo transforma-se em regra.

Para ilustrar este debate sobre família, Fonseca (1999) discorre sobre três categorias usuais nas pesquisas brasileiras: família nuclear, família patriarcal e “crise da família”. Antes, a autora defende a grande variedade de formas familiares encontradas em contextos distintos. Em Fonseca “a forma familiar inclui a organização dos laços entre membros da rede de

parentesco (definida por laços de consangüinidade, afinidade, adoção, ou parentesco espiritual) assim como da unidade doméstica” (1999, p. 273).

Ao historicizar o termo família nuclear, Fonseca (1999) faz referência à habitual ligação deste termo com a unidade doméstica da qual fazem parte pai, mãe e os filhos destes. A impossibilidade de se localizar esta formação em algum momento da história é apontada pela autora, devido a sua existência desde os tempos mais longínquos. Algumas das particularidades relacionadas a esta conformação familiar, nos dias atuais, apareceram no Renascimento porém foi após a Segunda Guerra Mundial que esta noção de família conquistou espaço e reconhecimento, segundo a autora. Para que isto acontecesse, Fonseca (1999) destaca principalmente as teorias elaboradas por Talcott Parsons (1949, 1955), nos Estados Unidos, sobre as camadas médias daquele país. Para a autora, estes estudos sobre a família nuclear se popularizaram de tal maneira que pelo menos duas gerações acreditaram exclusivamente nela como exemplo saudável. A autora destaca ainda as características da época em que esta noção foi produzida para sua melhor compreensão. De acordo com Martine Segalen (1986, citada por Fonseca, 1999, p. 256): “... o amor parecia triunfar na união conjugal, e a liberdade individual explodia depois da derrota do fascismo, ... a família era vista como limitada a uma esfera estreita, privada das suas funções antigas pelas novas políticas sociais promovidas pelo Estado de bem-estar social”.

Depois de fazer uma caracterização do valores presentes no período pós-guerra, através da socióloga francesa Segalen, Fonseca (1999) sublinha o crescente desapego dos pesquisadores europeus à categoria família nuclear, quando passam a vislumbrar outras relações vinculadas ao núcleo conjugal e cogitam até mesmo a substituição desta categoria. A autora destaca tanto a revitalização dos estudos sobre redes de parentesco quanto a admissão da existência de diferentes laços como os estabelecidos pelo re-casamento, pela maternidade assistida e pela adoção. Estas reflexões sobre a problematização da noção de núcleo conjugal na realidade européia levaram Fonseca (1999) a se questionar sobre as restrições de se utilizar o mesmo termo no Brasil, podendo sua aplicação alcançar dificuldades ainda maiores no contexto brasileiro.

Ao voltar seu olhar para uma categoria criada no Brasil, Fonseca (1999) traça uma discussão próxima à desenvolvida por Corrêa (1982), já relatada acima.

Fonseca (1999) menciona o conceito de família patriarcal, formulado por Gilberto Freyre (1933). Na tentativa de afirmar um padrão familiar característico do Brasil, seguindo o empenho nacionalista da época, uma noção ligada à região açucareira pernambucana (período colonial), acabou sendo expandida para todo Brasil, segundo a autora. Ela destaca que na atualidade, excetuando alguns autores, a categoria família patriarcal restringe-se aos estudos sociais de camadas altas, especialmente do Norte e Nordeste do Brasil.

Depois de discutir a localização social e histórica dos termos família nuclear e família patriarcal, Fonseca (1999) levanta a possibilidade de ser questionada a respeito da relevância destas categorias nos dias atuais, já que está em voga a “crise da família”. Ela, então, problematiza esta generalização, demonstrando a vinculação destas incertezas quanto a continuidade da família com certos acontecimentos particulares, para isto ela recorre ao autor alemão, Franz Schultheis.

Schultheis (1995, citado por Fonseca, 1999) fala sobre intelectuais alemães que, depois da Segunda Guerra Mundial, passaram por um período de repúdio a tudo aquilo que poderia ser vinculado ao ideário fascista. A forte presença da autoridade paterna, no interior da tradicional família tronco, era reconhecida como a base do autoritarismo vivenciado anteriormente. A necessidade que os mais jovens sentiram de reparar os erros cometidos ao longo da guerra foi simbolizada por meio da “eliminação” da idéia de autoridade paterna, acompanhada pela noção de família. São mencionadas como evidências da indisposição dos mais jovens com aqueles que haviam sido responsabilizados pela guerra, a literatura com muitos embates entre gerações e as escassas discussões sobre família na produção acadêmica da época.

Fonseca (1999) destaca ainda a importância do “reconhecimento de que, numa mesma sociedade complexa, podem coexistir diversas configurações familiares – cada uma com sua lógica interna” (Fonseca, 1999, p. 261). No Brasil, as gritantes desigualdades sociais existentes produzem situações muito distintas de vida, acarretando significados de família diferenciados, segundo a autora, por isso a dificuldade de se falar a respeito das famílias brasileiras contemporâneas sem observar as diferenças de classe social.

Após estas reflexões, reafirma-se a necessidade de discutir família com as especificidades relacionadas ao contexto desta pesquisa. Para ilustrar a importância da categoria família no meio pesquisado, a fala de uma das agricultoras entrevistadas é interessante:

“Eu acho que eu já realizei os meus sonhos. Meu sonho já foi realizado. Meu sonho, eu queria tê uma família. Eu sempre quis tê uma família. Assim, um sonho lá de criança, lá de infantil, né. Eu sempre quis tê uma família e filhos. Eu casei com dezessete anos. Então, já construí uma família. Eu acho que minha expectativa de vida, meu sonho eu já realizei. Então, agora a expectativa de vida é eu luta pra que essa família nunca se destrua. Que ela fique sempre unida, e tê assim, uma melhor condição de vida, né. Pra ti vive bem, vive com a família, com o teu lar. E continua no orgânico, né. Vive com a consciência limpa.”
(Camila, 30 anos)

Volta-se agora às discussões sobre a família localizada no contexto rural. Daí a importância de se retomar as discussões de Wanderley (1999) sobre agricultura familiar que foram introduzidas acima, já que a autora não dissocia totalmente esta categoria da tradição camponesa ou, como nos fala Klaas Woortmann (1990), da campesinidade em que família, terra e trabalho estão articuladas.

A vinculação entre a família, o trabalho realizado e a propriedade, no caso a terra, justifica a inclusão do campesinato entre as diferentes formas de agricultura familiar para Wanderley (1999). A caracterização do campesinato não se esgota na relação entre estes três pontos, ele possui outras peculiaridades que são importantes para sua definição. A autora destaca o sistema policultura-pecuária, no qual uma diversificada criação animal é integrada a uma variada produção vegetal, exigindo trabalho e sabedoria da família inteira. Uma certa autonomia em relação ao contexto exterior à propriedade, já que a sua produção é suficiente para as necessidades de consumo da família também é enfatizada pela autora. A transmissão do patrimônio familiar para as gerações seguintes é mencionada entre as características do campesinato pela autora, assim como as redes de sociabilidade que não se restringem aos laços familiares e de parentesco.

Woortmann (1990) fala sobre a peculiaridade das relações estabelecidas entre os sujeitos e destes com a terra no campesinato, constituindo uma “ordem moral” específica. O autor lembra que estes sujeitos vivenciam situações ambíguas pois não estão aprisionados a um modelo, mas sim inseridos na história, que está em constante movimento. Dessa forma, o autor opta por “falar não de camponeses mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (Woortmann, 1990, p. 13).

Ao longo de suas reflexões, Woortmann (1990) ressalta como valores fundamentais família, trabalho e terra na constituição da campesinidade, definindo da seguinte forma a relação entre estas três categorias: “Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.” (Woortmann, 1990, p. 12).

A campesinidade se relaciona de maneira ambígua com os valores trazidos pela modernidade, de acordo com Woortmann (1990), aproximando-se mais destes em alguns momentos e afastando-se em outros. Apesar do campesinato ser menos marcado por relações capitalistas de produção, a campesinidade não é inviabilizada pela crescente integração ao mercado. O autor acredita que a continuidade de certos valores mais holistas, em alguns casos, como a caracterização da terra como patrimônio familiar e não como mercadoria, significam a continuidade da campesinidade. Além disso, ele acredita que “um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição.” (Woortmann, 1990, p. 16).

Woortmann (1990) ainda destaca outras peculiaridades da campesinidade como a relação “trabalho e negócio se opõe num plano, noutro plano se articulam, na medida em que um é o meio para se chegar ao outro. Se, num contexto, ele nega a reciprocidade, noutro, ele garante a liberdade e ambos são princípios constituintes da honra do pai.” (1990, p.41). Neste argumento, o autor expõe outros valores que considera importantes na campesinidade: a reciprocidade, a liberdade, a honra e a hierarquia familiar, representada pelo poder do pai. Ele demonstra mais uma vez a ambiguidade presente em muitas situações em que se vivencia a campesinidade. O negócio, tradicionalmente considerado negativo frente ao predomínio da troca e ao enaltecimento do trabalho na terra, é aceito ao permitir a conquista de outro valor

fundamental na campesinidade, a liberdade. A possibilidade de ser dono da terra e indicar as direções é dada ao pai. A liberdade é vinculada a uma hierarquia familiar já que o coletivo prevalece.

Ao refletir sobre a realidade social pesquisada para a composição desta dissertação, considerando o posicionamento de diferentes autores sobre agricultura familiar e campesinato, sobressaiu uma afirmação feita por Wanderley (1999, p. 35) “De uma certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo”. A defesa de uma certa continuidade, não generalizável, entre agricultura familiar tradicional e a agricultura familiar moderna, sem esquecer da sua crescente vinculação ao mercado e da transformação, a partir daí, de muitos dos valores existentes é destacável.

A existência de um território familiar, definido como “um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (Wanderley, 1999, p.43) foi percebida na fala dos agricultores entrevistados, apesar da instabilidade que vivenciam em decorrência da localização de suas terras no interior de uma Unidade de Conservação Ambiental. Esta incerteza pode ser ilustrada pela fala de uma das agricultoras:

“Porque às vez tinha vontade de fazê um projeto melhor, qualquê coisa mas pode de repente saí, já vem aquela dívida. É, mas já tá muitos ano, vinte e poucos ano já tá essas dívida aí.” (Isabel, 67 anos)

Esta particularidade não impediu a reprodução das famílias no local, como demonstra a fala de outro informante:

“Nós já somos terceira geração aqui. Que eu sô, né. A gente se criô na agricultura (...)” (Antônio, 37 anos)

O pai e a mãe deste agricultor fazem referências mais específicas ao histórico da família no local:

“Os meu avô já vieram pra cá, já era Vargem do Braço, não tinha igreja. A igreja foi dos meu avô, foi feito. Mas a Vargem do Braço já tinha gente morando (...) O meu pai veio com a idade de sete ano. Mas ele ia fazê noventa e sete ano ele ia fazê em agosto. Eu tenho uma tia com noventa e seis ano, vai fazê em agosto agora, tá viva ainda, irmã do meu pai. Mora aqui em cima mas ela não conhece mais ninguém.” (Gerson, 70 anos)

“O meu pai diz que veio depois, também não tem muitas declaração sobre eles. A minha mãe eu acho que nasceu ali sim. Daí, depois a vó morreu. Daí nós nascemo tudo aqui. Aí quando nós casamo, os filho casaram. Daí também foram embora pra Santo Amaro. Daí a minha mãe ficô viúva, ele morreu. Dali ela mudô lá pra Palhoça. Lá também, coitada, se acabô também.” (Isabel, 67 anos)

O patrimônio familiar pode ser simbolizado por uma casa que passou de geração em geração na família, vinda do lado paterno. A trajetória da casa, no interior da família, foi descrita pelo casal mais idoso entrevistado:

“É. Essa casa o meu pai já comprô, já era, já tinha gente de idade, bem de idade que morava ali dentro e outros já fizeram. Essa casa se não tivé duzentos ano mas já tá perto de duzentos (...) Meu pai morava lá. Até fizemo aquela casa de madeira um ano que eu casei. Não, a casa ficô a mesma casa. Só, aquilo é feito de pau a pique. Aquelas parede de fora foi feita de madeira.” (Gerson, 70 anos)

“Tem uma filha que mora lá. Os filho fala que aquela casa lá dá pra fazê histórico.” (Isabel, 67 anos)

Vários dos entrevistados da família fizeram referência à antiguidade da casa e à pretensão de transformá-la em patrimônio histórico. A possibilidade de tombamento como construção mais antiga da Vargem do Braço, ainda existente, convive com as necessidades dos seus

atuais habitantes. Tanto o pai da moradora quanto ela própria falaram sobre outras expectativas em relação à casa:

“O sonho meu é tê uma cozinha nova minha. Não digo a minha casa, a casa ainda aguenta mas minha cozinha. Esse é meu sonho de eu tê um dia.” (Bianca, 45 anos)

“Eu tava dizendo pro meu genro se ele lixasse, vamo dizê, mas dá muita mão-de-obra, lixasse tudo aquilo ali e desse uma boa pintura naquela casa ali, ficava linda aquela casa. Uma casa linda.” (Gerson, 70 anos)

Ao mencionar o patrimônio familiar, outra categoria é mobilizada, a herança familiar. A constituição de um patrimônio, a partir do trabalho, garante a perpetuação da família por meio da transmissão de bens materiais e simbólicos. Seyferth (1985) afirma que “as variações do sistema de partilha são muitas, e vão desde a herança impartível, onde um dos filhos herda toda a propriedade, até a partilha entre todos os herdeiros.” (p. 1). No grupo de entrevistados, foram citadas as duas formas de divisão da terra, sendo que nos dois casos está implicada a relação de compra e venda. Primeiramente será ressaltada a fala de um agricultor, não pertencente a esta família cujo patrimônio vinha sendo analisado:

“Daí, então, quando eu me casei, eu fiz a casinha aqui, daí quando eu casei, eu vim pra cá. Daí, daonde eu comecei a trabalhá aqui porque a família toda do pai foram pra cidade e o pai fico lá em cima. Daí, eu comecei a trabalhá nesse terreno. Esse terreno até pouco tempo era da família, daí, então, eu comprei, até ela tinha um outro lá nas Água Morna, vendemo agora lá e compramos o terreno aqui. (...) A gente até tinha, por exemplo, investi muito a gente não podia investi em cima da propriedade porque se amanhã acontecesse qualqué coisa e o pai dividisse o terreno, cada um pegava um pedacinho, né. Daí, se a gente tivesse investido, também a gente não ia tê. Então, daí a família concordo em vendê isso aqui pra gente. Daí, nós vendemo, ela tinha um terreninho lá nas Água Morna, vendemos lá e compramos aqui, né.(...) Comprei o terreno aqui barato porque, talvez até ele valesse mais que, com certeza valia, do que eu paguei. Mas conforme, os outro tavam

tudo colocado lá pra fora e eles mesmo colocaram pra mãe e pro pai, vendê isso aqui pra nós porque a gente trabalhava em cima e, eles não dependiam muito disso aqui. Porque lá em cima o pai tem um terreno grande também. Tem um terreno lá de sessenta e poucos hectares, né.” (Rubens, 43 anos)

A conformação da família desse agricultor pode contribuir para a elucidação da forma como conseguiu obter suas terras:

“Eu venho de uma família de 12, meu pai tem 12 filhos. E meu pai criou os filhos aqui na roça, aqui na Vargem do Braço, todos nascido aqui, né. E, hoje praticamente eu sou o único que trabalha na agricultura. Todo ele, todos vão pra fora aí, né. Só tem outra irmã que mora aqui mas trabalha um poquinho na roça mas é empregada também.” (Rubens, 43 anos)

O êxodo rural ocorrido com quase todos os herdeiros de uma família extensa, possibilitou que o único filho com dedicação exclusiva à agricultura pudesse adquirir as terras que cultivava, por um preço especial. Destaca-se a porção de menos de 10 hectares de terra que este agricultor adquiriu relacionada aos mais de 60 hectares que continuaram sob a propriedade do pai. Seyferth (1985) ressalta os arranjos feitos no interior das famílias rurais quando se deparam com as questões de herança. A possibilidade de “um pagamento apenas simbólico que não cobre o valor das terras” (Seyferth, 1985, p. 16) por um dos herdeiros, já que os outros beneficiários não possuem interesse direto sobre a terra, é uma das alternativas utilizadas.

A herança recebida pela mulher, um terreno no município de Águas Mornas, possibilitou a aquisição da área cultivada pelo casal de agricultores. Esta foi a única das mulheres que relatou o recebimento de herança de forma espontânea, as outras pertencentes a mesma geração, quando questionadas esquivavam-se afirmando estarem seus pais, ou um deles ao menos, ainda vivos. Paulilo (2003) relata a dificuldade encontrada de se falar sobre herança com diferentes membros de famílias de agricultores. Tanto Maria Ignez Paulilo quanto Giralda Seyferth basearam seus argumentos em contextos de colonização européia, no sul do

Brasil, Seyferth enfatizando os descendentes de alemães. Seyferth (1985) aponta as estratégias adotadas pelas famílias rurais para a manutenção das pequenas propriedades rurais, entre elas a exclusão de parte dos herdeiros, o que acontece primordialmente com as mulheres. Paulilo (2004) menciona que em muitos casos os homens são privilegiados nas heranças de terras e as mulheres têm acesso a ela por meio do casamento. A fala de uma das entrevistadas pode ser elucidativa:

“É porque daí eu queria fazê o meu enxoval pra casá e a agricultura não dava suficiente. Daí eu trabalhei pra consegui fazê meu enxoval. Daí depois eu voltei pra agricultura de novo (...). Fiquei, na mesma casa trabalhei quase oito ano. Eu saí de lá pra casá mesmo. Daí eu saí pra casá, voltei pra agricultura.” (Roberta, 38 anos)

A saída temporária da agricultura, para trabalhar em Florianópolis como empregada doméstica, com intuito de acumular dinheiro para a aquisição do enxoval e o posterior retorno à agricultura, possibilitado pelo casamento são descritos pela agricultora. A fala de outra entrevistada demonstra como a permanência na agricultura é relacionada aos laços familiares:

“Ta, eu sempre fui agricultora, né, já nasci agricultora, minha mãe era agricultora. Então, tu já tem uma vida de agricultora desde pequena. Daí casei, marido é agricultor, trabalhava na roça, aí, nós, eu também peguei a vida de agricultora trabalhando junto.” (Camila, 30 anos)

Após relatar casos em que um dos filhos tem acesso à terra antes da partilha da herança por meio de compra e mulheres que só conseguem alcançar este bem através do casamento, outro tipo de herança será mencionada. Seyferth (1985) fala da possibilidade dos filhos receberem a moradia e um pequeno terreno ao casarem ou no caso de famílias mais abastadas, ser acrescentada uma área para o cultivo agrícola. Isto foi relatado por uma das agricultoras entrevistadas:

“É. Porque daí o, antes o pai tinha pouca terra assim, daí quando nós, o Henrique entrô ali, meu cunhado entrô, daí casemo, né. Tudo ele vinha trabalhá nas terra do pai. Ah! Daí o pai deu mato virgem pra ele derrubá e destocá, né. Daí tiveram os primero ano ali de casado, óia. Daí tiveram que destocá e, né, pra plantá tudo assim. Daí era mais difícil mas agora não. Agora já tá melhor.” (Bianca, 45 anos)

“Só um pedacinho.” (Henrique, 51 anos)

A impossibilidade de viver somente com os ganhos vindos do cultivo desta área, cedida pelo pai no momento do casamento, incentivou o casal de agricultores a abandoná-la temporariamente. Nas palavras da agricultora que recebeu dos pais a casa e o terreno:

“Daí nós queria fazê uma mudança ou ia trabalhá de empregado pra vê se dava alguma coisa porque a gente tava no agrotóxico aqui, quando gastava, que chegava na hora da colheta, não colhia pra pagá a despesa que gastô. Então daí, nós queria fazê uma mudança. De onde fizemo essa mudança, fomo trabalhá de caseiro, né. Só que daí quando chego no final lá, o salário era poco, não deu. Daí os rapaz também já começaram aqui, já tava um ano ou dois ano já tinha começado aqui. Ah, daí foi na hora que o homem lá, nós saímo de lá, nós entremo aqui com eles.” (Bianca, 45 anos)

A volta ao território familiar foi viabilizada pela formação de uma associação orgânica, por iniciativa dos irmãos da agricultora. A esposa de um dos irmãos desta agricultora narra a trajetória de trabalho do casal até a formação da associação:

“Daí passemos a fazê mais ajuste, começemo a achá que o ajuste não era o suficiente pra nós, voltamos pra verdura de novo, plantando aqui na terra do sogro, plantando verdura de novo. Daí nós peguemo e achemo que a verdura tava saindo pouco pra nós sobrevivê, não tava dando pra nós sobrevivê, que era pouca verdura, nós não tinha como plantá mais, era só nós dois. Daí resolvemo fazê uma parceria com os três irmão. E daí era o Antônio, Francisco e Emerson. E aí começemo a trabalha os três irmão, juntos, e daí os

três irmão e as duas mulher, que era eu e a outra mulher do outro irmão do Antônio. E o outro era solteiro. Daí trabalhando nós três junto, fizemo um caixa, dividi, a metade da roça dividia pro caixa, né. Então esse caixa foi crescendo. Com o tempo fizeram este galpão aqui, ó, este caixa, né. Então, uma parte da associação, uma parte dos três irmão vinha pra um caixa. Aí veio a produção sem veneno. Daí nós pulemo pra produção sem veneno, deixemo de planta o com veneno, passemos pra produção sem veneno. Daí trabalhava nós tudo junto. (Camila, 30 anos)

As dificuldades que este casal teve desde o casamento, para manter uma renda mínima através do cultivo de uma área reduzida de terra, foi apontado pela agricultora. Seyferth (1985) comenta que muitos dos recém-casados, mesmo recebendo uma casa e um terreno, tornam-se proletários devido às limitações de terra que recebem para cultivar. Este casal, Antônio e Camila, trabalhou como diarista na terra dos vizinhos, no início do casamento, através do sistema de “ajuste”, antes de unir-se a outros familiares. O casal anterior, Bianca e Henrique, havia saído para se instalar como “caseiros” em outra propriedade rural antes de se juntar à associação familiar.

A possibilidade de cultivar a própria terra foi bastante enfatizada pelos agricultores e agricultoras entrevistados. A importância da propriedade da terra aparece na fala de uma das agricultoras:

“O nosso sonho era comprá isso daqui. E a gente conseguiu realizá nosso sonho que era comprá isso aqui, trabalhá pra comprá isso aqui.” (Joana, 40 anos)

Woortmann e Woortmann (1997) destacam que “Ser sitiante, ser dono da terra é condição básica de ser liberto, juntamente com o domínio tanto cognitivo quanto simbólico do saber que orienta o processo de trabalho.” (1997, p.44). As falas de alguns agricultores e agricultoras entrevistados podem demonstrar como esta “liberdade” é vivenciada por eles:

“Melhor que trabalhá de empregado, pelo menos aqui o cara não é mandado pelos outro. E lá já tinha que tê hora certa pra começá e arriá.” (Henrique, 51 anos)

“A agricultura a gente tem a vida da gente, ali né. E trabalhando fora a gente depende dos outro, a gente é, não tem, a agricultura a gente é o patrão, como qué dizê, né.”
(Roberta, 38 anos)

“A roça, a gente e, na verdade, o serviço da roça é bom porque a gente se qué pode í dez, pode í, sê qué í mais cedo, pode í, qué vim mais tarde, pode vim. É, não tem hora de trabalhá quem não fô empregado, tá certo. Mas se é o dono. Eu gostei de trabalhá na roça.” (Isabel, 67 anos)

A formação de uma associação possibilitou o retorno de alguns e a permanência de outros agricultores em suas terras. A reunião dos filhos em uma associação envolveu o questionamento da hierarquia familiar tradicional, em que o pai opera todas as decisões. Como afirma Woortmann (1990) sobre o significado do pai na campesinidade: “É por ser dono do saber que ele é dono do sítio e pai de família. Ele não é um velho, mas um sábio.” A constituição da associação também mobilizou a realização de um acordo definindo a partilha das terras, antecipando a divisão que ocorreria com o falecimento dos pais. O usufruto das terras, que posteriormente serão recebidas como herança (com as porções referentes a cada filho já definidas), se dá através do pagamento de aluguel. Além disso, os filhos compraram todo o maquinário pertencente aos pais em prestações. A transformação da terra e dos instrumentos para trabalhá-la em mercadorias negociáveis, valores contrastantes com a campesinidade, permitiram a continuidade da família na agricultura. Talvez se perceba aí um exemplo da ambiguidade relatada por Woortmann (1990). A fala de um dos agricultores ilustra estes acontecimentos:

“(...) o pai dava, digamo assim, nós falava naquela época, conforto. O conforto qué dizê a despesa. Naquele tempo a gente usava essa palavra. Pagá o conforto pra nós trabalhá. E ele dava, era meia, fazia a meia, os filho trabalhá. Ele dava conforto e ganhava a metade. Só que o, veio tanta coisa nova, tipo, que as pessoa mais idosa pára no tempo. Digamo, ele não bota assim hoje pra produzi, chegô o tomate longa vida, por exemplo, ele não

comprava que era muito caro. Só que ele produzia dez vez, quase dez vez mais que o outro. E ele não acreditava nisso. E daí a gente viu que a gente tava parado no tempo e ele "isso tá errado". E chegemo perto dele e fizemo a proposta pra ele: "Pai, não qué arrendá o terreno pra nós plantá?". E até fui eu que cheguei, cara de pau ainda, disse: "Pai, não qué arrendá o terreno pra nós plantá?". "Ah! Vocês vão dá jeito de tocá isso?", ele disse pra nós, né. Que ele tinha as máquina tudo, trator, tudo dele e ele disse pra nós. E eu disse: "Não. Por que o pai acha que não dá? O pai não acredita nos filho do pai?", eu disse bem com essas palavra assim: "O pai não acredita?". Saiu conversando assim, saiu outro dia, conversô, daí diz ele: "Nós compremo as máquina do pai tudo, só que o pai tem que dá um prazo grande pra nós". Pagamo tudo pro pai e arrendemo pai, todo mês o pai ganha um salário mínimo da renda da terra do pai. Nós paguemo desde 95 isso aí. Daí depois fizemo, registrado em cartório, tudo, compremo as máquina, acho que paga, 2008 paga, oito ano pra pagá em saco de milho." (Antônio, 37 anos)

Wanderley (1999, p.35) afirma que "a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional.". A chegada de novas tecnologias no campo, em relação às quais o patriarca apresentava resistência, impulsionou os filhos a romperem com certas características da ordem tradicional, como a direção da produção indicada exclusivamente pelo pai, de acordo com Woortmann (1990). O relato de outro agricultor indica estas transformações:

"Eu acho hoje com nossa associação que nós temo lá, instituída lá, né. Formação dela pronta, eu acho que nossos filho tem futuro, né. Tocá pra frente isso que nós tamo encaminhando, né. Eu acho que o campo hoje, a tecnologia tá indo pro campo, todo o trabalho hoje é informatizado, própria agricultura tem sido programada e bem, né. Tem que sê tudo, por exemplo, hoje um produto antes de plantá tem que sê vendido. Tudo isso é uma ligação. Então, isso precisa tudo de uma, da pessoa, do estudo, que acabô aquilo de um agricultor falá "agricultor não precisa estudá", acabô-se isso, ele tem que tê bem mais

estudo já pra consegui produzi e planejá pra frente. Que hoje a vida do agricultor tem que sabê o quê tá acontecendo lá fora também.” (Francisco, 40 anos)

Mauro Barbosa de Almeida (1986) ao discorrer sobre a família rural destaca que para sua reprodução social¹² são necessárias estratégias para o enfrentamento das mudanças nos campos político e econômico. Estas estratégias desenvolvem-se em ciclos curtos e longos. Os ciclos curtos são relacionados pelo autor aos procedimentos realizados anualmente visando a viabilização econômica da unidade familiar. Este processo é composto pela prática dos agricultores, o conhecimento por eles acumulado e os meios necessários para efetuar o trabalho. Os ciclos longos, segundo o autor, correspondem à perpetuação das famílias. Geração após geração a continuidade das unidades familiares é possibilitada pelos nascimentos, casamentos, mortes, heranças. A conformação dos ciclos curtos e longos está relacionada ao contexto histórico e cultural em que as famílias estão inseridas. A re-afirmação da importância da família, articulada ao trabalho na terra, a partir da criação da associação, aparece nesta outra fala:

“Deu assim, uma mudança como a gente diz o que se transforma uma associação que é entre família porque as família tão quase tudo ali no meio, né. O único que não tem, tem ainda dois irmão, uma irmã e um irmão que não tá junto ali na associação. Então, isso ali eu acho que é tipo de uma associação familiar, né. Então, eu acho aquilo ali legal porque daí tá o pai e a mãe, tá os irmão tudo ali. Minha irmã, ela não trabalha ali dentro mas ela trabalha em casa mesmo que ela fornece o pão, né, orgânico tudo e eu acho isso ali bom. E as minha filha também se um dia vocês quisé vim trabalhá, o caminho deles tá aberto se quisé vim trabalhá na roça, eles tão ali. Eles adotam também o serviço nosso, então.”
(Bianca, 45 anos)

¹² De acordo com Almeida (1986, p. 67) “ A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de ‘manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração’, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um ‘movimento governado por suas relações com o campo externo’ (Fortes, 1971, p. 87)”.

A dialética entre raízes e opções culturais que nos propõe Sousa Santos (1997), na qual permanências e mudanças estão relacionadas, demonstra como a relação entre tradições e inovações transcorre com contradições não necessariamente excludentes, contribuindo na compreensão das vinculações entre os sujeitos e as mudanças no meio agrícola. A importância da família é novamente ressaltada, articulada à terra e ao trabalho mas agora, sob a forma de uma associação em que o contexto exterior tem uma importância fundamental na tomada de decisões.

A criação da associação proporcionou mudanças na maneira de organizar a produção. A agricultura que anteriormente se baseava em unidades individuais de produção foi transformada em agricultura de grupo, composta inicialmente só por famílias aparentadas. Rosana Maria Badalotti e Maria José Reis (2005) ao discutirem a formalização de grupos de cooperação no oeste catarinense, destacam aqueles constituídos por famílias aparentadas. A proximidade espacial, devido a existência de propriedades rurais compartilhadas ou perto uma das outras permitindo a convivência no cotidiano, e emocional, graças aos laços familiares, facilitariam o consenso nas tomadas de decisões nos grupos. A cooperação entre as famílias, através da coletivização dos lucros, bens adquiridos e investimentos realizados, estariam implicados com a divisão do trabalho e das atividades.

Segundo Badalotti e Reis (2005), a divisão do trabalho na agricultura de grupo é definida a partir da quantidade e da qualidade das terras e da infra-estrutura existentes, além do tempo e da mão-de-obra à disposição nas diferentes famílias que estão reunidas. Estes critérios se aproximam daqueles encontrados em Santo Amaro da Imperatriz no processo de eleição da área de trabalho sob responsabilidade de cada família, acrescentando a afinidade dos componentes das famílias com certa atividade, como o cultivo da terra ou a realização das feiras. As autoras sublinham além da viabilização financeira das propriedades rurais a partir da coletivização, a transformação dos valores e dos costumes dos agricultores. Entre os agricultores de Santo Amaro, as alterações na hierarquia familiar, com as relações entre os agricultores tornando-se mais igualitárias, podem ser vislumbradas nos lugares sociais ocupados pelas diferentes gerações e nas articulações entre os espaços públicos e privados de trabalho.

5. RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

As discussões das relações de gênero pelos estudos feministas referida por Joan Scott (1995) a uma necessidade de afirmação do caráter social e relacional da construção de feminilidades e masculinidades. A possibilidade de desvinculação dos estudos feministas de termos que têm conotações biologizantes, como sexo e diferenças sexuais, seria viabilizada pela adoção de uma categoria oriunda da lingüística, em cuja origem já estaria destacada a idéia de construção social. Também possibilitaria a saída do isolamento de estudos direcionados unicamente às mulheres, nos quais a desconsideração da constituição recíproca de feminilidades e masculinidades era praticamente uma constante.

A autora também destaca que gênero participou da “busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80” (Scott, 1995, p. 75). Num movimento pela afirmação e reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos, a ampliação de estudo de mulheres para estudos de gênero, foi acompanhada de uma reformulação que ampliou o seu campo de significação. Esta podendo representar, no entanto, para algumas teóricas, um afastamento do caráter político da história de luta feminista. Porém, não houve a negação das desigualdades que haviam impulsionado o movimento feminista ao longo de seu percurso. Além de gênero, outras categorias como etnia e classe, foram afirmadas nestes trabalhos, em razão de sua relevância para um entendimento transversal das desigualdades de poder estudadas, demonstrando a importância histórica do movimento feminista. Heleith Saffioti (1992) sublinha o reducionismo da eleição das contradições de gênero como ímpares e autônomas. Ela defende a existência de uma articulação histórica entre as categorias de gênero, classe e etnia, impossibilitando a separação dessas diferenças.

Scott (1995) ressalta a importância da incorporação da categoria gênero para os estudos feministas, que pretendiam não apenas a inclusão das mulheres nas temáticas abordadas pela ciência, mas a transformação dos paradigmas científicos dominantes. Para a autora, o desenvolvimento de estudos feministas diferenciados representou, em muitos casos, ao contrário de suas pretensões, o mero acréscimo de informações aos conhecimentos acumulados, ao invés de uma reformulação profunda das concepções relacionadas à

constituição desses conhecimentos. Poderia se afirmar que os avanços teóricos alcançados, muitas vezes restringiram-se aos próprios estudos realizados. Para isto pode ter contribuído a utilização de referências teóricas ligados a visões universalizantes, que se contrapunham às propostas anunciadas do feminismo, nas quais a complexidade dos acontecimentos sociais, com suas “continuidades e descontinuidades” cotidianas, deveria ser valorizada. Também a possibilidade de transformação a partir dos estudos acadêmicos, era imobilizada por teorias permeadas por concepções universalistas.

Scott propõe “uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, uma historicização e uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual” (1995, p.84). Para isso, ela ressalta a importância da adoção do termo gênero e da consideração do contexto no qual isto aconteceu “ num momento de grande efervescência epistemológica que toma a forma, em certos casos, da mudança de um paradigma científico para um paradigma literário, entre os/as cientistas sociais” (Scott, 1995, p. 85). Atreladas a esta transformação paradigmática, a autora destaca o questionamento sobre a racionalidade do sujeito universal e o caráter interpretativo de toda relação com os acontecimentos. Para finalizar, Scott propõe um entendimento das relações de gênero a partir de uma concepção diferenciada das categorias “homens” e “mulheres”, termos profundamente enraizados na cultura ocidental moderna: “são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (Scott, 1995, p.93).

Kiran Asher (2004), Ana Louise Fiúza (2001) e Karen Karam (2004), que se dedicam à análise do meio rural, acabam enfatizando em seus trabalhos as questões relacionadas às mulheres, em detrimento da relação envolvendo homens e mulheres. Esta opção pode estar vinculada à invisibilidade das mulheres no campo, até um período bastante recente. Seu ingresso em movimentos sindicais e sociais, mobilizado, entre outras coisas, pela busca do reconhecimento como produtoras rurais e dos direitos atrelados à condição de profissionais da agricultura, trouxe novos questionamentos a esta área, abrangendo tanto a categoria classe quanto a de gênero.

Maria Ignez Paulilo (2000) percebe como condições dessa maior identificação com temáticas políticas trabalhistas e feministas no meio rural, o aumento do uso de tecnologia, implicando na facilitação da realização das atividades agrícolas acrescida da menor necessidade de admissão de trabalhadores externos nas propriedades familiares, e a diminuição das taxas de natalidade no meio rural. A necessidade de se afirmar a importância das mulheres no meio rural, não pode provocar o esquecimento de que cada sujeito é historicamente construído em suas inumeráveis relações de identificações e diferenciações com outros sujeitos.

A ênfase nas mulheres também pode ser relacionada aos projetos desenvolvimentistas, voltados principalmente para a agricultura nos países em desenvolvimento, que procuram destacar a importância das mulheres para o sistema produtivo e o crescimento econômico, a partir dos anos 70 até meados dos anos 80.

Asher (2004) faz referência a estes projetos afirmativos da participação das mulheres nas diversas esferas produtivas, como participantes de um movimento intitulado WID (Mulheres no desenvolvimento). Fiúza (2001) sublinha a participação das Nações Unidas em projetos que buscaram a inclusão das mulheres no processo de desenvolvimento rural, como forma de combater a pobreza no meio agrícola. A estes primeiros planos, as autoras apresentam alternativas subsequentes diferentes. Asher (2004) indica o surgimento de projetos que almejam, além da inserção das mulheres no desenvolvimento, um redimensionamento das relações de gênero e um fortalecimento da participação destas mulheres, tanto na esfera doméstica quanto pública, através de seu "empoderamento". Ela se refere a estes projetos como GAD (Abordagens de Gênero e Desenvolvimento). Fiúza (2001) contrapõe às estratégias que buscaram estimular a participação das mulheres no desenvolvimento, aquelas que enfatizaram a proximidade das mulheres da natureza, alardeadas pelos movimentos eco-feministas. Ela aponta os questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento capitalista como desestabilizadores dos projetos que primavam pela inclusão das mulheres neste desenvolvimento e a valorização de proposições de desenvolvimento sustentável atrelada a uma defesa das mulheres como seres privilegiados no cuidado com a natureza. Esta tendência de aproximação de todas as mulheres com a natureza, em nome da defesa do meio ambiente, possibilita, de acordo com Fiúza (2001), uma sutil ocultação das explorações a que são

submetidas as mulheres. O efeito contrário ao oficialmente almejado, é alcançado: uma pretensa valorização das mulheres, caracterizando-as como cuidadoras, acaba na reprodução de sua desvalorização.

Bila Sorj (1992) também elabora uma crítica aos movimentos eco-feministas, caracterizados pelo elogio à proximidade entre o feminino e a natureza. Ela dá relevância à construção histórica da separação entre cultura e natureza, localizando-a no período moderno. A cultura seria concebida, a partir de então, como produto e produtora do que é humano. A natureza, como território detentor de uma ordenação própria. O ponto de separação entre as duas, criado de acordo com o momento histórico-cultural.

O movimento feminista e os estudos a ele relacionados, são destacados por terem possibilitado a negação de concepções essencialistas das diferenças entre homens e mulheres, passando da ênfase na natureza, para a construção cultural. Sorj (1992) sublinha, dentro do movimento, duas perspectivas predominantes, o feminismo da igualdade e o feminismo das diferenças, as duas compostas por variadas vertentes internas. A eco-feminista é localizada no feminismo da diferença. Dicotomias ligadas a esta corrente, como público e privado e cultura e natureza, são discutidas pela autora.

Apresentação das dimensões públicas e privadas como estanques, a primeira esfera com inclinações para a racionalidade e generalidade e a segunda para afetividade e particularidade, é rechaçada pela autora. Esta perspectiva, além de afirmar a oposição binária entre público e privado, relaciona a estes espaços características tradicionalmente ligadas à feminilidade, no caso do privado, e à masculinidade, no caso do público. Superar as dicotomias, afirmando a constituição relacional tanto dos espaços públicos e privados quanto de feminilidades e masculinidades, mostra-se imprescindível neste momento histórico-cultural.

A outra peculiaridade do movimento eco-feminista, a relação entre feminino e natureza, também tem provocado bastante polêmica. Na defesa desse princípio eco-feminista é destacada a possibilidade das mulheres serem mães, e se reafirmam alguns valores, entre eles o cuidado, como capacidades inerentes às mulheres. O retorno a uma visão essencialista, em que a natureza e as mulheres aparecem como detentoras de toda positividade, desconsiderando o caráter relacional da construção de gênero, dá abertura para um conjunto de “discriminações e exclusões” (Sorj, 1992, p.150) simplificadoras da complexidade social.

Em seu trabalho sobre a relação entre as mulheres afro-colombianas e as políticas de desenvolvimento na região de Choco, Asher (2004) defende a não passividade das mulheres frente às ações sociais desenvolvimentistas. Ela aponta a constituição de suas informantes “através e contra” as políticas de desenvolvimento que mediavam seus modos de vida e trabalho. Esta posição se aproxima das reflexões presentes no trabalho de Saffioti (1992) em que as relações de gênero são construídas socialmente através da modelagem e da conquista. Asher (2004) aponta a abertura para reflexões sobre as posições de gênero, numa dinâmica de discussões que envolvem além do “ter”, contemplação das necessidades sócio-econômicas mínimas, o “ser”, problemáticas relacionadas à gênero e etnia que atravessam o cotidiano. No trabalho realizado por Asher (2004) em Choco, a possibilidade de questionamento das vivências de gênero, num contexto de implantação de cooperativas sustentáveis, é possibilitada por uma certa estabilização econômica e organizacional.

Karam (2004) destaca a participação das mulheres na passagem de produções agrícolas convencionais, enraizadas nos princípios da Revolução Verde, para produções agrícolas preocupadas com a sustentabilidade sócio-ambiental. Em sua tentativa de relacionar o papel da mulher com as novas ruralidades, atribui às novas tecnologias sustentáveis no campo a possibilidade de mediar a “manutenção e a re-atualização” de práticas constituintes do rural. Na transição agrícola, categorias relativas aos sujeitos, como gênero, geração e pertencimento à situação de trabalhadores rurais, são focadas como importantes para esta mudança.

Em seu trabalho na Região Metropolitana de Curitiba, Karam (2004) indica a presença de duas formas de propriedades rurais: as tradicionais e as neo-rurais. Ela percebe uma maior declaração da importância das mulheres no meio rural entre os agricultores considerados tradicionais (aqueles cujas famílias já estão fixadas no campo, tendo a renda proveniente da agricultura há mais de uma geração). Este diferencial pode estar relacionado a outros dois pontos levantados pela autora, a necessidade de uma certa organização para a implantação de novos modelos agrícolas e a participação das mulheres de famílias tradicionais na mobilização das relações religiosas, familiares e de vizinhança, que permeiam a sociabilidade rural, estruturando-a. Ela aponta como menos representativa a participação das

mulheres em sindicatos e associações, esferas públicas, do que nas esferas de articulação anteriormente relatadas.

Karam (2004) sublinha a iniciativa das mulheres na transição para modos de vida e formas de trabalho mais sustentáveis, assumindo os primeiros desafios relacionados ao compromisso com um novo projeto agrícola, abrangendo desde o resgate de sementes e de saberes acumulados pelos antepassados, até o comércio dos produtos. A autora aponta também o gradual decréscimo da participação das mulheres, atrelado aos efeitos positivos alcançados, como o aumento da produção e do rendimento propiciado por ela. Os avanços conquistados atraem a participação dos homens que acabam predominando nos principais espaços de decisão, como os encontros para organização e formação de agricultores. As exceções indicadas pela autora estão nas propriedades onde as mulheres são as representantes e naquelas em que acontece o processamento da matéria-prima em forma de geléias, conservas e outros produtos, nas quais as mulheres persistem como principais responsáveis pelo trabalho.

Fiúza (2001) destaca em seu trabalho a necessidade de não se simplificar as relações entre propostas de desenvolvimento e gênero, assim como as relações entre gênero e natureza. A inclinação a tornar estanque a ligação entre propostas de desenvolvimento alternativas e "empoderamento" das mulheres, parece-lhe tão perigosa quanto a prática de vincular projetos de desenvolvimento característicos do modelo capitalista com a sujeição das mulheres. O mesmo acontece com a distinção das relações desenroladas por homens e mulheres com a natureza, que não pode ser generalizada; desconsiderando-se as práticas culturais e históricas locais.

Fiúza (2001) destaca que as relações de trabalho entre homens e mulheres se estabelecem através de uma "hierarquia complementar" na zona rural de Porteirinha, Vale do São Francisco, norte de Minas Gerais, local de sua pesquisa. Mulheres que efetuam trabalhos complementares aos dos homens, subseqüentes a estes, como a preparação para as refeições de carnes caçadas pelos homens. Ela afirma que esta forma de dividir as tarefas não traduz uma maneira diferenciada de se relacionar com a natureza. Ela justifica esta afirmação relatando a época do ano, aproximadamente seis meses, em que os homens migram para outras regiões, devido à seca, e as mulheres assumem todos os trabalhos da propriedade rural.

Neste período, as mulheres não adotam uma maneira específica de se vincular ao meio ambiente.

Fiúza (2001) estabelece um vínculo entre o local ocupado pelo meio ambiente na unidade produtiva, com a estratégia técnica e econômica escolhida pela família. Ela ressalta, assim como Karam (2004), a importância das mulheres na articulação entre familiares e vizinhos, a intensa atuação das mulheres nos espaços religiosos e a escassez destas em sindicatos e associações. Havendo até uma regra, subentendida, de que às mulheres só é possibilitada a participação nas associações na ausência de um representante masculino (viuvez). Ou no caso de associações formadas exclusivamente por mulheres, que assumem um caráter de complementaridade econômica, em relação à renda disponibilizada pelos homens. A autora sublinha que as mulheres não tendem à desvinculação do espaço doméstico, preferindo-o para o desenvolvimento de suas atividades, mesmo que associativas. A mobilização para participar destas atividades diferenciadas vêm da vontade de conquistar uma certa independência econômica. Este último fator, desejo de autonomia econômica, não possibilita a superação do fator anterior, a acentuada ligação com o meio doméstico, mas permite que, sem quebrar a forma de sociabilidade local, as mulheres conquistem novos espaços e possibilidades de trabalho.

Carlos Rodrigues Brandão (1999) ao discorrer sobre o cotidiano dos camponeses de Joanópolis/SP, afirma que “Não há, de maneira exclusiva, locais e atividades masculinos e femininos, e o que importa considerar é como, com presenças diversas nos mesmos espaços e através de atividades desigualmente complementares, homens e mulheres realizam a sua parte de trabalho de uma mesma atividade.” (p. 138). A análise feita por este autor de uma comunidade rural tradicional, em que é destacada a complementaridade das atividades e dos espaços ocupados por homens e mulheres, mostra-se interessante para compreensão do local de pesquisa desta dissertação.

Um dos apontamentos feitos por Brandão (1999) refere-se ao trabalho realizado na agricultura. Este autor relaciona aos homens as práticas características das extremidades do processo agrícola: a preparação da terra para o plantio e a comercialização da produção. As mulheres participam das atividades intermediárias, sementeira, colheita e beneficiamento, na maioria das vezes tendo seu trabalho a conotação de “ajuda”. O autor ressalta ainda que as

mulheres ficam responsáveis, em muitos casos, pelo cultivo das hortas próximas às casas, mesmo assim os homens preparam o solo para o cultivo.

O depoimento do casal mais idoso é emblemático neste sentido. Eles passaram a cultivar apenas temperos no quintal, já que doenças e dificuldades relacionadas ao envelhecimento impediam que trabalhassem em extensões maiores de terra. A continuação das atividades foi atribuída à importância simbólica que o trabalho possuía em suas vidas e ao acréscimo à renda, formada pela aposentadoria rural e uma mensalidade paga pelos filhos pelo arrendamento da terra. As seguintes falas exemplificam as argumentações anteriores:

“Isabel: Isso, quando tem que colhê é comigo.

Gerson: Ela só semeia e colhe.

Isabel: Semeá é comigo e colhê é comigo, ele não colhe. (risos)

Gerson: Colhê é com ela.

Aline : Porque o senhor não colhe?

Gerson: Ela que colhe, ela que sabe.

Isabel: Há dois ano tive no hospital, uma semana no hospital, pois eles não cortarem, ficô, até eu voltá do hospital pra colhê as coisa, as verdura. (risos)

Gerson: Eu viro a terra, então ela semeia e cuidado, capino, tudo direitinho. Ela lava a verdurinha, eu levo pra lá, ela faz ali, eu venho buscá, levo pra lá.

Isabel: Eu planto coentro, até o coentro é meio ruim, até essa semana eu vô cortá um pouco.

Aline: Mas é sempre a senhora que colhe? Mas antigamente, outras coisas, o senhor colhia?

Isabel: Na roça ele não esperava por mim, tava lá. (risos)

Gerson: Na roça, eu colhia.” (Isabel, 67 anos e Gerson, 70 anos)

A complementaridade do trabalho realizado pelo casal, pode ser percebida no cultivo de temperos no quintal, estando o agricultor responsável pela preparação do solo e o deslocamento do produto até a sede da associação e a agricultora pela semeadura, colheita e lavagem. A lavagem, à qual a agricultora faz referência, é feita em sua própria casa apesar da

proximidade da sede da associação. Em outra fala, a agricultora explicita mais esta peculiaridade, destacando o trabalho familiar:

“Eles têm trabalho, tão pagando empregado, nós semo os pai, então a gente dá ajuda eles. Ele ajuda lá a arrumá as verdura, eu às vez levo a minha verdura, a minha eu já levo lavada, tudo pronto daqui, algumas. Daí eu já vô, embalo memo, pra não precisá tá pagando, eu faço mesmo.”(Isabel, 67 anos)

A utilização do espaço doméstico para realizar uma das fases do beneficiamento da produção e a resistência em relação à contratação de pessoas não pertencentes à família foi ressaltada por esta agricultora. A valorização do espaço doméstico, como área de trabalho e da família, como responsável por todo processo produtivo talvez esteja relacionada a questões geracionais. Geração, entendida como um conceito temporal “elástico” (Jean-François Sirinelli, 2002) que precisa ser remetido ao lugar e ao tempo em que é utilizado. Neste caso, a geração composta pelo avô e avó, posições privilegiadas no interior da família já que esta possui grande importância no espaço estudado, que acompanharam as transições da agricultura tradicional para agricultura convencional e desta para a agricultura orgânica. Estas mudanças foram relatadas no seguinte depoimento:

“Mas de primera, eu até me alembro quando era pequeno, o feijão não era plantado em cova, era jogado na terra, depois limpava a mão por dentro um poco, não tinha mais, não vinha mato. Colhia feijão assim. Depois planta em covinha pra podê capiná e depois adiante, peguemo, plantava com adubo, plantava em carrerinha, semeava em carrerinha. Mas era com adubo e quando, bem no fim, ainda botava veneno pra limpá o mato, pra limpá o feijão. E depois aí, o filho ficô doente uma vez e teve até meio malecho no hospital (...) pra entrá, pra trabalhá orgânico. Aí eles continuaram trabalho orgânico e nós também tamo trabalhando, nós também fazemo produçãozinha nossa. E fazia muito e plantava muita cebolinha, coisa. Depois, ela ficô doente, não podia trabalhá muito com isso. Aí, dexemo mas um poco.” (Gerson, 70 anos)

A comercialização da produção, indicada como predominantemente masculina por Brandão (1999), também foi comentada:

“E eu quando, depois quando comprei carro, eu trabalhava, rapaz trabalhava na roça comigo. Eu trabalhei 18 ano no mercado, levá mercadoria pro mercado. Era no mercado público, depois quando começô a Ceasa, fui pra Ceasa. Ainda colhia tomate, levava três, quatro semana que eu dormia na minha cama só sábado à noite. Mais direto só dentro do carro. Que levava carga direto pra Ceasa. Todo dia, todo dia.” (Gerson, 70 anos)

Esta situação foi alterada com a transição para o plantio orgânico e a constituição da associação. Houve a divisão de tarefas entre os filhos do casal de agricultores da primeira geração. Nesta segunda geração estão aqueles que tomaram iniciativa na criação da associação orgânica. A família de cada um dos filhos passou a ser responsável por etapas diferenciadas do processo produtivo. A entrega nos pontos de venda e o recolhimento da produção dos outros associados, ficou sob a responsabilidade de um dos filhos, conjuntamente com sua esposa:

“Que vai muita carga, o caminhão vai cheio. Cada vez que ele vai. Hoje ele foi, ele vai mais a mulhé, ele casô agora, agora vai mais a mulhé dele. Aí ele sai de manhã, às três hora da manhã, chega de noite, das entrega.” (Gerson, 70 anos)

Esta divisão das atividades foi narrada por uma das agricultoras entrevistadas:

“Daí os dia que não era pra fazê carga, naquela época era dois dia por semana, terça e sexta. Aí os dia que não era pra fazê carga, nós trabalhava na roça, todos cinco junto. Daí o tempo foi passando, aí, agora no final de, faz uns dois anos, aí achemo que não tava dando certo porque tava tendo muita procura de produto e pouco serviço na roça. Porque não tinha quem administrasse a roça sozinho. Daí passaram a dividi as tarefa, então. Fizeram com que o Emerson fizesse a entrega dos produto, o Antônio fizesse o embalamento dos produto e o Francisco cuidasse da roça. Então, o Francisco plantaria

na roça aquela quantidade que ele conseguia plantá e botava empregado pra cuidá daquilo ali, ajudante, né. As pessoas pra ajudá ele a cuidá daquilo ali. O Antônio cuidava do embalamento e botava pessoas pra ajudá ele no embalamento. E o Emerson cuidava da entrega e botava pessoas que ele quisesse pra entregá com ele. E daí que foi feito, então. Daí onde que deu certo esta associação e hoje tamo aí. Cada um com seu servicinho. E cuidando do sem veneninho, né.” (Camila, 30 anos)

A contratação de trabalhadores, denominados “ajudantes”, já que os familiares são considerados os principais responsáveis pelo trabalho, possui algumas peculiaridades que podem ser percebidas na seguinte fala:

“É no caso aqui nos botemo só ajudante mulher na lavação, nós não botemo ajudante homem. Que a mulher tem mais capricho com as coisa, ela não amassa tanto as folha, ela já tem aquele dom de sê caprichosa, né, de sê como é que eu vô dizê, aquele dom de tê mais paciência de lidá com as coisa. Homem já cuida mais da parte de embalamento mesmo (...) Então, na roça tanto faz homem ou mulher. Eles fazem o mesmo serviço. Só que aqui como é lavação nós já optamos por mulheres porque elas são mais caprichosas.” (Camila, 30 anos)

Elisabeth Souza Lobo (1992) afirma que “Como conceito pertinente para pensar as relações no trabalho – que são um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres – a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática destas relações (...) a divisão sexual do trabalho é um dos muitos locus das relações de gênero.” (p. 260). Apesar de reconhecer as limitações do conceito de divisão sexual do trabalho, considera-se pertinente trazê-lo neste momento. As mulheres circulam por diversos espaços de trabalho, acumulando diferentes funções, como as seguintes falas ressaltam:

“Sempre doméstica, profissão doméstica e agricultora, né . Porque mesmo trabalhando na roça tu tem a tua casa pra cuidá, tu tem tua roupa pra lavá, tu tem tudo, né, tem filho pra cuidá. Tem a profissão de agricultora e de doméstica junto.” (Camila, 30 anos)

“Na verdade, assim, trabalhando na roça a gente tem uns quantos emprego. A gente é agricultora, doméstica, é babá, vai tudo incluindo numa só, né.” (Roberta, 38 anos)

Além das atividades tradicionalmente exercidas por estas mulheres no meio rural, o trabalho na casa e na lavoura, novas atividades foram acrescentadas ao seu cotidiano desde a formação da associação. A atuação na feira orgânica é relatada por uma das agricultoras:

“Antes eu vinha quinta e vinha sábado. Agora com meu sobrinho, enquanto ele vem junto eu não venho sábado. Senão eu vinha sábado também: Sempre nós dois. Agora o meu sobrinho qué, ele gosta de vim, aí eu fico em casa, limpando a casa, limpo a casa o sábado. Semana inteira a casa fica assim, né. Quando ele não vem o sábado, ele já avisa quinta-feira, fica sexta-feira limpando a casa, daí na sexta-feira eu não vô pra roça. Pra tirá um dia pra fazê o serviço da casa porque senão não tem como, né.” (Roberta, 38 anos)

Mesmo com a introdução destas novas práticas, os cuidados relacionados à casa continuam recebendo prioridade. Mencionar como as mulheres participaram da criação da associação orgânica pode ser esclarecedor neste momento:

“Eles passarem a produzi sem veneno, eles acharem que era uma alternativa de vida, um meio de vivê sem o veneno e daí a minha participação é que depois é assim ó, eles fizeram uma reunião, acharam que todo mundo concordaria e todo mundo concordô e as mulher também concordaram e nós passemos a produzi sem veneno.” (Camila, 30 anos)

“Isso aí foi dos três que começarem mais assim sozinho. Daí a gente levô junto assim. Depois, quando eles tinham o projeto pronto daí que eles passaram pra nós. Daí todo eles já topô, já foi tudo junto.” (Roberta, 38 anos)

O reconhecimento de sua participação na constituição da associação, apareceu quando estas mulheres descreveram uma viagem realizada por todas as famílias para conhecerem propriedades rurais orgânicas em Ipê/ RS. Nas palavras das agricultoras:

“Foi o grupo todo aqui. Aí nos fomos lá vê como eles sobreviviam com o orgânico. Daí, por isso é que nós, nós já tava no orgânico, né. Daí por isso é que aprimorô mais, porque daí as mulher também foram junto com a família” (Camila, 30 anos)

“Nós já tava. Só que, daí, assim, com as mulher indo lá vê parece que reforçô mais, ajudô mais, porque daí as mulher viam como era o serviço lá.” (Roberta, 38 anos)

A fala de um agricultor descrevendo suas atividades e as da esposa, pode mostrar como ocorre a complementaridade desigual no trabalho realizado pelos agricultores e agricultoras familiares entrevistados:

“Eu sô o responsável pelo plantio, né. Como a nossa propriedade lá que você fez mais, trabalhô dentro, outras propriedades todo mês também é feito um levantamento o que vai plantá, o que vai colhê. Têm outras propriedade no município de Águas Mornas, Rancho Queimado e tudo isso é controlado mais comigo. Plantação e também eu sô a parte de tesoureiro que tem que fechá, pagá. Pagamento do que a gente compra e fechá o cheque, que nem canhoto bancário, essa parte bancária é mais na minha parte também. E pelas duas feira que existe, uma aqui em Itacorubi e a outra lá no Largo São Sebastião, no sábado. Sô responsável com a minha família. Eu mais a minha mulher que é a Roberta, né (...) É, hoje parte de, como é que diz, de você organizá, dividi os produto, que todo mês tem que pegá, somá o quê que colheu, que a gente colhe uma média de 13 a 14 vez por mês que é colhido assim, dá essa média, né, porque três vez por semana. Então, alcança 13, 14 vez até por mês. Então, ela faz esse trabalho de somá e passá pra uma ficha pra passá pro computador, ela faz muita parte, dessa parte junto. Mas no fundo, o mais dela mesmo é a feira e a plantação na roça que ela toca junto também. E o trabalho de casa,

né. Trabalha na casa ou trabalho de galinha, porco, é tudo com ela, isso aí.” (Francisco, 40 anos)

6. PARQUE DA SERRA DO TABULEIRO: A PRODUÇÃO ORGÂNICA E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Inúmeras foram as referências feitas pelos agricultores familiares entrevistados ao Parque da Serra do Tabuleiro, onde estão localizadas suas propriedades rurais. Sobre a sua implantação, a seguinte afirmação foi feita:

“Mas isso a 27 anos atrás, aqui dentro, iniciô, na época do padre Raulino, iniciô o Parque da Serra do Tabulero que eles falam hoje que é parque, entende. Eu não sei se na verdade a gente hoje, a gente tem pelo parque, a gente respeita porque surgiu o nome e esse nome tá continuando, né. Que na verdade eu não sei se isso é legalizado ainda, até hoje é legalizado, acredito que não.” (Rubens, 43 anos)

Celso Martins (2001) ao descrever o estabelecimento do Parque da Serra do Tabuleiro, menciona a importância dos botânicos Roberto Klein e Pe. Raulino Reitz neste processo. Estes profissionais desenvolviam pesquisas em Santa Catarina desde 1954, período em que era intensa a exploração madeireira no Estado. Em decorrência das observações feitas, o Pe. Raulino Reitz sugeriu a criação do Parque do Massiambu já em 1960. Quinze anos depois, Roberto Klein defendeu a formação do Parque da Serra do Tabuleiro, no 26º Congresso Brasileiro de Botânica.

De acordo com Martins (2001), em 1º de novembro do mesmo ano, 1975, Raulino Reitz conseguiu que o Parque da Serra do Tabuleiro fosse reconhecido pelo Governo do Estado de Santa Catarina através do Decreto nº 1260. A área estipulada inicialmente de 90 mil hectares compreendia extensões nos municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes, além de terras de marinha e ilhas oceânicas. Posteriormente, várias áreas foram desanexadas e outras incluídas, dificultando a identificação de seus limites. Em 17 de março de 1977, por meio do Decreto nº 2335, foram anexadas porções de território dos municípios de Florianópolis e Garopaba. Em 11 de setembro de 1979, no Decreto nº 8857 foram excluídas algumas das áreas localizadas em São Bonifácio, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

Ângela Maria Couto Gama (1998) indica em seu estudo que, em 1977, o Parque foi subdividido em seis regiões para viabilizar a identificação de terras devolutas e particulares, o que possibilitaria desapropriações e indenizações necessárias para a implantação efetiva do Parque. Segundo a autora, esta verificação das condições das terras formadoras da Serra do Tabuleiro só foi concluída em 1998.

A morosidade também é apontada por Couto Gama (1998) no processo de ressarcimento dos moradores locais, iniciado apenas em 1980 e inconcluso até os dias atuais. No ano de 1980, um único proprietário recebeu pagamento pelo terreno que possuía na área que passou a pertencer ao Parque da Serra do Tabuleiro. Na época, a escolha de uma propriedade com área extensa, 8718 ha, para receber a primeira indenização, foi muito questionada. O dinheiro gasto para compensar financeiramente um único proprietário poderia ter sido usada para indenizar dezenas de pequenos proprietários, que são maioria na região. No ano seguinte, 1981, mais cinco proprietários de terrenos receberam indenização (847 ha). Além disso, 1000 ha foram doados ao Parque. No total, 12% da área do Parque da Serra do Tabuleiro foi regularizada, já que a presença de posseiros inibiu a continuação das desapropriações antes do término da classificação oficial dos terrenos, como dito anteriormente, ocorrida em 1998. Durante este período predominou a incerteza entre os moradores locais. Nas palavras de um agricultor e de uma agricultora entrevistados:

“É o parque, esse parque era pro povo sai, não sei o quê, iam indenizá e quando acaba não indenizaram ninguém (...) Muita gente saiu, venderam por uma mixaria lá pro parque e hoje tão arrependido que tão mal lá fora. Às vez muito mais mal do que vivia aqui na roça. E eu era um que dizia toda vida que eu não saía.” (Gerson, 70 anos)

“Só se, como se diz, o governo vim aqui e botá nós pra rua. Que tá isso ali no papel. Isso aí já vinte e poucos anos, né.” (Bianca, 45 anos)

Martins (2001) destaca a escassa participação dos moradores das áreas englobadas pelo Parque, tanto na sua criação quanto na sua posterior implantação. Um dos agricultores problematizou esta situação:

“Se na época que eles inventaram de fazê o parque, eles tivessem pegado, tivesse feito uma reunião com a comunidade, vamos vê qual seria a facilidade, o que seria de bom pra vocês, né. De repente a gente tinha feito um acordo com eles. Então, nós tinha, talvez eles tinha pago alguma coisa ô, ô. Ô na época o que que eles fizeram, devia a primera coisa tê feito um trabalho de preservação ambiental aqui dentro. Não vim chutando todo mundo e fazendo gato e sapato à toa.” (Rubens, 43 anos)

De acordo com Martins (2001), uma das reações à falta de envolvimento dos habitantes no estabelecimento do Parque foi o aumento do corte de madeira logo após a sua criação, o que provocou a intensificação da fiscalização ostensiva em seguida. O relato de um agricultor pode ilustrar a tensão existente entre os órgãos estatais e o moradores locais:

“O parque veio uma, um grande problema pra gente. O parque, eu, na verdade, nós nunca fomos contra o parque, nós nunca fomos contra a defesa e defendê o meio ambiente. Nós fomos contra o tipo que eles entraram aqui dentro e fazia, e fazia com as pessoa, entendeu? Porque aqui dentro morava gente e eles não fez, no nosso vê eles consideravam que o que morava aqui não era gente, era pior que animais, né. E a gente sabe que até hoje com os próprios animais a gente tem que tê respeito e cuidá, né. E nós somos, praticamente, humanos e isso aí, no lado deles, eles não consideraram isso. Vieram aqui com a polícia ambiental, vieram, vieram prendendo gente, vieram fazendo gato e sapato da turma aqui dentro (...) teve gente presa porque tava construindo, fazendo um galpão pra botá máquina, essas coisa assim. (...) Tem escritura pública, pagam imposto, pagam tudo e eles simplesmente não respeitavam, chegavam aqui, prendiam, multavam, faziam gato e sapato da turma. Que a gente sentiu assim, que eles queriam corrê com o pessoal daqui sem pé nem cabeça. Essa foi a realidade.” (Rubens, 43 anos)

A fala deste agricultor demonstra quanto a desconsideração das populações locais no momento da criação e da implantação do Parque da Serra do Tabuleiro gerou conflitos, indignação e sofrimento. Antonio Carlos Diegues (2000) ressalta que nos parques e reservas

de onde é exigida legalmente a saída dos moradores, observa-se que “num primeiro momento, esses atores sociais são invisíveis, e os chamados ‘planos de manejo dos parques’ nem sequer mencionam sua existência.” (p.158). Para este autor, “o mito da natureza intocada” afirmado através do modelo norte-americano de Parque Nacional, criado no século 19, perpetuou-se em outros países, incluindo o Brasil. Este modelo tem implícito um ideário em que homem e natureza precisam ser separados para que a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade esteja garantida. As populações tradicionais, que habitam as regiões em que estes Parques são implantados, acabam sendo negligenciadas. Diegues (2001) defende, em decorrência destas características, que “há grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural” (p. 159). Dessa forma, a superação da dicotomia homem/natureza seria possibilitada. Vários dos agricultores entrevistados fizeram comentários nesta direção:

“Mas a gente começô a pensá nessa época, depois quando entrô esse problema do parque. A gente começô a pensá o seguinte, a gente de repente podia fazê um trabalho dentro da comunidade, preservando o meio ambiente que aqui dentro pudesse morá agricultores também, cuidando e preservando daquilo que era seu e sim ao contrário, cuidando de toda a região. Porque se hoje, a polícia ambiental viesse aqui dentro ou o próprio Estado viesse aqui dentro fazê um trabalho pros agricultores. Eu acredito que esses próprio agricultor, aqui dentro, podia fazê um trabalho muito melhor do que eles. Cada agricultor tivesse assim, ganhasse um salário digno pra podê sobrevivê aqui dentro e cuidá de toda a região. Que não existisse, que não entrasse mais o caçador, que não entrasse a invasão de fora pra destruí torto e direito, né.” (Rubens, 43 anos)

O posicionamento deste informante, defendendo o envolvimento dos agricultores familiares na preservação do meio ambiente, possibilitando sua integração ao Parque da Serra do Tabuleiro, foi recorrente entre os entrevistados.

Martins (2001) indica o gradual desgaste das relações entre os habitantes do Parque, desconsiderados na sua formação, e o poder público. Em decorrência desta problemática,

foram propostas reuniões com as comunidades locais que culminaram com a realização do Seminário de Implantação do Parque do Tabuleiro, em abril de 1997, em Florianópolis.

Como proposições deste Seminário, são mencionadas por Couto Gama (1998), “ efetuar estudos técnicos-científicos visando à redefinição de uso da área do Parque; alocar recursos financeiros para a indenização de áreas de propriedades privadas; implantar um programa de educação ambiental; aprovar a lei que cria o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico; priorizar e integrar as ações dos diversos órgãos governamentais com vistas à implantação do Parque; destinar um percentual sobre os recursos cobrados pelas concessionárias de água para implantação e gestão do Parque.” (p.172)

A intensificação das discussões relacionadas ao Parque para que sejam possibilitadas ações que garantam sua implementação efetiva, considerando os moradores locais, mostra-se extremamente necessária. O depoimento de um dos agricultores entrevistados, reitera esta observação:

“Hoje, a gente tá lá dentro, vê que não tem uma norma, o que a gente pode fazê, não pode, é parque, é permanente, não pode morá ninguém mas já faz trinta ano, não teve indenização. Isso é uma coisa errada porque se é uma área permanente não pode morá nenhum ser humano dentro. E, então por quê, quanto tempo já passô por que não mudaram essa lei e fizeram pro, que podia usá o homem e a natureza junto. E os próprio morador que, quando nosso objetivo é nós mesmo sê os fiscal do parque. Que ganhe alguma coisa pra podê porque não vai podê, vai vivê de quê? Tê algum ganho, formá algum tipo de projeto com o governo junto que vai fornecê essas família que vão cuidá da natureza de todo parque, pode vivê com uma plantação orgânica ou sustentável, ali dentro.”
(Francisco, 40 anos)

Eduardo Ribas Amaral (1998) ao discorrer sobre a compatibilidade entre comunidades rurais tradicionais e unidades de conservação restritivas, dialoga tanto com a realidade social da comunidade de Vargem do Braço, localizada no Parque da Serra do Tabuleiro, quanto com a legislação ambiental.

Amaral (1998) sugere a modificação da legislação ambiental para que seja possível a permanência, no interior dos Parques, de comunidades tradicionais que possuam posse legal de suas terras e relacionem-se harmonicamente com o meio ambiente. A adição, na regulamentação dos Parques, de uma área em que seja permitido o manejo agrícola coerente com os princípios preservacionistas, é indicada como uma das possibilidades pelo autor.

Outra possibilidade levantada por Amaral (1998) é a transformação das regiões habitadas dentro do Parque, em Áreas de Proteção Ambiental (APA). Esta forma de unidade de conservação permite a existência de moradores em seus limites. Isto garantiria a proteção ambiental e a perpetuação das famílias por meio de atividades com um mínimo impacto ambiental, como a agricultura orgânica.

Sobre a segunda opção, Amaral (1998) afirma ainda que “Uma vez que o cultivo orgânico se mostre atrativo economicamente e a localidade ficar definida como ‘área de produção livre de agrotóxicos’, os próprios agricultores evitarão arrendar áreas para serem utilizadas para produção agrícola convencional e, provavelmente, reduzirão a venda das propriedades para pessoas externas à comunidade.” (p.179).

As observações feitas por Amaral (1998) sobre as repercussões da adoção da cultura orgânica, já podem ser percebidas nas falas dos agricultores antes mesmo da generalização desta prática na localidade de Vargem do Braço. Um deles comenta a inviabilidade de arrendar suas terras para terceiros:

“Hoje assim, eu tenho até uma parte ali ó que eu podia até arrendá. Até essa semana aqui veio gente aqui pra arrendá o terreno. Não, eu não arrendo porque seria uma renda a mais que a gente tinha uma terra sobrando, podia arrendá o terreno mas jamais eu vô botá outra pessoa em cima, arrendá o terreno pra botá veneno em cima da propriedade. Então, por isso, então, eu vô dexá de ganhá esse dinheiro mas não vô arrendá.” (Rubens, 43 anos)

A referência à venda de terras, devido às incertezas sobre a permanência na localidade desde a criação do Parque, foi feita por vários entrevistados:

“Só que, com isso muita gente correu daqui. Com o parque, muita gente ainda correu. Abandonô ou vendeu por preço mais de nada, né. Entrô um monte de sitiante pra cá, entendeu. Porque que entraram. Porque viram as dificuldade, vendo a pressão deles. E com essas pessoas que saíram por causa do parque, hoje sabe onde que eles moram? Lugar de favela. Querendo às vez, de vez em quando a gente conversa com as pessoa que já moravam aqui dentro, “Ah, se eu pudesse comprá de novo um terreninho pra voltá pra lá” e não tem condições, né. E nós fiquem batalhando, fiquemo lutando.” (Rubens, 43 anos)

A entrada de sítiantes na área abarcada pelo Parque, após 1975, é motivo de muita indignação por parte dos agricultores que possuem suas famílias residindo na localidade há várias gerações. Os transtornos e restrições que estes moradores tradicionais tiveram que enfrentar com a implantação do Parque contrasta com a compra de terrenos para construção de novos sítios, utilizados geralmente só nos finais-de-semana. Alguns depoimentos sobre esta temática:

“Tem muita gente de fora entrando ali. Então, até eu tô bem de acordo isso ali. Essa turma de fora que esculhamba todo o nosso lugar. Vem de fora aí, não cuida da água. Joga o lixo em qualqué lugar e bota veneno. Tem gente grande que vem aí, compra os terreno grande por aí embaxo, abrindo vala em tudo que lugar e bota veneno, coisa, acaba tudo com as água. Uma coisa que não devia porque, devia cuidá das água também.” (Gerson, 70 anos)

“A gente, claro, o que a gente até no momento o que que é o problema do sitiante. Sitiante ele tem dinheiro, o sitiante que compra um terreno aqui dentro, hoje ele tem dinheiro, o que que é a mentalidade dele, é chegá, fazê uma bonita casa em cima, você vê que o agricultor que mora aqui no canto dificilmente tem condição até de tê uma casa pra mora. Tê uma casinha simples, mora ali e vive disso ali. O sitiante chega aqui dentro, na hora ele constrói uma bonita casa, tem condições, tem dinheiro. Não sô contra, se ele comprô, ele pagô, faça o que quisé mas o que eu sô contra é o sitiante chega aqui dentro e desmatá em

berada d'água. Isso eu sô contra. Eu não sô contra tê uma casinha pá tê o lazer pá final de semana, descansá, tê uma bonita casa, não sô contra, nada disso. Agora, eu sô contra é chegá lá na berada d'água, desmatá, ele mesmo sabendo que ele mesmo tá usando essa água lá embaxo. E ele tem que preservá. Se nós preservemo, ele também é obrigado, né.”
(Rubens, 43 anos)

Pode-se perceber, através destas falas, como os agricultores familiares diferenciam-se dos sitiantes que passaram a dividir o espaço local com eles. As condições financeiras destes novos habitantes e a relação com a preservação do meio ambiente são os pontos destacados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas trajetórias de trabalho narradas pelas agricultoras e agricultores entrevistados foi ressaltado por eles o enfrentamento de uma série de dificuldades, que extrapolam aquelas encontradas na transição para a agricultura orgânica.

O período em que havia necessidade de derrubar a mata e fazer o destocamento dos terrenos para cultivá-los, primeiramente nos morros e depois nas várzeas, foi relatado por vários informantes.

As máquinas e os agroquímicos, símbolos da Revolução Verde, foram recebidos como importantes auxiliares no árduo cotidiano de trabalho. As facilidades que estes instrumentos trouxeram foram lembradas pelos agricultores na descrição de suas atividades do dia-a-dia no momento atual, em que a enxada ocupa um lugar de destaque.

Os benefícios trazidos pela modernização da agricultura não são vistos de forma ingênua por estes agricultores. Os danos ocasionados foram sentidos com muita intensidade e foram destacados quando elaboravam suas justificativas para a mudança de sistema produtivo.

Um dos temas mais recorrentes nas falas dos agricultores, quando apresentavam motivos para a adoção do cultivo orgânico, foi a preocupação com as crianças que circulavam pela propriedade rural repleta de agrotóxicos e acompanhavam seus pais até a lavoura, podendo ingerir alimentos com aplicação recente destes produtos nocivos.

No relato de uma agricultora, apareceu a necessidade de abdicar da presença da primeira filha ao seu lado, durante o trabalho na lavoura, devido aos perigos representados pela presença de agrotóxico. A segunda filha, não precisou ser deixada na casa de uma tia, já que a transição para a agricultura orgânica já havia ocorrido e o espaço de trabalho dos pais inspirava mais tranquilidade.

A relação entre a terra, o trabalho e a família, valores vinculados tanto à agricultura familiar tradicional quanto à moderna, pode ser ilustrada por este costume bastante mencionado nas entrevistas, os filhos acompanhando o trabalho dos pais desde muito pequenos.

A agricultora pertencente à família responsável pelas feiras orgânicas, realizadas em Florianópolis, falou sobre o crescimento do filho que os consumidores mais fiéis puderam presenciar. Quando pequeno ele ficava dormindo embaixo da bancada em que ficavam expostos os produtos. Atualmente, sua presença praticamente se restringe aos sábados, no Largo São Sebastião, mas em algumas quintas-feiras, quando as aulas são canceladas, ele está presente, junto com os pais, na feira realizada no Bairro Itacorubi.

A possibilidade de acompanhar o trabalho dos pais desde a mais tenra infância, contribui para que estas crianças aprendam a profissão dos familiares. O questionamento da rigidez legal em relação ao trabalho infantil foi elaborado por vários dos agricultores entrevistados, que têm o trabalho como um valor fundamental. Woortmann e Woortmann (1997), ao discorrer sobre o campesinato, afirmam que: "... a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar." (p. 11). Este saber também é considerado um patrimônio familiar que deve ser repassado às novas gerações. Como a relação entre agricultura familiar tradicional e moderna é composta tanto por continuidades como por descontinuidades, esta idéia pode ser vinculada à realidade social estudada, mas com algumas ressalvas.

A importância dada à escolaridade esteve bastante presente nas falas das agricultoras e dos agricultores entrevistados.

Os adultos participantes da pesquisa estudaram, em sua maioria, até a 4ª série primária, em escolas localizadas na própria localidade, Vargem do Braço, que já não existem mais. Apenas recentemente, a conclusão do ensino fundamental foi possibilitada a muitos destes agricultores pela formação de uma turma escolar pelo projeto estatal EJA (Educação para Jovens e Adultos). Sem a necessidade de deslocamento para o centro de Santo Amaro da Imperatriz já que as aulas do projeto aconteceram dentro da própria comunidade. A improbabilidade de reunirem um número suficiente de alunos, para mobilizar novamente a remoção de um professor até a Vargem do Braço, foi o impedimento manifestado pelos agricultores para a continuação de seus estudos até completarem o ensino médio.

As crianças e os adolescentes da região deslocam-se diariamente para escolas mais centrais de Santo Amaro da Imperatriz, utilizando um ônibus escolar considerado precário pela população local, único meio de transporte público existente na Vargem do Braço.

Nos depoimentos dos agricultores foi destacada a importância da escolaridade frente à introdução de novas tecnologias no campo, à maior organização do processo produtivo, à diversificação das atividades, à expansão do mercado consumidor e ao estabelecimento de diferentes relações comerciais e políticas. A associação orgânica é o local em que se articulam estas transformações.

As estratégias utilizadas pelos agricultores familiares, além da própria constituição da associação, como a divisão das atividades (cultivo, lavagem e embalagem, transporte) entre as famílias, além da especialização de cada associado em um número pequeno de cultivares, ilustram os posicionamentos adotados em meio às mudanças.

A transição para a agricultura orgânica foi mobilizada por um conjunto de motivos, relacionados de forma complexa. Estiveram em maior evidência, nas falas dos agricultores entrevistados, a preocupação com a saúde, impulsionada principalmente por casos de intoxicação, e com o meio ambiente, relacionada à localização de suas terras no Parque da Serra do Tabuleiro, em que estão localizadas as nascentes de rios importantes para o fornecimento de água potável para a Região Metropolitana de Florianópolis.

Os agricultores declararam ter encontrado inúmeras barreiras durante a conversão para o cultivo orgânico e mesmo agora, com este processo efetivado, muitas dificuldades ainda são enfrentadas.

O desequilíbrio ambiental caracterizava as propriedades rurais depois de suas terras terem sido cultivadas, durante anos, com os usos excessivos de máquinas e agrotóxicos. Em decorrência destas condições ambientais, as pragas impediram que as primeiras colheitas de cultivos orgânicos fossem realizadas com sucesso.

Os agricultores não tiveram resultados imediatos, esperaram alguns anos para que a produção fosse satisfatória. Eles diminuíram a área plantada, buscaram informações com outros agricultores, já praticantes do cultivo orgânico e receberam assessoramento de agrônomos da EPAGRI. Adaptaram as máquinas que já possuíam para que não agredissem tanto o solo e passaram a produzir biofertilizantes e repelentes com plantas cultivadas em suas próprias terras. A dependência das agropecuárias, que forneciam os agroquímicos utilizados na prática convencional e tinham contribuído para o acúmulo de dívidas por vários agricultores, foi extinta.

A necessidade da criação de políticas públicas de apoio a estes agricultores, considerando tanto os obstáculos encontrados quanto os benefícios que acarreta a transição para a agricultura orgânica, mostra-se imprescindível, assim como a regularização da situação destes agricultores no interior do Parque da Serra do Tabuleiro.

8. REFERÊNCIAS

Amaral, Eduardo Antônio Ribas (1998). Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no parque estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Asher, Kiran (2004). Engendrando desenvolvimento e etnicidade nas terras baixas do Pacífico colombiano. Revista Estudos Feministas, 12 (1), 15-45.

Almeida, Mauro W. B. de (1986). Redescobrimo a família rural. Revista brasileira de ciências sociais da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. 1 (1) 63-83.

Altwater, Elmar (1995). O preço da riqueza. São Paulo: Editora da UNESP.

Badalotti, Rosana Maria & Reis, Maria José (2005) Representações dos agricultores familiares sobre programas de cooperação agrícola e agroecologia. In Julia Guivant, Luiz Scheibe, Silvino Assmann (Orgs.). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural (pp.123-160). Florianópolis: Insular.

Brandão, Carlos Rodrigues. (1999). Cenário e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairros dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In Ana Maria de Niemeyer, Emilia Pietrafesa de Godói (Orgs.). Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos (pp.133-166). São Paulo: Mercado de Letras.

Claro, Soel Antônio. (2001). Referenciais tecnológicos para a agricultura familiar ecológica: a experiência da região Centro-Serra do RS. Porto Alegre: EMATER – ASCAR.

Corrêa, Mariza (1982). Repensando a Família Patriarcal Brasileira In Maria Sueli Kofes de Almeida. Colcha de Retalhos. Estudos sobre os família no Brasil (pp.13-38). São Paulo: Brasiliense.

Da Mata, Roberto. (1978). O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In E. de O. Nunes. (Org). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. (pp. 23-35). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Diegues, Antônio Carlos. (2000) O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Ed. Hucitec.

Ehlers, Eduardo. (1999). Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária.

Fiúza, Ana Louise de C. (2001). Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. In C. Bruschini e C. R. Pinto (Orgs). Tempos e Lugares de Gênero. (pp. 85-118). São Paulo: FCC: Ed 34.

Fonseca, Cláudia (1999). O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: Edson Souza (Org.). Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil (pp 255-274). Porto Alegre: Artes e Ofícios

Fonseca, Cláudia (1999). Quando cada caso NÃO é um caso. Revista Brasileira de Educação, 10, 58-78.

Gama, Ângela Maria Couto (1998). Diagnóstico ambiental do município de Santo Amaro da Imperatriz-SC: Uma abordagem integrada da paisagem. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Geertz, Clifford (1978) A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.

Gonçalves, Carlos. W. Porto (2001). Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: Marcos Sorrentino. (org.) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. (pp. 135-161). São Paulo: EDUC.

Guivant, Julia Silvia (1995) A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In Eduardo J. Viola, Héctor R. Reis. Meio ambiente , desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais (pp.99-133). São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC.

Haygert, Maria Lucia L. & Dickie, Maria Amélia S. (2004). Produzindo vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In Bernardete W. Aued, Maria Ignez S. Paulilo. (Orgs.) Agricultura familiar (pp.109-132). Florianópolis: Insular

IBGE (2003). Censo demográfico 2000 : migração e deslocamento : resultados das amostras / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE.

Karam, Karen. F. (2004). A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. Revista Estudos Feministas, 12(1), 303-320.

Lago, Mara C. S. (1996). Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Lobo, Elisabeth Souza (1992). O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In Albertina de O. Costa & Cristina Bruschini (Orgs).. Uma questão de gênero (pp.252-265). Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas

Martins, Celso. (2001) Tabuleiro das águas: resgate histórico e cultural de Santo Amaro da Imperatriz. Florianópolis: Ed. Recriar.

Medeiros, Leonilde S. de (2001) “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros. In: Norma Giarraca (Org.). Uma nueva ruralidad em América Latina? (pp.103-128) Bueno Aires, Clacso.

Mello, Sylvia Leser de (1995) Família: perspectiva teórica e observação factual. In Maria do Carmo Brant de Carvalho. (Org.) A família contemporânea em debate (pp.51-60). São Paulo: EDUC.

Montibeller-Filho, Gilberto (2001). O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos Sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFSC.

Paulilo, Maria Ignez (2004). Trabalho familiar: Uma categoria esquecida da análise. Revistas de Estudos Feministas. 12 (1), 229-252

Paulilo, Maria Ignez. S. (2000). Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, 21(1), 1-15.

Paulilo, Maria Ignez S. (2003). Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In Maria Ignez S. Paulilo, Wilson Schmidt. (Orgs.) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. (pp. 183-210). Florianópolis: Editora da UFSC.

Pinheiro, José Queiroz (2005). O lugar e o papel da Psicologia Ambiental no estudo das questões humano-ambientais segundo grupos de pesquisa brasileiros. Psicologia USP. 16 (1-2), p. 103-113.

Saffioti, Heleieth I. B. (1992). Rearticulando Gênero e Classe Social. In Albertina de O. Costa e Maria Cristina Bruschini (Orgs). Uma questão de gênero. (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Saffioti, Heleieth I. B. (1994) Posfácio: Conceituando o Gênero. In: Heleieth I. B. Saffioti, Monica Muñoz-Vargas (Orgs.). Mulher brasileira é assim (pp.271-283). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; Brasília: UNICEF.

Schneider, Sergio (2003). A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Scott, Joan. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Sociedade, 20(2), 71-92.

Seyferth, Giralda (1983-1984). Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. Revista do Museu Paulista. 29, 73-94

Seyferth, Giralda (1985). Herança e estrutura familiar camponesa. Boletim do museu nacional. 52, 1-27.

Seyferth, Giralda. (1994). A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Cláudia Mauch, Naira Vasconcellos. (Orgs.) Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. (pp. 11-27). Canoas: Editora da Ulbra.

Sirinelli, Jean-François (2002). A geração. In Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Orgs.). Usos & abusos da história oral (pp.131-137). Rio de Janeiro: Ed.FGV.

Sorj, Bila. (1992). O feminino como metáfora da natureza. Estudos Feministas, 0, 143-150.

Sousa Santos, Boaventura. (1997). A queda do Ângelus Novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções. Novos Estudos, 47, 103-124.

Wanderley, Maria Nazareth B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In João Carlos Tedesco (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas (pp.21-55). Passo Fundo: EDIUPE.

Woortmann, Ellen & Woortmann Klass (1997). O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Woortmann, Klass. (1990) Com parente não se neguceia. Anuário antropológico 87. Brasília: Tempo Brasileiro/UNB